

**ROSANE DE ALBUQUERQUE PORTO**

**A roda dos expostos e o jogo no  
discurso de Vieira Fazenda**

**Palhoça, 2006**

**ROSANE DE ALBUQUERQUE PORTO**

# **A roda dos expostos e o jogo no discurso de Vieira Fazenda**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul – como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Dr. Luiz Felipe Guimarães Soares

**PALHOÇA, 2006**

**ROSANE DE ALBUQUERQUE PORTO**

# **A roda dos expostos e o jogo no discurso de Vieira Fazenda**

**Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina**

**Palhoça (SC), Julho de 2006.**

---

**Prof. Dr. Luiz Felipe Soares Guimarães (orientador)**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Britto Cezar de Andrade**  
**Universidade Federal de Santa Catarina**

---

**Prof. Dr. Antonio Carlos Gonçalves dos Santos**  
**Universidade do Sul de Santa Catarina**

## DEDICATÓRIAS

*A minha mãe, filha e avó (in memoriam), todas sempre a meu lado.  
Ao meu pai, crítico e ávido pelo sal na mesa e na terra.*

## **AGRADECIMENTOS**

*Aos meus professores do Mestrado, pela busca conjunta. Aos meus alunos da graduação em Jornalismo, pela paciência e incentivo. À equipe do Telejornal Experimental Metropolitano pela força. Aos colegas do Curso de Comunicação Social pela troca de idéias. A todos que me apoiaram na busca de informações no Rio de Janeiro. Ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Felipe Soares Guimarães, pelas horas de estrada des-fazendo textos. À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luiza Andrade, por ter me “apresentado” a José Vieira Fazenda. A minha família pela paciência.*

## EPÍGRAFE

*“Independência é algo para bem poucos: – é prerrogativa dos fortes. E quem procura ser independente sem ter a obrigação disso, ainda que com todo o direito, demonstra que provavelmente é não apenas forte, mas temerário além de qualquer medida. Ele penetra num labirinto, multiplica mil vezes os perigos que o viver já traz consigo; dos quais um dos maiores é que ninguém pode ver como e onde se extravía, se isola e é despedaçado por algum Minotauro da consciência. Supondo que alguém assim desapareça, isso ocorre tão longe do entendimento dos homens que eles não sentem nem compadecem: – ele não pode voltar! já não pode retornar sequer para a compaixão dos homens !”. (Nietzsche, Friedrich, 2005, 34)*

## RESUMO

Neste trabalho, pretendo investigar o que considero uma reminiscência da história do Rio de Janeiro. Trata-se da roda dos expostos, dos excluídos ou dos enjeitados. Meu objeto de análise são seis textos de José Vieira Fazenda, intitulados “A Roda” e publicados no início do século XX na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Posteriormente, os textos foram reunidos na coleção *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*, editada pela mesma instituição. Tanto quanto a roda, considero Fazenda e seus textos como reminiscências da cidade. A partir da leitura dos textos sobre a roda, lancei-me também ao desafio de analisar as marcas da tradição que pude observar na narrativa de Fazenda. Proponho des-fazendar o texto percorrendo um caminho oposto ao do historiador que busca estabelecer relações causais entre acontecimentos do passado.

**Palavras-chave:** Reminiscência, roda dos expostos, marcas da tradição.

## ABSTRACT

In this research, I intend to investigate what I consider a reminiscence of Rio de Janeiro's history: the wheel of the excluded (free translation of Portuguese expression and mechanism called "roda dos expostos"). My object of analysis is a set of six texts by Jose Vieira Fazenda, entitled "A Roda" and issued in the beginning of the 20<sup>th</sup> Century in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Later, the texts were issued in the collection *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*, edited by the same institution. As well as I do with the wheel, I consider Fazenda and his texts also as reminiscences of the city. By reading the texts on the wheel, I also threw myself into the challenge of analyzing the marks of tradition I could observe in Fazenda's narrative. I intend to explore ("des-fazendar") the text from a point of view which is opposite from the author's, when looking for correspondences in the past.

**Keywords:** Reminiscence, the "wheel of the excluded", marks of tradition.



## SUMÁRIO

<b>1 – REMINISCÊNCIAS .....</b>	<b>10</b>
1.1 – Objeto descartado.....	18
1.2 – Mecanismo giratório.....	22
1.3 – Civilização e controle .....	27
1.4 – Dentro e fora .....	33
<b>2 – MEMÓRIAS DE VIEIRA FAZENDA .....</b>	<b>37</b>
2.1 – O civilizador .....	39
2.2 – Verdade histórica .....	42
<b>3 – A RELEITURA DAS ANTIQUALHAS .....</b>	<b>46</b>
3.1 – A gênese.....	50
3.2 – Arquivo e memória.....	54
3.3 – Evidências tranqüilizantes .....	60
<b>4 – A ARQUIESCRITURA .....</b>	<b>66</b>
4.1 – Re-presentação .....	68
4.2 – “Foradentro” .....	72
4.3 – Lembrar e esquecer.....	75
<b>5 – A MISERICÓRDIA DA SANTA CASA .....</b>	<b>80</b>
5.1 – Emblema.....	82
5.2 – Logografia .....	85
<b>6 – CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>88</b>
<b>7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>91</b>
<b>8 - ANEXOS.....</b>	<b>93</b>

# 1 – Reminiscências

No século XIX, a urbanização das principais cidades do mundo – impulsionada pela Revolução Industrial – teve características comuns, entre as quais a reconfiguração do espaço público e o estabelecimento de mecanismos de ordenação social. Como num ritual de purificação para dar lugar ao novo e moderno modelo urbano, construções antigas foram demolidas e populações mais pobres foram afastadas do convívio comum.

Leis e decretos impuseram novas regras de comportamento individual ou coletivo. Versões da história disseminadas através da imprensa, da literatura, de panfletagem e em publicações institucionais ajudaram a modelar a nacionalidade e a forjar um pensamento dominante.

Desde o século XVIII, o iluminismo burguês prometia a felicidade material momentânea, como estratégia para soterrar a concepção teológica do paraíso pós-morte. A mudança da disposição de objetos no espaço – edifícios e ruas – foi um “exemplo clássico de coisificação”<sup>1</sup> ao criar uma utopia para a promoção do papel do Estado, deixando intactas as relações sociais.

O progresso chegou a ser uma religião no século XIX, criando a ilusão de que a industrialização eliminaria as divisões de classe. Susan Buck-Morss aponta:

---

<sup>1</sup> Buck-Morss, Susan. *Dialética do olhar – Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Chapecó/ Belo Horizonte: UFMG/ Argos, 2002, p. 120.

O iluminismo burguês desafiou a posição teológica de que cidades celeste e terrena fossem termos contraditórios, uma cheia de pecado e sofrimento e a outra um lugar de redenção e bem-aventurança eternas. Convocou os seres humanos a usarem sua própria razão, dotada por Deus para criar a cidade “celeste” aqui e agora, e como paraíso terreno, sendo a felicidade material um componente básico de sua construção. A revolução industrial parecia tornar possível a realização prática do paraíso. No século XIX, as capitais da Europa, e em seguida as do mundo inteiro, se transformaram dramaticamente em brilhantes espetáculos, expondo a promessa da nova indústria e da tecnologia como se caídas do céu – e nenhuma cidade resplandecia com mais fulgor que Paris.<sup>2</sup>

A Europa, referenciada por Buck-Morris, soprou os ventos da modernidade em várias direções. Da França, o processo de urbanização estendeu-se em direção a Itália, Áustria, Espanha e Estados Unidos, entre outros países, como o Brasil. No Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, o efeito da felicidade material chegou com intensidade. A remodelação da cidade começou em meados do século XIX, a partir da reforma ou da construção de novos prédios e da revisão de leis.

Foram ensaios para a mudança drástica que aconteceria na virada para o século XX, com destaque para a política do “bota abaixo”, liderada pelo Prefeito Francisco Pereira Passos.<sup>3</sup> Para concretizar seu próprio espetáculo, a elite dirigente submeteu a cidade a um gradativo apagamento de memória, às custas de políticas inspiradas nos modelos europeus.

O objetivo era enterrar a imagem da cidade decadente que predominou durante os anos 1800. Os habitantes eram na maioria analfabetos, não havia

---

<sup>2</sup> Idem, p. 112.

<sup>3</sup> Prefeito nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves em 1902, Pereira Passos foi o responsável pelas obras de reforma do Rio de Janeiro, especialmente a demolição de centenas de prédios na região central da cidade. Seu mandato foi até 1906.

hábitos de higiene, sistemas de água e saneamento não existiam ou eram precários, e a população crescia por conta da imigração europeia e da abolição dos escravos. A promessa da “cidade celeste aqui e agora” tomou corpo a partir dos debates políticos restritos às elites aristocrática e latifundiária.

A construção do “paraíso terreno” foi baseada no princípio da exclusão. A massa urbana em formação, empobrecida em decorrência de medidas governamentais que priorizavam obras de grande porte, foi às ruas. A partir da segunda metade do século XIX, manifestações violentas envolveram vários setores da classe trabalhadora, cujo processo de organização política só aconteceria anos mais tarde.

José Murilo de Carvalho considera a Revolta da Vacina (1904) como a “mais espetacular ação popular da época”.<sup>4</sup> A manifestação explodiu após o período de derrubada de centenas de casas para a construção da Avenida Central, abrindo “o ventre da velha cidade”.<sup>5</sup> Enquanto o prefeito Pereira Passos liderava o “bota abaixo”, o sanitarista Oswaldo Cruz atacava epidemias com medidas de limpeza e desinfecção de ruas e casas:

Tal atividade evidentemente provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários das casas desapropriadas para demolição, os proprietários de casas de cômodos e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, a sair das

---

<sup>4</sup> Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.91.

<sup>5</sup> Idem, p.93.

casas para desinfecções, ou mesmo a abandonar a habitação quando condenada à demolição.<sup>6</sup>

A perturbação aumentou na medida em que Pereira Passos – “na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica réplica tropical da Paris reformada” –<sup>7</sup> baixou medidas de postura que também interferiram no cotidiano dos cariocas: proibiu, por exemplo, cães e vacas nas ruas, a venda de bilhetes de loterias e mandou recolher mendigos aos asilos.

Neste período, a vacina contra a varíola, depois de três epidemias, tornou-se obrigatória. A reação popular aconteceu com o apoio de políticos positivistas, alguns jornais, ligas operárias e de ortodoxos católicos:

Segundo o *Jornal do Commercio*, houve “descargas cerradas de carabinas e revólveres”. Os bondes começaram a ser atacados, derrubados e queimados. Foram quebrados combustores de gás e cortados os fios da iluminação elétrica da avenida Central. Surgiram as barricadas, primeiro na avenida Passos, depois nas ruas adjacentes. Oradores subiam aos montes de pedras das construções e incitavam ao ataque. Na rua São Jorge, as prostitutas saíram à rua para aderir contra a polícia, ficando uma delas ferida no rosto. Começaram os ataques às delegacias de polícia e ao próprio quartel de cavalaria, na Frei Caneca. Verificaram-se também assaltos ao gasômetro e às companhias de bondes. Os distúrbios se espalharam, atingindo a praça Onze, Tijuca, Gamboa, Saúde, Prainha, Botafogo, Laranjeiras, Catumbi, Rio Comprido, Engenho Novo. Na rua Larga de São Joaquim (avenida Marechal Floriano Peixoto), as colunas de lampiões de gás foram quebradas e enormes chamas lambiam os ares. Na Senador Dantas, árvores recém-plantadas foram arrancadas. O tiroteio penetrou a noite, a cidade já em parte às escuras em consequência da quebra de lampiões. Ladrões se aproveitaram para assaltar os transeuntes.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Idem, p. 95

<sup>7</sup> Idem, p. 95.

<sup>8</sup> Idem, p. 104

Bem antes, nas primeiras décadas do século XIX, com a abertura dos portos, os contrastes do Rio começaram a ser observados com mais frequência por viajantes europeus. Interessados não apenas na paisagem exótica, passaram a registrar os contornos geográficos dos territórios pelos quais passavam em expedições exploratórias, produzindo pinturas em óleo sobre tela, aquarelas e croquis:

A América do Sul começou a ser “descoberta” pelos viajantes europeus não-ibéricos nas primeiras décadas do século XIX. No Brasil, à exceção dos 24 anos de ocupação holandesa no Recife, no século XVII, as representações paisagísticas afloraram principalmente depois da abertura dos portos em 1810, produzidas por viajantes estrangeiros nas mais diversas nacionalidades: britânicos, alemães, franceses, russos e italianos. Nessas expedições, interesses comerciais, científicos e colonialistas entrelaçavam-se com motivações teológicas, morais e estéticas. Mas seria equivocado considerar esses viajantes como cientistas profissionais *strictu sensu*: uma grande variedade de artistas, amadores, colecionadores e naturalistas autofinanciados, fornecia a matéria-prima para as visões européias dos trópicos.<sup>9</sup>

As idéias vindas da Europa foram “assimiladas pela elite intelectual e moldadas aos interesses nacionais.”<sup>10</sup> A iconografia pesquisada por Martins mostra que a modernidade aportou no Rio de Janeiro e testemunha a implantação de uma arquitetura em topografia irregular:

Nos primeiros anos do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contava com aproximadamente 50.000 habitantes. Em 1808, escoltada por um esquadrão britânico, a família real aportou no Rio, a fim de escapar à conquista francesa. A elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal e Algarves, em 1815, foi passo importante para a obtenção da

---

<sup>9</sup> Martins, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes – O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 12.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 13.

independência política, que chegaria em 1822. Sede da corte, o Rio transformou-se nesse período em uma “cidade imperial” nas colônias. (...) O Rio viria a ser a única cidade colonial a confrontar seus governantes metropolitanos com a realidade desconfortável de três séculos de domínio colonial. O Rio era uma cidade de contrastes: emoldurada por imponentes montanhas cobertas de mata tropical, localizada à margem de uma extensa e abrigada Baía, limitada a oeste por um vasto manguezal, a cidade, em sua compacticidade, contrastava vivamente com seu amplo entorno. Os contrastes, entretanto, se acentuavam quando o viajante desembarcava; à grandiosidade da natureza circundante, contrapunha-se um quadro urbano acanhado e confuso. (...) Não foram poucos os viajantes que compararam a chegada ao Rio com o desembarque em costas africanas.<sup>11</sup>

Martins afirma que a vida social e econômica do Rio, a cidade compacta e confusa do início do século XIX, era governada por “vários códigos sociais freqüentemente contraditórios, cada qual associado a uma temporalidade distinta: a do antigo regime colonial, a do Ancien Regime português, e a do capitalismo industrial britânico”.<sup>12</sup>

Encenação de cortejos públicos, procissões religiosas, feriados motivados por aniversários de algum membro da família real, e funerais de cortesãos faziam parte do cotidiano e mobilizavam a cidade, interrompendo o ritual metódico das atividades comerciais e dos negócios britânicos.

Os costumes da população do Rio, contudo, não chegaram a ser obstáculo para o estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e a Inglaterra. Além de porto seguro, a cidade era ideal para que as embarcações fossem abastecidas com água potável das montanhas, além de “outras provisões como o charque,

---

<sup>11</sup> Idem, p. 12.

<sup>12</sup> Idem, p. 13

açúcar, cachaça, tabaco e lenha”.<sup>13</sup> Nesta época era considerável a venda de manufaturados britânicos no comércio do Rio, vindos de Manchester.

O período de transição do Império para a República “representou a primeira grande mudança de regime político após a independência”.<sup>14</sup> Desde o início do segundo reinado, com a consolidação do governo central, o Rio de Janeiro passou a ser referência para a vida política nacional, com reflexos no resto do país. A fase de transição, além das deficiências infra-estruturais, representou também a quebra de valores no campo da moral e dos costumes:

O Rio há muito deixara de ser exemplo de vida morigerada, se é que alguma vez o foi. Os altos índices de população marginal e de imigração, o desequilíbrio entre os sexos, a baixa nupcialidade, a alta taxa de nascimentos ilegítimos são testemunhos seguros de costumes mais soltos. (...) O pecado popularizou-se, personificou-se.<sup>15</sup>

A iminência de novas possibilidades de negócios, sob o impacto da ideologia européia, financiados pela elite rural brasileira, apressou as reformas urbanas do Rio logo após a independência do Brasil. Os interesses predominantes remeteram aos poucos a cidade para a *belle époque* que será consolidada no início do século XX. Até chegar a esta fase, o Rio de Janeiro era uma cidade confinada por mar, lagos, riachos, charcos e montanhas. Needell registra as primeiras reformas:

---

<sup>13</sup> Idem, p. 70.

<sup>14</sup> Cf. Carvalho, op. cit., p. 11.

<sup>15</sup> Idem, p. 27.



By the dusk of colonial era, the expanding city had been graced by public fountains, fish-oil illumination, and a celebrated aqueduct between the nearby range of hills and a new public square. (...) Change accelerated about the century's third quarter. Regular garbage collection was started in 1847. In 1851, new portworks were begun. In 1852, the first telegraph was installed. In 1854, one of the first railroads in South America linked the court's summer capital, Petrópolis, to a station serviced by a cross-bay ferry to Rio. That same year saw the first public gas lighting. The year of 1857 saw the first underground sewage system, gas lighting in private buildings, and the control of the marshy Mangue area attempted with a canal. By 1858, the first major railway was baptized with its first complete section and central station, the latter being built behind the newer dock area on Rio's northern edge. In 1859, the first mule-drawn streetcar firm appeared; it failed in 1864. Its 1868 successor, however, brought the vehicle's definitive establishment.<sup>16</sup>

Inspirados na urbanização de Paris, cuja obra foi realizada pelo Barão Georges-Eugène Haussmann, privilegiando demolições, cruzamentos viários e construção de boulevards,<sup>17</sup> no final do século XIX os governantes da antiga São Sebastião do Rio de Janeiro – fundada em meados do século XVI em torno do Morro do Castelo –, investiram no aterramento do passado adotando as mesmas medidas, cujo símbolo maior foi a abertura da Avenida Central, em 1902.

A medida atingiu em cheio a geografia da cidade. Boa parte dos contrastes – quadro urbano confuso emoldurado pela natureza exuberante – pintada pelos artistas estrangeiros foi soterrada. Assim como em Paris, a modernização do Rio relegou a “história ao esquecimento ao apagar seus traços”.<sup>18</sup> Sob os escombros dos aterros, contudo, sobraram vestígios e rastros. A cada investigação, sobre as ruínas soterradas revelam-se “reminiscências”, como aquelas de que fala Walter

---

<sup>16</sup> Needell, Jeffrey. *A tropical belle époque: elite culture and society in turn-of-the century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 25-26. Grifos do autor.

<sup>17</sup> Haussmann foi nomeado prefeito do departamento de Sena por Napoleão III e, entre 1853 e 1870, foi o responsável pela reforma de Paris, que queria ver transformada de Medieval em moderna. Assim, derrubou quarteirões inteiros onde havia prédios antigos, abriu largas avenidas e construiu praças com imensos jardins.

Benjamin<sup>19</sup>. Tais reminiscências são fragmentos que resistem ao tempo e à violência do apagamento da memória.

### 1.1 – Objeto descartado

Neste trabalho, pretendo investigar o que considero uma reminiscência da história do Rio de Janeiro. Trata-se da roda dos expostos, dos excluídos ou dos enjeitados. Meu objeto de análise são seis textos de José Vieira Fazenda, intitulados “A Roda” e publicados no início do século XX na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Posteriormente, os textos foram reunidos na coleção *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*, editada pela mesma instituição.

Tanto quanto a roda, considero Fazenda e seus textos como outras reminiscências da cidade. Jamais tinha ouvido falar do autor até freqüentar algumas aulas do Curso de Mestrado em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina alguns anos atrás. Naquele momento meu interesse era trabalhar com crônicas, mas sem ter noção exata de como seria a pesquisa. Foi a Professora Doutora Ana Luiza Andrade quem me apresentou a Vieira Fazenda e emprestou um dos volumes de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*.

Neste estudo, também revelo uma busca pessoal: compreender algo mais sobre o passado da cidade. Nasci no Rio de Janeiro em 1963, onde vivi até 1980,

---

<sup>18</sup> Buck-Morss, op. cit., p. 129.

<sup>19</sup> Benjamin, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 224.

época em que migrei para Santa Catarina para estudar Letras na Universidade Federal. Não concluí o Curso de Letras (Português-Inglês) e acabei me formando em Comunicação Social – Jornalismo.

A ditadura militar e mesmo o período de redemocratização do país, entre outras providências, retiraram dos currículos fundamental e médio das escolas públicas onde estudei, informações sobre a época em que o Rio passou de “porto sujo” à “cidade maravilhosa”. Somente agora, mesmo que de forma tardia, tive a oportunidade e me interessei em buscar dados e conhecimento. Ainda tenho muito a investigar, este é apenas um começo.

Meu estudo sobre a roda dos expostos como reminiscência, através da narrativa de Vieira Fazenda, parte inicialmente do olhar dialético com base em Walter Benjamin, que expôs contra-imagens para desmascarar as metáforas do progresso embutidas no discurso público. Benjamin procurou justamente “nos objetos pequenos e descartados, nos edifícios antiquados e nos estilos fora-de-moda”<sup>20</sup> as evidências da destruição material da história. A roda dos enjeitados, *a priori*, é uma destas matérias descartáveis, que pretendo investigar olhando para trás.

Publicado em 1940, após a morte de Walter Benjamin, o ensaio “Sobre o conceito da história” apresenta um aforismo que metaforicamente opõe-se ao olhar confiante lançado sobre o futuro vitorioso do progresso:

---

<sup>20</sup> Buck-Morss, op. cit., p. 125.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa sobre os nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impede irresistivelmente para o futuro, ao qual ela vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.<sup>21</sup>

Nas poucas referências disponíveis, José Vieira Fazenda é considerado o “historiador da cidade”, o “cronista da cidade”, conforme Noronha Santos.<sup>22</sup> Texto (a história contada sob o olhar de Fazenda), contexto (outros textos sobre o Rio de Janeiro dos séculos XIX e XX) e objeto (a roda dos enjeitados), desta forma, são os alvos de minha dissertação, no desafio de “escovar a história a contrapelo”.<sup>23</sup>

A partir da leitura de Fazenda busco uma releitura da roda dos enjeitados, mecanismo de madeira utilizado principalmente por organizações católicas para recolher recém-nascidos e crianças abandonadas pelos pais, para evitar que fossem atirados no lixo ou nas ruas. Embora a roda faça parte da história de outras cidades brasileiras, meu estudo atém-se especificamente ao Rio e ao modo como Vieira Fazenda a descreve:

É uma porta de grossa madeira, sobre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro também de madeira; apresenta uma face convexa e outra côncava. Na segunda existem duas prateleiras, onde se collocava o enjeitado. Com summa

---

<sup>21</sup> Benjamin, op. cit. p. 226.

<sup>22</sup> Santos, Noronha. *Esboço biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.

<sup>23</sup> Idem, p: 225.

facilidade é o meio cylindrico susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janela ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte côncava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyratorio servia de aviso á ermã de caridade para, sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.<sup>24</sup>

Assim como outras mercadorias, a idéia da roda foi importada da metrópole pelo Brasil colônia. A tradição estendeu-se por quase trezentos anos e avançou sobre o período republicano, de urbanização do Rio, na passagem entre os séculos XIX e XX, o auge das já mencionadas políticas públicas de desfavelização e higienização da então capital do país. As rodas de diversos estilos – talhadas, envernizadas em madeira nobre ou modelos mais simples, pintados de branco – ficaram gravadas em outros textos.

Além de José Vieira Fazenda – não tão famoso nas passagens do livro ao jornal –, Machado de Assis e Joaquim Manoel de Macedo<sup>25</sup> referem-se ao objeto em suas narrativas. A roda, em Machado de Assis, aparece no conto *Pai contra Mãe* como possível destino para o filho de Candinho e Clara, casal pobre e endividado:

Foi na última semana do derradeiro mês que a tia Mônica deu ao casal o conselho de levar a criança que nascesse à Roda dos enjeitados. Em verdade, não podia haver palavra mais dura de tolerar a dous jovens pais que espreitavam a criança para beijá-la, vê-la rir, crescer, engordar, pular... Enjeitar quê? Enjeitar como? Candinho arregalou os olhos para a tia, e acabou dando um murro na mesa de jantar.(...) Pois então a Roda é

---

<sup>24</sup> V. Fazenda. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. RJ: Imprensa Oficial, 1924, p. 395.

<sup>25</sup> Assis, Machado de. "Pai contra mãe". In: *Relíquias da Casa Velha – Obra completa*, volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, e Macedo, Joaquim Manoel de. *A luneta mágica*. Rio de Janeiro: Ática, 1999.

alguma praia ou monturo? Lá não se mata ninguém, ninguém morre à toa, enquanto que aqui é certo morrer, se viver À míngua.<sup>26</sup>

Em Joaquim Manoel de Macedo, a roda é focada pela lente de *A Luneta Mágica*. Simplício, o protagonista do romance, confessa-se “míope física e moralmente” e, ao ganhar de presente de um armênio uma luneta, passa a alternar visões sobre a realidade do Brasil no final do Segundo Império:

Em outra ocasião, passando pela Rua dos Barbonos, parei diante de uma casa consagrada ao mais piedoso e santo mister, e vi armado em sua parede aquele aparelho movediço que se chama roda dos enjeitados. Ora pois!, disse a mim mesmo; aqui é impossível que eu descubra o mal; porque neste caso o mal está somente na mãe, ou na família cruel, que enjeita o recém-nascido; mas no seio que se abre para recebê-lo, adotá-lo não pode estar senão o bem, a caridade, a santidade.<sup>27</sup>

## 1.2 – Mecanismo giratório

Este estudo leva em conta informações sobre a Casa dos Expostos, criada em 1738 pela Irmandade da Misericórdia. Anexada ao Hospital Geral, a Casa dos Expostos centralizou as providências para o amparo aos enjeitados do Rio até 1821. Passado quase um século de instalação no complexo da Misericórdia (à Rua Santa Luzia, no Centro), a roda foi transferida para a Lapa. Depois, como num movimento circular inerente ao próprio objeto, voltou ao Centro, à Rua dos Barbonos – atual Evaristo da Veiga.

---

<sup>26</sup> Assis, op. cit., p. 10.

<sup>27</sup> Macedo, op. cit., p. 42.

Nesse endereço, a Casa dos Expostos tornou-se referência para o abandono de crianças até o início do século XX. A roda utilizada nessa época era feita de madeira escura, cuja aparência simulava o portal de uma catedral no estilo clássico, ostentando frontão (cobertura) em forma triangular e colunatas laterais.<sup>28</sup> É esta a roda – a primeira com que tive contato – que atualmente está em exposição no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), à Rua Augusto Severo, na Lapa. No museu, o dispositivo que serviu para recolher os enjeitados divide o mesmo espaço com objetos da nobreza que lhe aprovou o uso.

O salão abriga pinturas – como de Debret –, cristaleiras para conservar brasões e condecorações, esculturas, além de louças, cristais e objetos pessoais doados por antigos sócios e personagens da história do Brasil. No museu há uma curiosa relação de presença nobre e ausência da história dos enjeitados, de quem não há outras imagens no salão a não ser o objeto “fora-de-moda”, a roda descartada em cuja base há a seguinte inscrição:

À Rua Evaristo da Veiga, números 46 e 48, existia a Casa dos Expostos, que foi demolida para dar lugar à ampliação do Quartel da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Procedendo-se às necessárias, o comandante da Brigada Policial, General Siqueira de Menezes, enviou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aquela que então era conhecida como a Roda dos Expostos. A porta é de grossa madeira sobre a qual se vê uma janela ou fresta, mais alta do que larga, fechada por meio de um cilindro também de madeira. Neste, existem duas prateleiras onde se colocava o enjeitado. Com facilidade, dava-se um pequeno impulso que o fazia girar, fazendo soar uma campainha que servia de aviso à irmã de caridade, que prontamente ia atender ao chamado, principalmente à noite, tirando da roda a criança abandonada.

---

<sup>28</sup> Ver anexo 1.

Em 1911, a Casa dos Expostos mudou de nome e passou a funcionar em um prédio construído à Rua Marquês de Abrantes, no Flamengo. Foi quando a Santa Casa da Misericórdia inaugurou o Educandário da Fundação Romão de Mattos Duarte.<sup>29</sup> Neste novo endereço passou-se a usar um outro tipo de roda, um modelo mais simples, talvez à moda da época, construído em formato cilíndrico e parecendo um grande barril pintado de branco.<sup>30</sup> Um mecanismo dentro deste cilindro fazia uma pequena portinhola girar, transferindo a criança para o interior do Educandário.

Esta roda – a segunda a que tive acesso – também virou objeto do passado e pertence ao acervo do Museu Dahas Zarur,<sup>31</sup> instalado nos fundos do Educandário. Deitado sobre uma manta, um boneco branco de plástico fica exposto no interior da roda, como se esperasse. Uma cópia da roda, usada como objeto cenográfico da telenovela *Terra nostra*,<sup>32</sup> está no Museu ao lado da original. Em exposição há também peças do antigo mobiliário da Casa dos Expostos, como banheiras de ferro, berços, bacias para banho, utensílios para refeições e fotos antigas.

Como tantas outras, ao longo do século XX, as obras do metrô, no início dos anos 80, mudaram o traçado do Flamengo. A Fundação Romão de Mattos Duarte atualmente tem o portão de entrada em uma paralela da Rua Marquês de

---

<sup>29</sup> Ver anexo 2.

<sup>30</sup> Ver anexo 3.

<sup>31</sup> Dahas Zarur é o atual provedor da Santa Casa de Misericórdia e autor de livros sobre a história da instituição como *Uma velha e nova história da Santa Casa*, *a Santa Casa na História*, *História da Santa Casa: subsídios*, *Educandário Romão de Mattos Duarte* e *Educandário Santa Teresa*.

<sup>32</sup> A novela *Terra nostra* estreou na Rede Globo de Televisão em 20 de setembro de 1999 e ficou no ar durante quase nove meses.



Abrantes, a Rua Paulo VI, via que surgiu no lugar da área desapropriada do antigo imóvel. A Fundação Romão Duarte utilizou-se da roda para recolher crianças abandonadas até os anos 30.

Desde as últimas décadas do século XIX, médicos, juristas e políticos positivistas vinham reelaborando políticas para reformular práticas tradicionais em relação aos enjeitados. No lugar da assistência caritativa, passaram a valorizar a filantropia científica:

O asilo, tal qual concebiam os antigos, era uma casa na qual encafurnavam dezenas de crianças de sete a oito anos em diante, nem sempre livres de uma promiscuidade prejudicial, educadas no carrancismo de uma instrução quase exclusivamente religiosa, vivendo sem o menor preceito de higiene, muitas vezes atrofiadas pela falta de ar e de luz suficientes. Via de regra, pessimamente alimentadas, sujeitas não raro, a qualquer leve falta, a castigos bárbaros dos quais o mais suave era o suplício da fome e da sede, aberrando, pois, tudo isso dos princípios científicos e sociais que devem presidir a manutenção das casas de caridade, recolhimentos, patronatos, orfanatos, etc, sendo conseqüentemente os asilos nessas condições, instituições condenáveis.<sup>33</sup>

Maria Luiz Marcílio afirma que a designação de infância mudou nessa fase de intervenção da Medicina e das Ciências Jurídicas. Se, de um lado, o termo “criança” passou a ser empregado para designar o filho das “famílias bem postas”, de outro lado, “menor” tornou-se o discriminativo da “infância desfavorecida, delinqüente, carente, abandonada”.<sup>34</sup> Assim, a infância abandonada tornou-se,

---

<sup>33</sup> Moncorvo Filho, A.. *Histórico da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. Rio de Janeiro: Empreza Graphica Editora, 1926, p. 134. Citado por , Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p.194-195.

<sup>34</sup> Idem, p. 196.

para os juristas, caso de polícia. As instituições coloniais já não respondiam mais às demandas e às exigências da nova sociedade liberal:

Não se tratava mais – e apenas – de salvar as almas dos bebês encontrados pelas ruas, nas portas de casas ou deixados nas Rodas, ministrando-lhes o batismo, e de praticar a virtude do amor ao próximo; tratava-se de dar à assistência pública bases científicas e equipamentos bem estruturados. Era preciso salvar primeiramente o corpo da criança.<sup>35</sup>

O auge da modernização prometida ao Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX não levava mais em conta que a roda “evitava o escândalo e salvava a dignidade das famílias” ao se preservar os costumes e a manutenção da ordem social. A cruzada de médicos e juristas contra a roda ganhou força a partir dos anos 20.

Códigos e leis de proteção aos menores instituíram oficinas, liceus, colégios de educandos, escolas de artífices, colônias agrícolas e institutos de reabilitação em boa parte do país. O Estado assumiu o controle, reorganizou a assistência aos enjeitados com um projeto jurídico “não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal”.

Submetidos a uma disciplina prussiana que exigia “respeito, prontidão e obediência”, os menores nessas instituições eram treinados para o mundo do trabalho, como forma de prevenir a delinqüência, tornando-se úteis à sociedade. Vários estados investiram nos menores para substituir a mão-de-obra escrava recém-liberta.

---

<sup>35</sup> Idem, p. 201.

Apesar do novo cenário, a roda foi utilizada pelo Educandário da Fundação Romão Duarte até o início dos anos 30, continuando a ser uma das principais referências para crianças abandonadas. Atualmente a Fundação abriga cerca de 300 crianças, na maioria filhos de comunidades faveladas cariocas e disponíveis para adoção.

### **1.3 – Civilização e controle**

Disseminar o pensamento dominante foi idéia que norteou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, com apoio do imperador D. Pedro II, inspirado no *Institut Historique*, fundado em Paris quatro anos antes. Ao Instituto, assim, coube ajudar a construir, através de artigos na imprensa e publicações próprias, a cargo de seus colaboradores de várias profissões, a fundação de uma nacionalidade.<sup>36</sup>

A segunda regência herdou uma série de conflitos políticos e econômicos que se arrastavam desde o processo de independência. Movimentos pré-republicanos e pró-abolição dos escravos em várias regiões do país ameaçavam os interesses econômicos, políticos e sociais de monarquistas, latifundiários e comerciantes que formavam a elite brasileira à época. Na tentativa de conter correntes contrárias à manutenção do poder, entre outras investidas foram fundadas instituições para disseminar a história brasileira.

---

<sup>36</sup> <http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/ighb.html>, consultado às 21h de 12 de novembro de 2005, e <http://www.ighb.org.br/ighb2.php>, consultado a 13 de novembro de 2005, às 21h.

Investindo em pesquisas documentais e produção bibliográfica, o Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro visava destacar e consagrar personagens e heróis, trazendo “à luz o verdadeiro caráter da nação”, além de “difundir a civilização brasileira”.<sup>37</sup> José Vieira Fazenda foi colaborador e bibliotecário do Instituto durante quase 20 anos, entre os séculos XIX e XX, onde pesquisou e escreveu seus artigos reunidos em *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*. Após sua morte, em 1917, Fazenda recebeu uma homenagem: a sala de leituras do Instituto passou a ter o seu nome.

O autor foi “clínico prestativo e muito caridoso”<sup>38</sup> da Santa Casa de Misericórdia. O hospital foi criado pela Irmandade no final do século XVI, seguindo o modelo português fundado no século anterior:

A irmandade organizava-se em torno das chamadas 14 obras de caridade, sete espirituais e sete corporais, inspiradas pelo Evangelho consignados segundo são Mateus, e no primeiro Compromisso de 1516, a saber: "ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo, orar a Deus pelos vivos e mortos, resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar os doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres, sepultar os mortos" (Russell-Wood, 1981, pp. 14-5). Seu âmbito de atuação, portanto, correspondia a esferas bem mais amplas do que o que hoje entendemos como sendo as de um hospital. Contando com patrocínio régio, a Santa Casa espalhou-se rapidamente pelo império português, tornando-se a irmandade leiga de maior poder e expressão no que concerne às obras de caridade. Tornou-se uma marca da colonização portuguesa.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Santos, op. cit.

<sup>39</sup> Gandelmann, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, nº 3 (setembro/ dezembro de 2001), p. 613-630. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006), consultado a 16 de agosto de 2005.

O conjunto arquitetônico da Misericórdia no Rio cresceu em torno da Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, ainda hoje situada à Rua Santa Luzia, aos pés do extinto Morro do Castelo, demolido no início do século XX. Gandelman informa que “o passo das construções seguia lento à medida que se angariavam recursos entre homens ávidos por garantir a salvação de suas almas, por investir parte de seu capital no prestígio social da instituição e de si próprios”. A Santa Casa tornou-se a referência para corpos e almas:

A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, regida pela de Lisboa e com os mesmos propósitos desta, foi criada visando acolher os presos, alimentar os pobres, curar os doentes, asilar os órfãos, sustentar as viúvas, enfim, para ser a casa a serviço dos mais carentes, desassistidos e abandonados. Quanto ao tratamento dos doentes em seus dois primeiros séculos de existência, contou apenas com um físico e um cirurgião efetivos, além dos que se ofereciam para auxiliá-los em troca do internamento de doentes particulares e uso das instalações, entre outros interesses.<sup>40</sup>

Além de abrigar os doentes, conforme a proximidade da morte, a Santa Casa passou a cuidar dos sepultamentos e instituiu também o Recolhimento das Órfãs, divisão destinada ao “sustento e educação de donzelas, meninas brancas entre 9 e 11 anos”:

O surgimento dessas novas repartições testemunha uma mudança de atuação da irmandade, que passa a se preocupar mais diretamente com a preservação das relações sociais e com o futuro do povoamento da cidade através do auxílio à infância e de maior atenção às instalações destinadas aos presos. Isso não significa que a irmandade tenha abandonado sua preocupação anterior com o hospital ou com as missas. Grande parte dos recursos da irmandade no período continuou a ter sua

---

<sup>40</sup> *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, consultado a 20 de novembro de 2005, às 23:10h.

origem na angústia dos homens e mulheres que, tementes por suas almas, investiam parte do patrimônio angariado durante a vida no cuidado com sua partida para o dia do Julgamento. Por conta disso, rezavam-se numerosas missas na igreja da Misericórdia, em favor de homens e mulheres, parentes e compadres, irmãos da Misericórdia e almas do purgatório.<sup>41</sup>

Assim, a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, em decorrência da urbanização da cidade, cedeu à reprodução do modelo francês do século XIX, cuja medicina social se desenvolveu para garantir o aperfeiçoamento do Estado. Como a maioria das instituições religiosas ligadas à área de saúde, até o século XVIII, a cura do doente não era a prioridade do hospital mantido pela Santa Casa de Misericórdia. A preocupação primordial era dar ao pobre que estava morrendo a assistência material e espiritual, através dos sacramentos.<sup>42</sup>

Conforme Michel Foucault,<sup>43</sup> esquadrihar a população, excluir e vigiar são e doentes estavam entre os mecanismos que os estados europeus, desde a Idade Média, instituíram para estabelecer o controle político e garantir o fluxo mercantilista. Com a urbanização e a centralização do poder no Estado, contudo, cresceram entre os antigos governantes europeus as inquietudes político-sanitárias.<sup>44</sup>

No Brasil, o cenário não foi diferente. Na medida em que o Rio de Janeiro tornou-se um lugar de produção e referência de relações comerciais, o Estado recorreu a mecanismos de regulação e controle para evitar desvios no projeto

---

<sup>41</sup> Gandelmann, op. cit.

<sup>42</sup> Foucault, Michel. "O nascimento da medicina social". In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 101.

<sup>43</sup> Idem, p. 84

<sup>44</sup> Idem, p. 87.

político e social, cujo desenho começou na fase Imperial e se consolidou com a República:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. (...) O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrinhado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos.<sup>45</sup>

Para Foucault, visões de verdade são usadas como formas de controle e regulação. Regimes verossímeis nem sempre são revelados apenas a partir de discursos dominadores e dominantes. Medidas práticas de poder são impostas como ordem. Desta forma, se a verdade e o poder estão ligados por uma relação circular, todos os discursos podem ser vistos como regimes de verdade:

Estou a pensar na maneira como a literatura ocidental teve de apoiar-se, há séculos a esta parte, no natural, no verosímil, na sinceridade, e também na ciência – numa palavra, no discurso verdadeiro. E estou a pensar, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente até como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se numa teoria das riquezas e da produção.<sup>46</sup>

Há, em Foucault, uma vontade de verdade no século XIX, que, por não poder apoiar-se numa base institucional, não coincide com a vontade de saber que caracteriza a cultura clássica, “nem pelas forças que põe em jogo, nem pelos

---

<sup>45</sup> Idem, p. 80 e 89.

<sup>46</sup> Idem, in A Orden do Discurso, p. 23.

domínios de objetos aos quais se dirige, nem pelas técnicas em que se apóia”.<sup>47</sup> Ao contrário, os discursos políticos, educacionais, terapêuticos e religiosos determinam papéis pré-estabelecidos aos sujeitos que falam.

Quem não ouve os discursos considerados como legítimos, ou não coloca em prática a ordem advinda por esses discursos, tende a ser excluído dos debates. Baseada neste argumento, identifiquei em Fazenda o papel de sujeito que buscou legitimar as instituições a que esteve ligado. Foucault menciona as extintas “sociedades do discurso”, cuja função era produzir e fazer circular discursos em espaços fechados conforme regras pré-definidas.

Nestes espaços, o número de indivíduos que falavam era limitado e só entre esses indivíduos o discurso poderia circular e ser transmitido. A vocação institucional do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro me fez refletir sobre sua afinidade com as sociedades a que se refere Foucault.

“Narrativas que se contam e se repetem, coleções ritualizadas, coisas ditas uma vez e que são preservadas”<sup>48</sup> estão entre os discursos a que Foucault se refere dentro do jogo de vontade de saber e de poder, no qual circulam discursos de novos atos de fala que indefinidamente “são ditos, ficam ditos, e estão ainda por dizer”:

Sabemos da sua existência no nosso sistema de cultura: são os textos religiosos ou jurídicos, são também esses textos curiosos, quando

---

<sup>47</sup> Idem. p. 26.

<sup>48</sup> Idem, p. 28.



pensamos no seu estatuto, a que se chama “literários”; e numa certa medida também, os textos científicos.<sup>49</sup>

A partir da leitura dos textos sobre a roda, lancei-me também ao desafio de analisar as marcas da tradição e de verdade que pude observar na narrativa de Fazenda. Recorrendo aos artifícios documentais, o autor conduz o leitor platonicamente a sacralizar a roda dos enjeitados como mecanismo de solução para as crianças abandonadas. Sua escrita foi elaborada com recursos que evidenciam conceitos de origem, centro e fundamento, próprios do logocentrismo baseado em oposições hierarquizadas.

#### **1.4 – Dentro e fora**

Pretendo, assim, problematizar a teleologia de Vieira Fazenda e as “evidências tranqüilizantes”<sup>50</sup> da boa escritura colocada em questão por Jacques Derrida, para quem “a idéia do livro que remete sempre a uma totalidade natural é profundamente estranha ao sentido da escritura”.<sup>51</sup> Na crítica à tradição ocidental, Derrida propõe uma concepção mais ampla de sentidos em oposição ao inventário dos sistemas de escrita:

A escritura é a dissimulação da presença natural, primeira e imediata do sentido à alma no *logos*. Sua violência sobrevém à alma como inconsciência. Assim, desconstruir esta tradição não consistirá em invertê-la, em inocentar a escritura. Antes, em mostrar por que a violência

---

<sup>49</sup> Idem, p. 28-29.

<sup>50</sup> Derrida, Jacques *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 21.

<sup>51</sup> Idem, p. 22.

da escritura não *sobrevém* a uma linguagem inocente. Há uma violência originária da escritura porque a linguagem é primeiramente, num sentido que se desvelará progressivamente, escrita. A “usurpação” começou desde sempre. O sentido do bom direito aparece num efeito mitológico de retorno.<sup>52</sup>

Com esforço para superar a visão logocêntrica, busco na releitura dos textos sobre a roda dos enjeitados explorar as estratégias de Fazenda que reproduzem o pensamento dominante, aquele que elabora verdades sobre a história. A arquifala de Fazenda recorre ao que Derrida considera como “proteção enciclopédica”,<sup>53</sup> ou seja, ao agrupamento sistemático de dados extraídos de decretos e outros documentos sobre os quais debruçou-se na virada dos séculos XIX e XX para a produção de seus relatos:

No intuito de dar bom regime e regularidade ao serviço das Casas dos Enjeitados, promulgou o rei d. José I o alvará de 31 de Janeiro de 1775. Com ser extenso esse documento, vai elle transcripto na integra por se prender ao histórico de nossa *Roda*. Demais essa lei serviu de base ao regulamento de 1 de Abril de 1840, apresentado e aprovado pela Mesa, de que era provedor o benemérito José Clemente Pereira, e mandado executar por decreto de 4 de Julho do mesmo anno. Suas determinações são ainda hoje mais ou menos seguidas pelas mesas, que têm succedido. Foi ainda escutado nesse alvará, que a Sacta Casa do Rio de Janeiro escreveu em seus annaes uma das mais bellas paginas de sua historia.<sup>54</sup>

Fazenda escreveu em busca da gênese e da autenticidade, articulando o texto de forma a justificar a caridade e benemerência de aristocratas e burgueses emergentes que exerciam o poder no Rio do século XIX. Baseado em textos oficiais e na própria convivência com colegas médicos e irmãos da Misericórdia, o

---

<sup>52</sup> Idem, p. 49.

<sup>53</sup> Idem, p.22

autor valoriza *telos* e *arquê* do mecanismo que assegura: “Salvou da escravidão centenas de inocentes que, enfeitados por seus senhores, eram depois reclamados. E isto no tempo em que era loucura fallar em emancipação dos captivos”.<sup>55</sup>

A roda dos expostos configura-se como um artefato paradoxal: de solução (dentro) e exclusão (fora) dos enfeitados. Ao mesmo tempo em que conduzia os enfeitados do mundo exterior para o interior de asilos, internatos e hospitais, a roda funcionou como mecanismo de exclusão, na medida em que as crianças abandonadas eram discriminadas pela ordem instituída na sociedade a partir da aliança igreja-estado. Desta forma, vejo o objeto inscrito no jogo de linguagem derridiano:

Não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes, que constitui a linguagem. O advento da escritura é o advento do jogo; o jogo entrega-se hoje a si mesmo, apagando o limite a partir do qual se acreditou poder regular a circulação dos signos, arrastando consigo todos os significados tranqüilizantes, reduzindo todas as praças-fortes, todos os abrigos do fora-do-jogo que vigiavam o campo da linguagem.<sup>56</sup>

Desta forma, no primeiro capítulo serão expostas informações pesquisadas sobre José Vieira Fazenda, por entender que o autor ainda é praticamente desconhecido. Para isso, recorri a biografias e referências a seu trabalho na obra de outros autores. Conforme já citado, Fazenda tem sido considerado como fonte

---

<sup>54</sup> Fazenda, op. cit. p. 409

<sup>55</sup> Idem, p. 409

<sup>56</sup> Derrida, op. cit., p. 8.

sobre a história do Rio de Janeiro, especialmente por ter pertencido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No segundo capítulo, minha intenção é apresentar a série de textos sobre a Roda dos Expostos, inserida na obra *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, buscando investigar as estratégias do autor para a construção da história. A idéia é, a partir do perfil do autor – não canonizado pela literatura – expor a escrita sobre a roda e o movimento circular dos expostos.

No terceiro capítulo, meu objetivo é confrontar o texto de Fazenda com as proposições de Benjamin, Foucault e Derrida. Pretendo produzir uma releitura a partir de conceitos como o de história e o do papel do narrador, observando os mecanismos de poder instituídos pelas práticas da medicina social articulados pelo Estado.

A visão de Fazenda sobre o Rio, às vésperas do “bota abaixo”,<sup>57</sup> é essencial para a construção do contexto da modernidade, do império à república, que pretendo explorar no quarto capítulo. A proposta é revisitar o cenário do Rio de Janeiro rumo à *belle époque*, considerando a seleção de informações sobre a roda dos enjeitados feita por Vieira Fazenda.

No quinto e último capítulo, minha intenção é analisar a representação social da Santa Casa da Misericórdia, como mecanismo de suporte à organização social e à sustentação do Estado. Assim, busco reunir dados pesquisados sobre a instituição, na tentativa de ampliar o olhar sobre a roda revelado por Vieira

Fazenda, autor que segundo Othon Costa<sup>58</sup> produziu textos que “constituem um dos mais valiosos repositórios de informações acerca dos sucessos históricos e sociais do Rio de Janeiro”.

---

<sup>57</sup> Política adotada pelos poderes públicos federal e estadual, entre os séculos XIX e XX, sob o pretexto de organizar a sociedade. O termo passou à história a partir das obras do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos.

<sup>58</sup> Othon Costa foi presidente do Centro Carioca e prefaciou o volume “Esbôço Biográfico de Vieira Fazenda”, escrito por Noronha Santos (op. cit.).

## 2 – Memórias de Vieira Fazenda

Com as investigações iniciais, constatei que Vieira Fazenda, ao contrário de Paulo Barreto – o João do Rio – e Luiz Edmundo, não está incluído na lista de cronistas cariocas populares e consagrados. Contudo, é citado por vários autores como historiador ou um ilustre do cotidiano carioca na virada do século XIX para o XX. Luiz Edmundo refere-se a Fazenda como um dos personagens pitorescos de suas diversas crônicas, incluídas em um dos quatro volumes de *O Rio de Janeiro do meu Tempo*:

Agora, por essa augusta porta por onde S. M. o Imperador, o Sr. Pedro II muitas vezes entrou, a fim de presidir às sessões magnas do maior Instituto que no gênero existe, no país, cruzam o Sr. Vieira Fazenda, já velho, na sua sobrecasaca de sarja grossa, a barbar no debruns, a massagada dos jornais debaixo do braço (...)<sup>59</sup>

O curto perfil de Fazenda elaborado por Luiz Edmundo parece reforçar a personalidade de um autor cuja vida foi ocupada, além do exercício da medicina, com a leitura e com pesquisas em documentos e jornais. Seu biógrafo atesta que Fazenda “raras vezes saía à noite ou jantava fora”<sup>60</sup> e que só com a insistência de amigos foi conhecer o cinematógrafo. Ao sair de casa, onde passava o tempo escrevendo carta aos amigos, Fazenda costumava freqüentar livrarias.

---

<sup>59</sup> Edmundo, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957, 1º volume, Capítulo III: “Cais Pharoux e Praça Quinze”, p. 108.

<sup>60</sup> Cf. Santos, op. cit., p. 14.

Mas suas incursões pela cidade restringiam-se ao eixo central, onde morava e trabalhava. Na vasta coletânea de textos sobre o Rio, Fazenda concentrou-se em temáticas historicistas, uma variedade que “utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio”.<sup>61</sup> Ao enaltecer personalidades e acontecimentos oficiais da cidade, o autor distanciou-se das ruas e de personagens mundanos.

Nos textos pesquisados, Fazenda nunca se refere aos anônimos do cotidiano carioca. Tais personagens são ricos em características pitorescas descritas por Luiz Edmundo em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, e João do Rio, em *A alma encantadora das ruas*.<sup>62</sup> Contudo, revela certa dose de bairrismo e saudosismo ao descrever locais e eventos de que fez parte. É o caso da festa de São Joaquim, sobre a qual produziu um texto publicado pela revista *Renascença* em 1907, na seqüência de um artigo contendo seu perfil, assinado por Max Fleiuss.<sup>63</sup>

Fazenda também não é reconhecido como um autor do cânone literário, a exemplo de Machado de Assis, Joaquim Manoel de Macedo, Aluísio Azevedo e Manuel Antonio de Almeida, que em diferentes épocas se dedicaram a romancear passagens e personagens da cidade entre o Império e a República.

---

<sup>61</sup> Cf. Benjamin, op. cit. p. 231.

<sup>62</sup> Rio, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

<sup>63</sup> Ver anexo 4. Max Fleiuss (1868-1943) foi professor, historiador e colaborador de vários jornais.

## 2.1 – O civilizador

É possível ver Fazenda como um dos representantes da escrita da elite e do discurso que, conforme Derrida, tem como exigência absoluta a procura pela origem, por um centro.<sup>64</sup> Sua biografia contém “vários pontos obscuros”, conforme Othon Costa, autor do prefácio à biografia escrita por Noronha Santos:

De sua notável bibliografia, pouco se sabia, além das Antiquilhas. Era imprescindível que, ao menos, agora, quando vamos comemorar o centenário de seu nascimento, se fizesse um pouco mais de luz a respeito de sua obra e de sua fascinante personalidade. Vieira Fazenda foi um homem simples, simples e bom, como testemunharam aqueles que o conheceram, mas a simplicidade de uma vida ilustre não justifica a indiferença das gerações futuras. Ninguém poderia apresentar-se com mais autoridade para evocar a vida insigne e a obra perdurável de Vieira Fazenda do que o erudito e escrupuloso historiador dos Meios de Transportes do Rio de Janeiro, que é atualmente o maior sabedor da história carioca. Seria inútil acrescentar qualquer coisa para enaltecer o mérito deste novo trabalho de Noronha Santos, que o Centro Carioca divulga, como contribuição às comemorações do centenário de Vieira Fazenda.<sup>65</sup>

A biografia, começando pela gênese do autor, tenta dar legitimidade a Fazenda como referência da história do Rio: “Filho legítimo de Antônio Cândido Daniel, português, natural da Ilha Terceira, e de dona Rosa Maria Cândida Fazenda, brasileira, nasceu Vieira Fazenda 28 de abril de 1847, segundo domingo da quaresma, no prédio de sobrado da rua do Cotovelo, n. 8”.<sup>66</sup> O recurso enciclopédico da escrita de Fazenda, como veremos a seguir, é uma característica

---

<sup>64</sup> Derrida, Jacques. “Escritura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”. In: \_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 241-243.

<sup>65</sup> Santos, op. cit., p. 1.

<sup>66</sup> Santos, op. cit., p. 4.



comum ao texto de seu biógrafo, que busca em datas e autores similares a justificativa para enaltecer o personagem de que fala:

Ultimados os estudos primários no afamado colégio Vitório, dirigido pelo dr. Adolfo Manuel Vitório da Costa e Azevedo, pai do provector professor Emídio Adolfo Vitório da Costa, situado à rua dos Latoeiros (atual Gonçalves Dias), aos onze anos de idade, órfão de pai, passou Vieira Fazenda, em 1858, a morar com sua mãe em companhia da família de Antônio José Tavares da Silva, amigo dedicado de seus progenitores. Nesse ano matriculou-se o jovem estudante no externato do Imperial Colégio D. Pedro II e dois meses depois transferiu a matrícula para o internato, creado por decreto de 24 de outubro de 1857. Foram mestres de Vieira Fazenda, entre outros, o professor José Francisco Halbout, autor da conhecida “Gramática Francesa”, Jorge Furtado de Mendonça, o geógrafo Pedro José de Abreu, Antonio Maria Corrêa de Sá e Benevides, José Ventura Boscoli (de origem portuguesa), Felipe da Mota de Azevedo Corrêa, o romancista Manuel de Macedo, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Lucindo Pereira dos Passos.<sup>67</sup>

A formação secundária de Vieira Fazenda induz a justificar o título de “historiador da cidade”. Frequentou o Colégio D. Pedro II, na época do Segundo Império, destinado a oferecer “a cultura básica necessária às elites dirigentes”.<sup>68</sup> Primeira instituição pública de ensino do Rio de Janeiro, o colégio teve como alvo governantes, administradores, médicos, romancistas e historiadores. Foi fundado em 1837 para absorver a “boa sociedade, formada por brancos, livres e proprietários de escravos e terras”.<sup>69</sup>

Aqueles que completavam o curso recebiam o título de Bacharel em Ciências e Letras e conquistavam, como prêmio, o acesso direto ao ensino superior, ou às academias, como chamadas à época. Com a freqüência ao Pedro

---

<sup>67</sup> Idem, p. 05

<sup>68</sup> <http://www.multirio.rj.gov.br>, acessado a 12 de setembro de 2005.

<sup>69</sup> Idem.

II, Vieira Fazenda, segundo Noronha Santos, tornou-se secretário do Instituto dos Bacharéis em Letras:

Elaborou interessantes trabalhos, submetidos à crítica daquele grêmio e denominados História da Cidade do Rio de Janeiro e Apontamentos para a história civil e eclesiástica do Rio de Janeiro. Estes estudos já revelavam os pendores do jovem bacharel para assuntos de investigação histórica, que mais tarde o recomendariam ao apreço de seus concidadãos.<sup>70</sup>

Foi com essa trajetória que Vieira Fazenda ingressou na Faculdade de Medicina em 1866. Durante o curso, “foi pensionista, por concurso, do Hospital da Santa Casa de Misericórdia”.<sup>71</sup> Sua formatura aconteceu com pompa, começando pela incumbência de orador da turma, frente à cerimônia que teve a presença da Princesa Isabel nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, em 1872.

Ao formar-se médico, conforme seu biógrafo, Fazenda elaborou uma tese intitulada “Mefitismo dos esgotos em relação à cidade do Rio de Janeiro”, publicada em capítulos na *Revista Médica* (1873-74), sob o título “Dos esgotos da cidade do Rio de Janeiro”. Vieira Fazenda diplomou-se aos 24 anos, iniciando, com os artigos e a tese, a incumbência de “civilizador”. Foi contemporâneo, assim, dos médicos sanitaristas que pensavam o futuro higienizador do Rio de Janeiro.

Começou a clinicar na paróquia de São José, dando consultas a domicílio: “Clínico prático, de bom senso – sem se meter em altas cavalarias – assim dizia

---

<sup>70</sup> Santos, op. cit., p: 7.

<sup>71</sup> Idem, p. 7

Fazenda, granjeou doentes, curas e ingratos”.<sup>72</sup> Mais tarde, então, tornou-se clínico da Santa Casa de Misericórdia, dedicando-se à enfermaria das mulheres idosas. O biógrafo retrata Fazenda como um benfeitor. Da Santa Casa, foi nomeado para o Hospício de São João Batista, em Botafogo, onde ficou até 1886. Na seqüência, retornou ao hospital da Misericórdia, no qual passou a chefiar a enfermaria dos velhos doentes.

Nesta época pertenceu ao Partido Liberal do Império e, ao mesmo tempo, a uma associação pró-libertação dos escravos, a Sociedade Emancipadora: “declarou-se sempre adversário irreductível da escravidão”.<sup>73</sup> Segundo seu biógrafo, Fazenda empenhou-se na campanha abolicionista e teria contribuído financeiramente para a libertação dos escravos. Enquanto os liberais estiveram no poder, Fazenda ganhou o cargo de juiz de paz e, depois, de intendente municipal, o equivalente ao cargo de vereador.

## **2.2 – Verdade histórica**

Entre os projetos que elaborou na gestão, entre 1895 e 1896, consta o lançamento de um concurso para premiar a melhor redação sobre a história do Rio, além de pareceres sobre a revisão do *Código de Posturas*, com destaque para projetos sobre águas e saneamento. Ao mesmo tempo em que teve

---

<sup>72</sup> Idem, p. 9: Artigo citado por Santos de autoria de Escragnole Doria, publicado no *Jornal do Commercio*, em 25 de fevereiro de 1917.

<sup>73</sup> Idem, p. 10

preocupações com questões sanitárias da cidade, Fazenda contribuiu para institucionalizar o feriado mais famoso do Rio:

De sua iniciativa foi a proposta considerando feriado municipal o dia 20 de janeiro, pelo qual se comemora não só a criação definitiva da Municipalidade do Rio de Janeiro, como se recorda a ação dos fundadores da cidade. Esta proposta se transformou no decreto n. 239, de 10 de março de 1896, sancionado pelo prefeito dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.<sup>74</sup>

Vieira Fazenda ainda colaborou com a definição do emblema do Rio de Janeiro, que contém a “cidade fortificada, o clássico castelo das cidades latinas, e pouco abaixo, o louro e o carvalho, que lembrava as virtudes cívicas do povo”.<sup>75</sup> Apesar da atuação pública, segundo seu biógrafo, Vieira Fazenda foi um “político acidental”.

A trajetória de ocupação de cargos públicos oficiais terminou após a República. Em 1898, ainda como médico da Santa Casa de Misericórdia, foi nomeado bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1917, data de seu falecimento. A serviço do Instituto, dedicou o tempo à sala de leituras que hoje leva seu nome:

Trabalhador infatigável, frequentou a Biblioteca e o Arquivo Nacionais, as livrarias Quaresma (rua S. José), Garnier (rua do Ouvidor), e com muita assiduidade, o arquivo da Santa Casa de Misericórdia. Durante anos ininterruptos folheou volumes e documentos dos séculos dos governadores e vice-reis. Releu velhos papéis da época dos ouvidores, provedores e juízes, traficantes, fidalgos e escravos. Organizou catálogos, verificou o acervo ali recolhido, anotou livros e cimélios, com

---

<sup>74</sup> Idem, p. 11.

<sup>75</sup> Idem, p. 12.

auxílio de Max Fleiuss, o estimado, prestimoso e saudoso secretário da veneranda casa que honra a cultura brasileira.<sup>76</sup>

Garimpando documentos arquivados e interpretando os dados oficiais, Fazenda, assim, tornou-se “orientador seguro e probo da crônica carioca”.<sup>77</sup> Com a função de bibliotecário, passou a empregar seu tempo na produção textual vinculada à versão da elite, com o preparo de quem frequentou o Colégio Pedro II e a Faculdade de Medicina, além de ser representante público nomeado pelos governantes liberais da época. Seu biógrafo registra que Fazenda sempre atendia a todos com atenção: “com suas investigações, determinou novos processos de estudos, abrindo horizontes à verdade histórica”.<sup>78</sup>

Santos registra que o autor, contudo, não teria sido subserviente e recusava os honorários do trabalho como bibliotecário no Instituto, cumprindo expediente entre as 11 da manhã e as 3 da tarde: “Franco com todos, ríspido e ômbro a ômbro com os poderosos, jamais sorriu para adular ou cortejou para obter. Sabia ser o mesmo diante de quem quer que fôsse”.<sup>79</sup>

Colaborou também com artigos para jornais de sua época, como *A Notícia* e *Jornal do Commercio*, além de revistas como a *Kósmos* e a *Renascença*, junto com a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Ao elogiar as pesquisas de Fazenda, a partir de seu “critério científico”, Fleiuss relata as

---

<sup>76</sup> Idem, p: 12 e 13.

<sup>77</sup> Idem, p. 13.

<sup>78</sup> Idem, p. 13

<sup>79</sup> Idem, p. 14

condições em que estava o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando assumiu o novo bibliotecário:

Força é confessar antes de sua entrada, a velha sala do Instituto devia apresentar o mais cahotico aspecto. E o trabalho do Dr. Fazenda teria encontrado maior desenvolvimento se não fossem as péssimas condições matereais do edificio. Agora, com os grandes auxílios concedidos, pelos poderes publicos, e que permitem a transformação completa da casa, a acção intelligente do bibliothecario se reflectira de maneira efficaz, conseguindo a formação de catalogos commentados que patenteiem a riqueza, não somente das obras, mas também dos archivos do Instituto.<sup>80</sup>

José Vieira Fazenda – cujo nome, em 1917, passou a batizar a antiga Rua do Cotovelo e, mais tarde, uma estação de trem da malha que compunha a Central do Brasil, anterior às obras do metrô, até meados dos anos 70 – morreu em fevereiro de 1917:

Nos últimos dias de janeiro, visitámolo e, apesar da depreciação orgânica observada, tivemos a ilusão de que o doente teria forças para resistir às crises de esclerose. Animava-o a mesma vivacidade de espírito de outros tempos. Em meados de fevereiro, agravam-se-lhe, porém, os padecimentos. (...) Removido o corpo para a sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no edificio Silogeu, à rua Augusto Severo (Lapa), deste local saiu o cortejo fúnebre às 16 horas, de 20 de fevereiro, para o cemitério de São João Batista, em Botafogo. O enterramento procedeu-se às 17 horas, no carneiro de adultos n. 2.301, com a assistência de grande número de amigos e admiradores (...)<sup>81</sup>

---

<sup>80</sup> Cf. Anexo 4.

<sup>81</sup> Idem, p. 20.

### 3 – A releitura das antiquilhas

A citação de documentos oficiais e comentários pessoais, quase sempre ufanistas e enaltecendo personagens e instituições ao longo da narrativa, são algumas das características textuais de Fazenda. Neste capítulo, pretendo identificar os artifícios que Fazenda elegeu para reunir conteúdos e construir sua versão sobre uma das antiquilhas do Rio de Janeiro.

Fazenda escreveu sobre a roda dos enjeitados em 1906, e a primeira divulgação desse texto aconteceu através da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, dirigida a assinantes e sócios da instituição. A Revista publicou “A Róda” com o subtítulo “Casa dos Expostos” entre parênteses. Somente na década de 20 os textos foram divididos em partes e publicados na coletânea *Memórias e Antiquilhas do Rio de Janeiro*.<sup>82</sup>

O autor buscou sempre a precisão, dedicando páginas à citação de leis e de outros documentos como que para imprimir o máximo de veracidade à narrativa. Fazenda justifica seu interesse em escrever sobre a origem e desenvolvimento do que considerou como “toscas peças de madeira”<sup>83</sup> para “explicar no futuro a presença de tal aparelho no museu do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro”. Assim, descreve a roda explorando detalhes de sua estrutura:

---

<sup>82</sup> Ver cópia dos textos no anexo 5

<sup>83</sup> Fazenda, op. cit. p. 395.

Procedendo-se ás necessárias demolições, entendeu o digno comandante da Brigada Policial enviar para o Instituto Histórico, que acceitou a offerta, os objectos que compunham aquillo a que commumente se dá o nome de *róda*. É uma porta de grossa madeira, sôbre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro tambem de madeira; apresenta uma face convexa e outra concava. Na segunda existem duas prateleiras, onde se collocava o engeitado. Com summa facilidade é o meio cylindro, susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janella ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte concava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyatorio servia de aviso á erma de caridade para, sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.<sup>84</sup>

Fazenda informa a existência de outras rodas em instituições do Rio: “São de maiores proporções e podem ser observadas nas portarias dos Conventos d’Ajuda e de Sancta Teresa”. Nestes locais, conforme o autor, as rodas serviriam para entrada e saída de produtos de consumo, como tecidos e outros artigos, além de facilitar a comunicação de religiosos enclausurados com o mundo exterior.

Antes de explicar o uso da roda no Rio de Janeiro, o autor volta no tempo para buscar em Lisboa referências ao objeto, apontando que a roda estava incluída nos costumes e tradições portugueses. Segundo Fazenda, foram os reis que, inicialmente, ocuparam-se com busca de soluções para os enjeitados, por volta do século XVI. No Brasil, seguindo o modelo português de épocas posteriores, a tradição foi absorvida por instituições de caridade:

Entre nós, sabido é, a Casa dos Expostos, administrada pela antiga e venerável Irmandade da Misericordia, é um instituto com patrimônio próprio, augmentado pela constante caridade de almas benfazejas. Não perderam os infelizes abandonados com sair da sua antiga casa. Acham-se agora bem installados em magnífico prédio, da rua do Senador

---

<sup>84</sup> Idem, p. 395.



Vergueiro, sito em meio de vasta chácara, onde vicejam copadas arvores.<sup>85</sup>

Nesta parte inicial do texto, Fazenda organizou as informações de forma a demonstrar que o abandono e a criação de mecanismos de sustento às crianças teriam sido objeto de discussões e medidas governamentais que se arrastavam por dois séculos, especialmente na Europa. Com o discurso fragmentado, porém, não aprofunda a questão. Informa que as providências teriam sido tomadas para evitar que os enjeitados fossem devorados por cães ao serem deixados ao relento ou se tornassem disseminadores de epidemias.

Assim, revela que em Portugal o amparo aos enjeitados era confiado, por determinação real, a hospitais e albergarias ou aos Conselhos ou Câmaras Municipais, que cobravam impostos dos habitantes para a manutenção das instalações. Na ausência de instituições ou espaço nos hospitais, as mulheres que se dispusessem a amamentar e a criar crianças abandonadas conquistariam privilégios para seus maridos. Para provar a informação e evitar dúvidas, Fazenda reproduz um trecho de uma Carta Régia, datada de 1502:

A quantos reza o documento, esta nossa carta virem, fazemos saber que queremos nós dar fórma e maneira, como para os meninos que se engeitarem no nosso hospital de Todos os Sanctos desta cidade, se possam achar melhores amas para os criarem, por este presente nos praz que qualquer ama que criar engeitados ou engeitadas que ao dito hospital vierem e que lhe fôr dada pelo provedor delle, além do ordenado que por criação lhe houver de ser dado, segundo com elle se concertar, gose três annos, que se começarão do dia em que o dito engeitado levar, de todo o privilegio aqui declarado; convém a saber, que não pague nenhuma peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, que pelo concelho onde fôr morador sejam lançados, por qualquer guiza ou maneira que

---

<sup>85</sup> Idem, p. 396.

seja, nem vá com pesos, nem com dinheiro, nem seja tutor, nem curador de nenhuma pessoa que sejam, salvo si as tutorias forem lidimas, nem sirva em nenhum outro cargo, nem servidões do dito concelho, nem seja official delle contra sua vontade, nem persigam com elle em suas casas de morada, adegas, nem cavalhariças, nem lhe tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gallinhas, nem bestas de sella, nem albarda, nem outra alguma coisa contra sua vontade, etc.<sup>86</sup>

Segundo levantamento de Fazenda, esses privilégios foram garantidos por sucessivas Cartas Régias entre os séculos XVI e XVIII em Portugal. Contudo, mesmo com a subvenção instituída pelos reis, em algumas cidades – o autor cita Aveiro, Penafiel e Alemquer – faltaram amas dispostas e entidades dedicadas ao recolhimento das crianças.

Para isso surgiram as “recoveiras”, mulheres que freqüentavam as feiras de praças públicas oferecendo-se para levar enjeitados a cidades vizinhas onde houvesse estrutura mais apropriada ao abrigo das crianças. Por este serviço, recebiam pagamento das próprias Câmaras, a quem caberia, por lei, a responsabilidade de cuidar dos abandonados, “livrando-se assim do encargo de ter rodas”.<sup>87</sup> “A especulação torpe”, no entender de Fazenda, acabou por distorcer a ordem instituída em Portugal, através do incentivo financeiro dado a amas e “recoveiras”:

Em 1771, no dia 4 de Junho, foi condemnada uma mulher, de nome Luiza de Jesus, natural de Coimbra, porque ia á roda desta cidade buscar crianças, recebendo de cada uma 600 réis em dinheiro, 1 covado de baeta e um berço. Reconheceu-se pelo processo que esta féra matára 33 crianças. Foi garroteada, indo com baraço e prégão pelas ruas públicas,

---

<sup>86</sup> Idem, p. 396.

<sup>87</sup> Idem, p. 397.

sendo atezada e cortando-lhes as mãos, queimando-se o corpo e reduzindo-a a cinzas.<sup>88</sup>

### 3.1 – A gênese

Com o passar dos anos, a nobreza de Portugal deixou de considerar o suporte aos enjeitados como prioridade administrativa. Fazenda afirma que, em muitas cidades, as instituições designadas para a recepção das crianças reclamavam da insuficiência de espaço e de recursos financeiros para amparar tantos abandonados, cujo número aumentava ano a ano.

Os organismos públicos, que tinham a incumbência de colaborar com finanças, deixaram de contribuir: “O Senado da Camara, que pela lei era obrigado a concorrer com subsídios para tão humanitário fim, furtára-se a esse dever, allegando falta de meios suficientes”.<sup>89</sup>

No final do século XIX, conforme o autor, “por deliberação do marquez de Pombal”, foi regulamentada em Lisboa a Real Casa dos Expostos, cuja administração ficou a cargo da Irmandade da Misericórdia, com suporte financeiro e participação da monarquia, que nomeava o provedor e os funcionários. O objetivo era centralizar uma solução para o destino das crianças expostas. Fazenda argumenta que “a sorte dos miseros desamparados mereceu sempre, no

---

<sup>88</sup> Idem, p. 398.

<sup>89</sup> Idem, p. 398.

correr dos tempos, o zêlo e compaixão dos monarchas portuguezes e da alta fidalguia”.<sup>90</sup>

Para legitimar a compaixão da nobreza, numa argumentação bem ao gosto da elite, Fazenda cita a criação da Real Ordem de Sancta Isabel, entre tantas outras criadas em Portugal com a mesma finalidade, até que começassem campanhas para a extinção das rodas, que aconteceu em meados do século XI:

As damas que pertencessem a esta ordem seriam obrigadas a visitar por turnos, uma vez em cada semana, o hospital dos expostos, e a observar os artigos pertencentes ao regime particular e govêrno economico do hospital e os mais actos de caridade, que se devessem practicar sôbre o tractamento dos expostos. A ordem era composta, além da Família Real, de 26 damas, que deveriam ser casadas e ter vinte e sei annos completos.<sup>91</sup>

No Rio de Janeiro, a preocupação com o abandono das crianças nas vias públicas, “perecendo á miseria e ao frio”, afirma Fazenda (com amparo em historiadores, mas sem citar nomes, repetindo a carência de detalhamento), teria começado somente no início do século XVIII. Maria Luiza Marcílio, em contraste, propõe que, do período colonial até meados do século XIX, vigorou uma fase denominada “caritativa”:

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento de fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionário e suas formas de ação pelo privilegiam a caridade e a beneficiência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das

---

<sup>90</sup> Idem, p. 398.

<sup>91</sup> Idem, p. 399.

boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o *status* de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas.<sup>92</sup>

Fazenda informa que, diante do surgimento cada vez mais comum de enjeitados na época, o governador Antonio Paes de Sande encaminhou carta à metrópole pedindo providências. Sande sugeriu que a Santa Casa de Misericórdia – administrada pela Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia, criada no início do século anterior por José de Anchieta – passasse a ser referência para o recolhimento e abrigo das crianças abandonadas em diversos pontos da cidade. Na resposta que recebeu da metrópole, no entanto, Paes teve sua sugestão rejeitada e foi-lhe determinado passar a incumbência à Câmara, tal como havia sido em Portugal.

Essas explicações constam da segunda parte de “A Roda”, na qual Vieira Fazenda buscou detalhar a gênese da roda dos enjeitados no Rio de Janeiro. Boa parte desse texto tem como fonte os arquivos da Santa Casa de Misericórdia, que, segundo o autor, mesmo atravessando dificuldades financeiras à época, continuou abrigando as crianças abandonadas às suas portas. Fazenda foi buscar uma suposta prova dessa devoção no regimento da Irmandade:

Todas as vezes que lhe permitiam as condições a Sancta Casa nunca deixou em abandono os meninos enjeitados. Dava por esse modo cumprimento ao capítulo XXXIII do compromisso, cujos parágrafos 2º e 3º assim dispõem: “Achando-se alguns meninos desta qualidade (expostos às portas do hospital ou nelle tornados orphãos), constando de seu desamparo, o provedor e mais ermãos da Mesa os *mandarão acabar*

---

<sup>92</sup> Marcílio, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

*de criar tomando-lhes amas, enquanto forem de pouca idade, e depois de crescidos lhes darão ordem conveniente, para que nem por falta de criação venham a ser prejudicados á Nação, nem por falta de occupação fiquem expostos aos males, que a ociosidade costuma causar. – Havendo alguma pessoa virtuosa, que se queira encarregar da criação e amparo de algum destes meninos, a Casa lh'o largará, porque não deve tomar a seu cargo, sinão aquelles, que não tiverem, nem outro remedio, nem outra sustentação”.*<sup>93</sup>

Os antigos registros contábeis da Santa Casa de Misericórdia também foram utilizados pelo autor para organizar as informações: “servem de prova os lançamentos das quantias pagas ás amas de leite e destinadas a dotes das expostas”. Fazenda colheu e citou nomes de alguns do enjeitados que foram amparados e receberam ajuda após a fundação da Irmandade:

Para o patrimonio do enjeitado Diogo de Castro, que fora sacristão e ia receber ordens maiores, a Misericordia deu um prédio de pedra e cal no canto fronteiro aos que foram de Gaspar Cabral (rua General Camara, esquina da rua da Quitanda). Nos competentes livros dos accordãos notam-se, entre outros, o dote de duzentos mil réis e um enxoval de cincoenta mil réis conceditos á enjeitada Ursula do Bomsucesso, que se ia casar com o sapateiro Francisco da Costa. Dous annos depois (1697) o mesmo se practicou com relação á exposta Antonia do Bomsucesso.<sup>94</sup>

Com a prática caritativa da Misericórdia, Fazenda afirma que a Câmara do Rio de Janeiro resistia ao cumprimento de sua obrigação, resultando em nova determinação da Metrópole, agora para que aumentasse os impostos e assumisse o sustento das crianças abandonadas. O autor informa que a Câmara, então, valeu-se das sobras dos impostos do azeite doce e do sal do Reino para financiar os enjeitados. Mas, como em Portugal, no Rio cresceu o número de expostos, e a

---

<sup>93</sup> Fazenda, op. cit., p. 401.

<sup>94</sup> Idem, p. 402

verba tornou-se insuficiente. Fazenda atesta que a Câmara ainda buscou outros artifícios:

Por um documento impresso no *Arquivo Municipal* vejo que ainda em 13 de outubro de 1736, vendo-se a Câmara onerada em dívidas para a manutenção dos enjeitados, escreveu longa carta a Gomes Freire de Andrade. Allegava as dificuldades, em que se via, e impetrava o favor de tirar por empréstimo *quinze mil cruzados* da quantia do donativo, que todos os annos ia para Portugal. Esse donativo havia sido imposto muitos annos antes para o dote de casamento das princezas de Portugal, e ainda continuava.<sup>95</sup>

Dada a insistência da Câmara com petições dirigidas ao governador, a remessa do donativo a Portugal acabou suspensa, mas a medida também não resolveu a situação dos expostos. Os abrigos e instituições mantidos pela Câmara, conforme relato do autor, permaneceram em situação de penúria, privando as crianças dos cuidados necessários.

Em meados do século XVIII, com o aumento gradativo da população de enjeitados, os mecanismos de amparo já não eram mais suficientes, e a maioria das crianças acabou não sobrevivendo, ou por terem sido abandonadas nas ruas, ou por falta de atendimento adequado.

### **3.2 – Arquivo e memória**

Na terceira parte do texto, Fazenda aborda a criação da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, a segunda a existir no Brasil – a primeira foi em Salvador. Logo

---

<sup>95</sup> Idem, p. 404.

depois foram criadas instituições semelhantes em Recife e em São Paulo, espalhando-se por quase todo o país no século seguinte.

A Câmara, de início, nada fez para apoiar a idéia que partiu de dois voluntários abastados: “coube os dous beneméritos burguezes Romão de Mattos Duarte e Ignacio da Silva Medella”, conforme Fazenda, o financiamento para a fundação de uma instituição destinada exclusivamente “ao amparo das infelizes criancinhas, como já existia em Lisboa e na Bahia”.

A verba doada foi destinada às obras da Casa e da roda, para a recepção dos enjeitados, na maioria recém-nascidos, que até então eram deixados junto a caixotes de lixo, geralmente à noite, nas proximidades do Hospital da Misericórdia. As atas das sessões realizadas na Santa Casa com o registro dos donativos foram reproduzidas por Fazenda nessa parte do texto, como uma prestação de contas ao ato caridoso de Duarte e Medella. O autor preocupa-se em conferir autenticidade a seu texto. Segundo ele, os primeiros enjeitados lançados na roda da Casa dos Expostos, integrada ao complexo da Misericórdia, receberam os nomes de Romão e Anna.

Foi através da consulta aos arquivos da Santa Casa que Fazenda extraiu também o registro de chegada do menino: “o qual trouxe um coeiro de chita verde”, que teve como padrinho Romão de Mattos Duarte. A partir da mesma fonte, o autor extraiu outra ata comprovando a entrada da menina: “com quatro coeiros de baeta, seis camisas, uma toalha de panninho, uma coifinha, uma vara de fita encarnada”. Ana foi batizada por Ignácio da Silva Medella.



Fazenda não aprofunda informações em seus textos e não explica, apesar de citar, que nem todos os recém-nascidos enjeitados naquela época cresciam sob os cuidados da Casa dos Expostos. Marcílio informa que muitos foram adotados, a exemplo de Romão, que foi levado pela madrinha Anna Ferreira e pelo marido Antonio Pires da Fonseca, então escrivão da Santa Casa. Ana foi morar com a madrinha Isabel Gomes e o marido Jorge Correia em uma casa na antiga Praia do Valongo.<sup>96</sup>

Ao contrário da Europa, onde os enjeitados ficavam sob a responsabilidade do Estado a partir do internato em asilos até à morte, Marcílio acrescenta que no Brasil a adoção era comum:

O sistema informal ou privado de criação dos expostos em casas de famílias foi o sistema de proteção à infância abandonada mais amplo, e presente em toda a História do Brasil. (...) Certamente, o componente religioso esteve presente em muitas das pessoas que se compadeceram dos pequeninos e desamparados e lhes deram agasalho em seu lar. A própria igreja, desde os tempos primitivos estimulou a prática da *caritas*, do amor ao pobre e às criancinhas, prometendo a salvação futura para os que a praticavam. Há que considerar que a caridade cristã é uma tradição. Nenhuma criança encontra na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados. Aliado à caridade sempre esteve presente o dever precípua de fazer batizar imediatamente a criança encontrada.<sup>97</sup>

Essa atitude, porém, não é explicada simplesmente pela religião: “Em uma sociedade escravista (não-assalariada), os expostos incorporados a uma família poderiam representar um complemento ideal de mão-de-obra gratuita”.<sup>98</sup> Desta

---

<sup>96</sup> A Praia do Valongo ficava próxima à Prainha, área de trapiches, estaleiros e comércio. Esta região foi convertida na Praça Mauá, centro do Rio.

<sup>97</sup> Fazenda, op. cit., p. 404.

<sup>98</sup> Idem, p. 137.

forma, nem sempre os enjeitados adotados recebiam tratamento melhor do que aqueles deixados em uma instituição: “Não se deve esquecer que, na época, existia uma sociedade de senhores e escravos, marcada pela violência”.<sup>99</sup>

Fazenda conta que, apesar das doações de Duarte e Medella, a Santa Casa foi em busca de mais recursos para o sustento dos enjeitados. Para isso, reescreve o requerimento encaminhado pela Irmandade ao rei D. João V. Revelando a forma que adotava para a redação de seus textos, o autor assume: “Desses documentos, como de muitos outros, possuo notas tiradas, ha annos, do Archivo da Misericórdia”. O pedido da provedoria surtiu efeito, conforme Fazenda, e a Santa Casa passou a receber recursos da Câmara.

Em meio a esse cenário, a população não parou de crescer na cidade, assim como o número de crianças abandonadas. A Irmandade fez nova apelação, desta vez assentida pela rainha D. Maria I, que ordenou novas contribuições por parte do Senado. As estatísticas da Santa Casa apontam que somente em 1843, 456 crianças foram depositadas na roda da Casa dos Expostos. Deste total, 239 eram meninos e 151 meninas.<sup>100</sup> A maioria, 305, foi abandonada à noite, contra 151 durante o dia. Entre 1738, data da fundação, e 1821, a Casa dos Expostos recebeu quase 9 mil crianças.<sup>101</sup>

O mais extenso documento reproduzido por Fazenda aparece na quarta parte do texto. Trata-se de um “alvará” assinado, em 1775, pelo rei D. José I, para

---

<sup>99</sup> Idem, p. 138.

<sup>100</sup> SOARES, Ubaldo. O passado heróico da Casa dos Expostos. Rio de Janeiro: Santa Casa, 1959, p. 21.

<sup>101</sup> Idem, p. 33.

dar “regularidade ao serviço das Casas dos Enjeitados”,<sup>102</sup> ocupando quatro páginas (veja anexo). Fazenda explica que o “alvará” serviu de base para providências da Santa Casa em relação aos expostos, que “salvou da escravidão centenas de inocentes que, enjeitados por seus senhores, eram depois reclamados”.

A quinta parte do texto foi dedicada por Fazenda às parteiras, na época divididas em duas categorias: as curiosas ou aparadeiras, mais conhecidas como “comadres”, e as que tinham carta de aprovação dos médicos da época, após prestação de exames. Ambas tiveram papel importante em relação às crianças abandonadas: “Depositárias de graves segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escândalos, gosavam de grande respeito e dispunham de boas amizades”.<sup>103</sup> Segundo Fazenda, estavam disseminadas pelos becos e vielas do Rio.

As casas onde moravam, sem que o autor explique a razão, eram identificadas por uma cruz preta pintada no portal. Sem leis coercitivas, as parteiras exerciam livremente a profissão. Fazenda conta que entre as parteiras licenciadas existiam escravas, cujos proventos com o trabalho “iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra, ladina, entendida em parto”. O autor cita as parteiras negras e escravas, algumas curiosas ou “comadres”, as mais requisitadas:

---

<sup>102</sup> Fazenda, op. cit., p. 409.

<sup>103</sup> Idem, p. 413

Por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á Roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter os incommodos da criação. Prestados os soccorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante modica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e o ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos. Envolvidos na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que soffriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso.<sup>104</sup>

A escrava parturiente, segundo Fazenda, constituía-se uma lucrativa fonte de renda para os escravocratas. Passado o período de resguardo, conta o autor, o dono a anunciava como “perfeita ama de leite, sadia, muito carinhosa, que não era dada ás bebidas, nem fujona”. Num dos raros momentos de crítica à elite econômica, Vieira Fazenda diz que a ganância dos senhores era tanta que com o leite de um só parto a escrava chegava a amamentar de duas a três crianças. Para os recém-nascidos escravos, que eram levados para a roda dos expostos, a liberdade foi garantida por lei em 1775, conforme relata o texto.

No entanto, a alforria não era respeitada: “em boa hora lembravam-se alguns senhores de escravos de que na Roda existia um ente abandonado, o qual no futuro, lhes poderia ser de grande vantagem”.<sup>105</sup> Assim, reclamavam o “inocente como filho de sua escrava”. Fazenda afirma que a conduta dos escravocratas motivou protesto da Santa Casa de Misericórdia ao governo. O documento está incluído nas três páginas finais da quinta parte de “A Roda”.

Na última parte do texto, Fazenda, como que expressando pensamentos avulsos, descreve as sucessivas mudanças de endereço da Casa dos Expostos, mas não menciona os motivos. Gandelman informa que o complexo da Santa

---

<sup>104</sup> Idem, p. 414.

Casa de Misericórdia foi construído aos poucos – na base do Morro do Castelo, onde começou o povoamento do Rio de Janeiro –, na medida da arrecadação de recursos e da necessidade de atendimento à população durante o século XVII. O conjunto arquitetônico incluía inicialmente a capela de Nossa Senhora do Bom Sucesso e o Hospital Geral, o primeiro da cidade.

Ainda na fase inicial, acrescenta Gandelmann, a Santa Casa passou a se ocupar também de casamentos de órfãs e de sepultamentos. As doações de Duarte e Medella destinadas à construção da Casa dos Expostos, a partir do século XIX, atraíram investimentos de outros beneméritos, também ligados à Irmandade. Os recursos foram aplicados na instalação do Recolhimento das Órfãs – para abrigar e educar jovens brancas e pobres – e na ampliação do hospital, com a construção de um segundo piso.

Assim, a Santa Casa assumiu múltiplas funções. O ajuntamento populacional no início do século XXI foi um dos fatores que motivou a transferência da Casa dos Expostos para novo endereço. Até 1821, os expostos, meninos e meninas, conviviam juntos em uma das enfermarias do Hospital, próximos de outras alas onde ficavam internados doentes de todas as enfermidades, pacientes psiquiátricos e até leprosos. A virada do século XVIII para o XIX foi fundamental para a revisão das funções da Santa Casa.

---

<sup>105</sup> Idem, p.415.

### 3.3 – Evidências tranqüilizantes

Fazenda também não comenta este aspecto nos seus textos, mas foi nesse período que se acirraram os embates entre a ciência e religião, especialmente após a instauração do Primeiro Império. Bacharéis, médicos e representantes do governo passaram a questionar aos administradores da Irmandade as condições de funcionamento da Santa Casa, consideradas como impróprias às novas noções de higiene e planejamento urbano.

Conforme Freitas,<sup>106</sup> neste período veio à tona também uma série de fraudes, começando por mães que abandonavam seus filhos na roda e, em seguida, se ofereciam como amas de leite para, durante três anos, receber pagamento por serviços prestados à Santa Casa. Freitas aponta que, por falta de recursos para manter os enjeitados adolescentes, a organização incentivava uma brusca inserção no mercado de trabalho, procurando empregar meninos como aprendizes nas Companhias de Marinheiros ou no Arsenal de Guerra, e meninas como domésticas.

Fazenda limita-se na sexta parte de “A Roda” a informar que os enjeitados só foram transferidos para um espaço próprio em 1811, quando foi construída a Casa dos Expostos. Segundo ele, era um “modesto prédio” construído em terreno doado pelo tenente José Dias da Cruz – “cujo retrato figura na galeria dos

---

<sup>106</sup> Freitas, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

benfeitores da Sancta Casa”<sup>107</sup> – nas proximidades do beco conhecido pelo nome de corredor do Trem, também na região central do Rio.

Neste endereço, revela Fazenda recorrendo ao historiador Moreira de Azevedo, a mortalidade era excessiva e não havia zelo na administração, mas os enjeitados e a roda lá permaneceram por mais 10 anos até que a Irmandade investisse na compra de novas instalações novamente próximas ao complexo da Misericórdia.

O novo asilo foi inaugurado em 1822, junto com o Primeiro Império. Pouco tempo depois, a Casa dos Expostos recebeu a visita do Imperador D. Pedro I, de quem a Irmandade recebeu críticas por conta do índice de mortalidade das crianças. A provedoria da Santa Casa, de acordo com Fazenda, produziu a seguinte resposta”:

Sensível he que o numero de mortos fosse tão excessivo; mas quando se observa, que a maior parte das crianças entravam na Roda enfermas, muitas a expirar e até algumas já mortas, só resta o allivio de hua christã resignação nos altos desígnios da Divina Providencia.<sup>108</sup>

Em meados do século XIX, a Casa dos Expostos passou a funcionar em um novo endereço: foi transferida do Largo da Misericórdia para a rua Santa Teresa, em 1840. O autor não faz referência às políticas de higienização em andamento na cidade, mas reconhece:

---

<sup>107</sup> Fazenda, op. cit., p. 418.

<sup>108</sup> Idem, p. 419.

Muito melhorou o estabelecimento por ter a casa maior capacidade, gosar de ar mais puro, além de um pequeno quintal e da água para seu consumo e lavagem, que por concessão do governo se lhe introduziu, tirada dos canos da Carioca.<sup>109</sup>

Fazenda, em apoio à postura conservadora, enaltece as preocupações do então provedor da Santa Casa de Misericórdia, José Clemente Pereira – “espírito altamente activo e benfazejo” –, que pretendia uma nova transferência para a Casa dos Expostos: “Planejou levantar um edifício que reunisse todas as condições hygienicas para a criação dos desamparados da sorte”.<sup>110</sup>

Os elogios de Fazenda a Clemente Pereira têm justificativas, embora Fazenda não as relate. Advogado formado em Coimbra, Pereira foi um dos articuladores da independência. Participou de legislaturas e tornou-se Ministro do Império. Durante sua gestão, comandou uma reforma drástica na Santa Casa, certamente sob forte pressão das políticas higienizadoras que já vigoravam no Rio em meados do século XIX.

Gandelman relata que a provedoria de Clemente Pereira saneou as finanças e aumentou a receita da instituição, em cujas repartições passou a existir água corrente. Em resposta às pressões dos sanitaristas, o novo provedor criou uma comissão própria com os dirigentes da instituição para inspecionar os prédios. A inspeção gerou um relatório com propostas de reformas no complexo, entre as quais o cancelamento dos enterros, antes feitos dentro da igreja, próxima ao hospital.

---

<sup>109</sup> Idem, p. 419.

<sup>110</sup> Idem, p. 418.



Em documento encaminhado à Irmandade, Clemente Pereira, conforme Gandelman, fez a seguinte exposição:

A existência do cemitério dentro do hospital era uma verdadeira calamidade pública: a estatística dos corpos ali sepultados nos últimos oito anos representa o número de 22.279, correspondente, termo médio, a 2.784 por ano; no ano findo, de 1º de julho de 1838 a 30 de junho de 1839, enterraram-se nele 3.194 corpos. E como fora possível que tão avultado número de cadáveres, amontoados em mal cobertas valas, deixassem de prejudicar, consideravelmente, não só a salubridade do hospital, mas mesmo a da cidade, achando-se o cemitério fronteiro à barra, por onde entram ventos fortes e, com especialidade, a viração que antes de ir refrigerar a povoação, se embebia necessariamente nos miasmas pútridos daquele lugar?<sup>111</sup>

Os sepultamentos continuaram a ser feitos na região da Santa Casa, mas distante do hospital até que, em 1839, por decisão da Imperial Academia de Medicina da Corte, o cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia começasse a funcionar no Caju. Neste local, os sepultamentos passaram a seguir regras mais rígidas, começando pela maior profundidade das covas para evitar que os cadáveres ficassem expostos. O Hospital Geral também foi reformado. Na gestão de Clemente Pereira começou, assim, a especialização dos espaços da Santa Casa.

Vieira Fazenda relata que Clemente Pereira escolheu um terreno próximo ao Largo da Lapa para construir a nova sede da Casa dos Expostos. Para isso, mandou demolir o antigo prédio da Rua Santa Teresa, removendo os enjeitados para um asilo no “Caes da Gloria”, em 1850, atual região do Flamengo.

---

<sup>111</sup> Gandelman (op. cit. p. 613-630) faz a seguinte referência: Livro de atas e termos das sessões e deliberações da administração da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos annos de 1830-1840 (Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., p. 327, 1914).

Dois anos depois de lançar os alicerces do que seria a nova sede da Casa dos Expostos na região da Lapa, José Clemente morreu. Foi substituído por um novo provedor, o Marquês de Abrantes, que mandou parar a construção, conta Fazenda. A Casa dos Expostos, assim, permaneceu na Gloria, até que, em 1860, na provedoria de Abrantes, a Casa fosse transferida para um prédio da rua dos Barbonos (atual Evaristo da Veiga), onde ficou até 1906.

Fazenda conta que durante a revolta de 1893-1894, a Casa dos Expostos à Rua dos Barbonos, na região central da cidade, “foi alvejada por balas de diversos calibres”. Segundo ele, sem aprofundar detalhes, “não houve, felizmente, desgraças a lamentar”. O autor não faz qualquer menção à Revolta da Armada que aconteceu neste período, entre tantas manifestações contra a política republicana. Fazenda encerra o texto informando que antes de ser transferida para a rua Marquês de Abrantes, a Casa dos Expostos foi instalada à Rua Senador Vergueiro e Praia do Flamengo, onde ficou até 1911.<sup>112</sup>

A construção da nova Casa dos Expostos, justamente à Rua Marquês de Abrantes, durou três anos. A sede foi inaugurada em 1911, em homenagem a Romão de Mattos Duarte, que em 1738 havia financiado o primeiro abrigo. Ao longo de quase dois séculos, cerca de 44 mil crianças foram deixadas na roda dos enjeitados, conforme inscrição na placa de bronze gravada para a inauguração.<sup>113</sup>

A antiga Casa dos Expostos caiu no esquecimento e a roda virou peça de museu. Praticamente no mesmo endereço há 95 anos, hoje a instituição é

---

<sup>112</sup> Soares, op. cit., p. 22.

<sup>113</sup> Idem, p. 23.

Educandário Romão de Mattos Duarte, que continua recebendo e abrigando crianças em regime de internato, muitas à espera de pais adotivos. Ligada à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, o educandário sugere uma “evidência tranqüilizante”, tanto quanto o texto de Fazenda, conforme será aprofundado no próximo capítulo.

## 4 – A arquiescritura

Os textos de Fazenda sobre a roda dos expostos emblematizam o discurso moderno, aquele tecido com fios extraídos de recursos totalizantes para a formulação de verdades sem mediações. Conforme exposto no capítulo anterior, o discurso do autor sugere a crença no valor de verdade da palavra e da “coisa-roda” enquanto presença. Há um centramento, com base em Derrida, quando Vieira Fazenda baliza o texto em uma cultura de referência:

A história da verdade, da verdade da verdade, foi sempre, com a ressalva de uma excursão metafórica de que deveremos dar conta, o rebaixamento da escritura a seu recalçamento fora da fala “plena”.<sup>114</sup>

Neste capítulo, busco problematizar o sistema totalizante que se configura em “A Roda”, na tentativa de des-tecer ou des-fazendar o tecido do autor. No próximo capítulo, pretendo desfiar ou des-fazer o mosaico de fios-símbolos do Rio de Janeiro circundado pelo que se crê presente. Ao ver a roda como reminiscência percebo também o fundamento da tradição, uma vez que a escrita de Fazenda tece uma rede na qual todas as histórias se constituem entre si:

A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica. Entre elas, encontra-se em primeiro lugar a encarnada pelo narrador. Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si.

---

<sup>114</sup> Derrida, *Gramatologia*, op. cit., p. 4 (epígrafe).

Uma se articula na outra, como demonstram todos os outros narradores, principalmente os orientais.<sup>115</sup>

O tecido do autor revela um historicismo apoiado pela essencialidade do passado e um positivismo com recurso da objetividade. O des-fazendar do texto de Fazenda que proponho, uma vez que também é desenvolvido no tabuleiro da linguagem, pode ser assombrado pelo logos e pela metafísica. Por não comportar tranqüilidade e segurança e por não depender da representação e da temporização da fala, o jogo derridiano, como lançar dados à sorte, pressupõe riscos, mesmo aos iniciados nessas substituições infinitas.

Assim, é um jogo que não requer totalizações, uma vez que a natureza do campo – a linguagem – permite um movimento pela ausência de centro, o que Derrida considera como *suplemento*, “uma adição, um significante disponível que se acrescenta para substituir e suprir a falta do lado do significado”. Mas, ainda que incontrolável, é um jogo de “interpretação ativa”,<sup>116</sup> levando-se em conta a afirmação nietzscheana da “inocência do devir”:

Não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo das remessas significantes que constitui a linguagem. O advento da escritura é o advento do jogo; o jogo entrega-se hoje a si mesmo, apagando o limite a partir do qual se acreditou poder regular a circulação dos signos, arrastando consigo todos os significados tranqüilizantes, reduzindo todas as praças-fortes, todos os abrigos do fora-do-jogo que vigiavam o campo

---

<sup>115</sup> Benjamin, Walter “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.211.

<sup>116</sup> Cf. Derrida, *A escritura e a diferença*, op. cit., p. 248.

da linguagem. Isto equivale, com todo o rigor, a destruir o conceito de “signo” e toda a sua lógica.<sup>117</sup>

Essa interpretação, assim, exige a superação do discurso metafísico ocidental proposta por Derrida como *arquiescritura*, lugar onde não há origem, já que significantes remetem a outros significantes, e onde significados são diferidos, tornando-se rastros que não se apagam. A roda assim, ao contrário da presentificação, vira um enigma que não se resume às evidências tranqüilizantes circunscritas ao mero jogo de palavras.

#### **4.1 – Re-presentação**

Ao enaltecer os “espíritos altamente filantropos”, a “caridade de almas benfazejas” e a “compaixão dos monarchas portugueses”, Fazenda remete a roda dos expostos aos leitores de sentidos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Institucionalizado, o discurso de Fazenda é “presentificado” como instrumento pelo qual pode-se ter noção de realidade, como pílula para a consciência, “*pharmakón*”<sup>118</sup> que se reveste da capacidade de uniformizar a cultura se aplicada, a priori, a um público investido na posse do pensamento dominante.

*Pharmakón* em Vieira Fazenda, como no platonismo, remete à imitação do verdadeiro. A escrita sobre a roda, embora possa ser lida como técnica para a memória e para a instrução, torna-se re-memoração, estranha ao saber vivo,

---

<sup>117</sup> Cf. Derrida, *Gramatologia*, op. cit., p. 8.

repete sem saber. Desta forma, conforme Derrida, a escrita sobre a roda, recorrendo ao paradigma da tecelagem gramatical, estabelece vínculo com o mito. Assim, o mito-roda em Fazenda remete ao deslumbramento platônico sobre a natureza da imagem e do objeto.

A Roda, tanto nos textos publicados através da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* quanto em *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, é anunciada como peça pela qual se pode conhecer uma realidade. A roda, desta forma, é linguagem que se apresenta mimetizada para expor o pensamento de Fazenda que, de tanto se repetir, torna-se “natural”.

Como em Saussure, e até mesmo como em Aristóteles, Fazenda oferece palavras como “símbolos” da fala, demarcadas por “pensamentos-sons”. O artifício primeiro é a familiarização: a roda é feita de madeira, a mesma com que se constrói fortalezas, ou embarcações que levam a portos seguros, abrigos e estruturas construídos de boa fibra:

É uma porta de grossa madeira, sobre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro também de madeira; apresenta uma face convexa e outra côncava. Na segunda existem duas prateleiros, onde se collocava o engeitado.<sup>119</sup>

O artefato, através do qual pode-se ter acesso à verdade, é produzido por matéria sólida, difícil de apodrecer e que oferece resistência ao tempo, porque é *de lei*, embora a madeira possa ser manchada por alguma fermentação. Segundo

---

<sup>118</sup> Cf. J. Derrida in *A Farmácia de Platão*. SP: Iluminuras, 2005, p. 14.

<sup>119</sup> Fazenda, op. cit., p. 395.

Fazenda, a roda é um mecanismo dotado de uma simplicidade também familiar. O movimento circular que lhe dá funcionamento recorre à técnica da memória. O discurso, então, faz uso da mnemotécnica:

Com summa facilidade é o meio cylindro susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janella ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte côncava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyratorio servia de aviso á erna de caridade, para sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.<sup>120</sup>

Assim, há um ilusionismo metafísico no tecido de Fazenda quando se sustenta pela linguagem e quando se anuncia como “notas sobre a *nossa Roda*” (grifo do autor), através das quais poder-se-ia tornar o objeto presente e conhecer sua-*nossa* realidade. Resistência, memória e pertença, assim, funcionam como o eixo que sustenta o movimento e que dá vida à roda. As mesmas notas, sob a perspectiva de um padrão lingüístico etnocêntrico, são demarcadas por oposições hierarquizadas a partir de sujeito e objeto, imagem e realidade, representação e presença:

Além da roda dos engeitados outras existem nesta nossa cidade. São de maiores proporções e podem ser observadas nas portarias dos Conventos d’Ajuda e de Sancta Teresa. Alli servem para entrada e saída de objectos de consumo, compra de fazendas e para outros misteres, em que se permite comunicação com o mundo exterior.<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup> Idem.

<sup>121</sup> Idem.



A narrativa do autor, expressando um já vivido que toma o lugar de um acontecido, re-presenta e mimetiza, através da escrita, imagens que presentificam uma ausência. O tecido de Fazenda é revestido por uma naturalidade também apoiada pela serialização da roda. Além da publicação em bloco na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, conforme já visto, os textos foram reeditados em seis partes nas *Antiquilhas*, reforçando a representação, a estrutura em madeira de lei, tal qual a metafísica opondo fala e escrita.

A tecitura da roda dos expostos, assim, é de madeira forte, firme representação hiperbolicamente exteriorizada pela fonética. Conforme Derrida, o movimento de oposição entre fala e escrita não é uma contingência histórica que se pode admirar ou lamentar:

O privilégio da *phoné* não depende uma escolha que teria sido possível evitar. Responde a um momento de economia (digamos da “vida” da “história” ou do “ser como relação a si”). O sistema do “ouvir-se-falar” através da substância fônica – que se dá como significante não-exterior, não mundano, portanto não-empírico ou não-contingente – teve de dominar durante toda uma época a história do mundo, até mesmo produziu a idéia de mundo, a idéia de origem do mundo a partir da diferença entre o mundano e o não-mundano, o fora e o dentro, a idealidade e a não-idealidade, o universal e o não-universal, o transcendental e o empírico, etc.<sup>122</sup>

O movimento da escrita de Fazenda, porém, abre-se a um entre-lugar, à arqui-escritura, impensada como uma “presença eterna”, no interior de uma totalidade “encoberta num volume ou num livro”. Há no tecido de Vieira Fazenda a “unidade de uma heterogeneidade”, porque na narrativa a essência formal do

---

<sup>122</sup> Cf. Derrida, *Gramatologia*, op. cit., p. 9.

signo é a presença referenciada na racionalidade do logos, mas também no logro, a história de verdade.

Por revestir-se de uma cientificidade positivista, o tecido de Fazenda revela também a obviedade pela qual são compostas as obras que tratam da história da escritura: “uma classificação de tipo filosófico e teológico esgota os problemas críticos em algumas páginas, passando-se em seguida à exposição dos fatos”.<sup>123</sup> São fios que se entrecruzam pela reconstrução histórica, arqueológica, etnológica e filológica da informação:

De uso commum entre as velhas cidades da Europa, não é de admirar funcionassem as rodas dos engeitados em Portugal e principalmente em Lisboa. Da metrópole, com antigos usos, costumes e tradições herdamos também tal instituição, que dalli tem gradualmente desaparecido, graças á campanha de espíritos altamente philanthropos. Entre nós, sabido é, a Casa dos Expostos, administrada pela antiga e venerável Irmandade da Misericórdia, é um instituto com patrimonio próprio, aumentando pela constante caridade de almas benfazejas.<sup>124</sup>

#### **4.2 – “Foradentro”**

Costume, tradição e herança são alguns dos signos explícitos e constantes na narrativa de Fazenda em direção à validade da representação através do texto, tecido no qual se busca sustentar a garantia da “coisa” já vista. Na cadeia de repetições logo-fono-cêntricas, o narrador vai “fazendo” ou “re-fazendo” no texto o acordo de um testemunho.

---

<sup>123</sup> Idem, p. 35.

<sup>124</sup> Cf. Fazenda, op. cit., p. 395-396.

O arranjo desse ilusionismo mistura na construção da narrativa uma sucessão de verbos conjugados no presente e no passado, agregando ainda vasta lista de documentos histórico-oficiais. Na ação presente, Fazenda mimetiza uma experiência, decerto não vivida e flagrantemente não contemporânea. A reprodução de papéis datados cronologicamente serve de suporte à dúvida eventual de um leitor desconfiado e recorrente.

A inscrição da episteme surge quando tais signos são articulados para conferir fidelidade e verossimilhança ao acontecimento, à “coisa” vivida, técnica para assegurar o progresso do conhecimento. As evidências buscam compor o retrato da roda na medida em que Fazenda teve tempo para organizar o texto, compor uma lógica, um sentido coerente:

Referem historiadores: vendo o governador Antonio Paes de Sande a impiedade e o abandono, a que eram votados os engeitados, sendo encontrados nas ruas públicas e ahi perecendo á miseria e ao frio, representou ao rei pedindo providencias contra actos tão deshumanos. Ora, existindo no Rio de Janeiro uma Sancta Casa de Misericordia, parece recair sobre ella acre censura contra similante falta de caridade. A resposta dada pelo monarcha ao citado governador, em data de 12 de dezembro de 1693, é prova manifesta de que nenhuma responsabilidade cabia a essa veneravel instituição. Eis o teor desse importante documento: “Antonio Paes de Sande – Amigo – Eu El-Rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que Me escrevestes acerca da pouca piedade, que achastes nessa Capitania com as creanças engietadas, achando-se muitas mórtas ao desamparo, sem que a Misericordia nem os officiaes da Camara os queirão recolher, dezendo não terem rendas para os mandar criar, apontando-se como remedio o applicar para a despeza da criação desses engeitados a propria pertencente ás obras pias, que desta Capitania vem para este Reino de poucos annos a esta parte, por ondem Minha, Fui servido não admitir este arbitrio por ser esta consignação feita para alimentarem viuvras pobres e desamparadas; e *por ser muito propiro da obrigação dos Officiaes da Camara, o cuidado dessas crianças*, por attenderem ao bem commum de sua terra e por se não lembrarem até agora de Me avisar desta materia, para acodir ao remedio della, me pareceu estranhar esse descuido e *ordenar-lhes que dos bens do Concelho tirem o que fôr necessario para essa despeza e que quando não haja effeitos e esteja exaurido o que pertence á Administração da Camara*, neste caso possam por *uma contribuição*

naquella parte que parecer mais suave e conveniente para que della possa sahir a importancia dessa despeza, havendo tal arrecadação nesta consignação que de nenhuma sorte se possa divertir para outro effeito, porque assim Hei por bem, etc”.<sup>125</sup>

A escrita de Fazenda, assim, apela para um eterno presente, como se a escritura fosse imutável e incapaz de ser abalada pela releitura, pela re-significação do signo. Estratégia de “notação”, conforme denuncia Derrida em relação ao “erro teórico” de Saussure, que considerou uma história externa “como uma série de acidentes afetando a língua, e lhe sobrevivendo *do fora*”.<sup>126</sup>

A escritura, para Derrida, não passa de “vestimenta” ou “travestimenta”, como em Saussure, para quem a escritura vela a visão da língua. Derrida, assim, lança suspeição sobre a inocência da “representação”, que trata a escritura como “imagem” e a “figuração” como exterior:

O fora mantém com o dentro uma relação que, como sempre, não é nada menos do que simples exterioridade. O sentido do fora sempre foi no dentro, prisioneiro fora do fora, e reciprocamente. Logo, uma ciência da linguagem deveria reencontrar relações naturais, isto é, simples e originais, entre a fala e a escritura, isto é, entre um dentro e um fora.<sup>127</sup>

Ao contrário da construção logocêntrica que Fazenda desfere aos textos sobre a roda, Derrida propõe relações além do fora e do dentro da fala e da escritura: “Neste jogo da representação, o ponto de origem torna-se inalcançável”. A mnemotécnica da escritura, na proposição derridiana, suprime a boa memória, a

---

<sup>125</sup> Idem, p. 400.

<sup>126</sup> Cf. Derrida, *Gramatologia*, p. 43.

<sup>127</sup> Idem.

memória espontânea que significa o esquecimento: “Esquecimento porque mediação e saída fora de si do *logos*. Sem a escritura, este permaneceria em si”.

Mnemotecnicamente, “enredando a imagem à coisa, a grafia à fonia”, Fazenda consagra o “esquecimento” da roda e prestigia a escritura. É o que Derrida diz ser “insuportável e fascinante”, quando a fala perece ao *speculum* da escritura. Fonocentricamente, Fazenda, então, se deixa seduzir de modo narcisista, tornando cúmplices o reflexo e o refletido, um centro estável que não é o centro:

Que a Misericórdia criava além dos orphãos, que lhes deixavam as infermas fallecidas em suas enfermarias, os engeitados não póde haver a menos dúvida. Servem de prova os lançamentos, em seus livros, das quantias pagas ás amas de leite e destinadas a dótes das expostas. Para patrimonio do engeitado Diogo de Castro, que fôra sacristão e ia receber ordens maiores, a Misericórdia deu um predio de pedra e cal no canto fronteiro aos que foram de Gaspar Cabral (rua do General Camara, esquina da rua da Quitanda). Nos competentes livros dos accordãos notam-se, entre outros, o dóte de duzentos mil réis e um enxoval de cincoenta mil réis concedidos á engeitada Ursula do Bomsucesso, que se ia casar com o sapateiro Francisco da Costa. Dous annos depois (1697) o mesmo se practicou com relação á exposta Antonia do Bomsucesso.<sup>128</sup>

### **4.3 – Lembrar e esquecer**

Os textos de Fazenda sugerem a importância da narrativa para a “constituição do sujeito”, levando em conta análise de Jeanne Marie Gagnebin ao estudar narração e história em Walter Benjamin. Toma-se aqui a importância atribuída pela tradição à rememoração, conforme aponta Gagnebin ao referir-se à

“retomada salvadora pela palavra de um passado, que, sem isso, desapareceria no silêncio e no esquecimento”.<sup>129</sup>

Assim, a escritura de Fazenda é também rememoração, uma luta contra o esquecimento, tarefa atribuída já no pensamento grego aos poetas e aos historiadores, segundo Gagnebin. Tal qual Tucídides, que salva o relato da Guerra do Peloponeso como uma “aquisição de sempre”, Vieira Fazenda de certo modo descreve a roda como um “tesouro de ensinamentos que devem ser consignados para a memória futura da humanidade”.

Gagnebin analisa o olhar benjaminiano como aquele que fundamenta a narração fundada em investidas de recolhimento e dispersão, ao contrário do reducionismo que qualifica este mesmo olhar como reunião e restauração. Nesse aspecto, entre Benjamin e Derrida não há confronto. A coleta de informações em Benjamin torna-se suplemento, uma vez que caminha na direção oposta do historiador que busca estabelecer relações causais entre acontecimentos do passado.

Benjamin interpreta a atividade narradora como aquela fundada por movimentos de “dispersão”, que guardam relação com o jogo de “rastros” derridiano. Mais do que simplesmente redimir de forma divina o papel do narrador, Benjamin vê a história como “objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”.<sup>130</sup> Ao mesmo tempo,

---

<sup>128</sup> Cf. Fazenda, op. cit., p. 401-402.

<sup>129</sup> Gagnebin, Jean Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 3.

<sup>130</sup> Benjamin, Sobre o conceito de história, op. cit., p. 229.

considera o “esquecer” como princípio produtivo, muito mais próximo da memória do que o “lembrar”.

Contudo, ressalva Gagnebin, o olhar benjaminiano sobre narrativa e história não pode ser reduzido a um projeto restaurativo ingênuo. Em Benjamin, retomar o passado requer abertura sobre o futuro, num inacabamento constitutivo, mesmo que por vezes nostálgico. Mas, ao contrário da totalidade proposta pelo tecido de Fazenda, a rememoração do passado não pressupõe somente uma restauração, mas uma transformação do presente: “tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado”.<sup>131</sup>

Diferente do poeta ou cronista que passeou pelas ruas, becos e ladeiras do Rio, na virada do século XIX para o XX, vendo objetos “tortuosos” a partir dos quais potencializou a crítica social, Fazenda construiu uma narrativa sobre a roda no modelo da historiografia dominante. A roda virou matéria-prima de uma escritura ilusionista, conforme já visto, em detrimento de uma mercadoria a ser desmistificada.

Embora as antiquilhas e memórias de Fazenda passem em desfile costumes e hábitos do Rio de Janeiro, as descrições não combinam com o jeito do *flâneur*,<sup>132</sup> aquele que, conforme Benjamin, faz “botânica no asfalto”. Fazenda apoiou-se na escrivãinha da biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao contrário do *flâneur*, que tem a rua como morada, em cujos muros

---

<sup>131</sup> Cf. Gagnebin, op. cit., p. 16.

apoiava o bloco de apontamentos. Os arquivos oficiais estão para Fazenda como biblioteca, como as bancas de jornais estão para a flanería.

A escritura da roda, produzida no encapsulamento, parece compensar o “desaparecimento de vestígios da vida privada na cidade grande”. Os textos são como rastros que Fazenda quer acomodar em um estojo, subtraído à visão profana. A roda, assim, é naturalizada como um acessório, como um objeto de consumo dos tantos pertencentes à burguesia que busca compensações contra a extinção de seus vestígios:

É como se fosse questão de honra não deixar se perder nos séculos, senão o rastro dos seus dias na Terra, ao menos o dos seus artigos de consumo e acessórios. Sem descanso, tira o molde de uma multidão de objetos; procura capas e estojos para chinelos e relógios de bolso, para termômetros e porta-ovos, para talheres e guarda-chuvas. Dá preferência a coberturas de veludo e de pelúcia, que guardam a impressão de todo contato.<sup>133</sup>

Benjamin, por sua vez, propõe desconfiança nos valores médios e, embora foque objetos também menores, pacientemente se consagra à análise do atípico, “como os doentes de Freud” ou “seres híbridos de Kafka”, conforme assinala Gagnebin. Para Benjamin, que eu agora insiro na linha derridiana, a origem, contudo, é indício e marca da falta de totalidade, uma vez que remete a uma temporalidade inicial, a uma promessa e a um possível que surgem na história.

---

<sup>132</sup> Cf. Benjamin, Walter. “O flâneur”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 34.

<sup>133</sup> Idem, p. 43.



Contudo, a autora ressalva: “nada garante o cumprimento dessa promessa como nada garante nem o final feliz da história nem a redenção do passado”.<sup>134</sup>

A narrativa por demais coerente, para Benjamin, deve ser interrompida, desmontada, recortada e entrecortada, porque “a obra de salvação” é, portanto e ao mesmo tempo, obra de destituição e de restituição, de dispersão e de reunião, de destruição e construção. É assim também em Derrida, quando propõe que deixar emergir a força do texto implica em promover o descentramento da estrutura, ou seja, não frear a mobilidade que lhe é própria, mas ativar-lhe o próprio jogo.

Revisitar o Rio de Janeiro de quase dois séculos atrás, cenário da narrativa de Fazenda, longe de ser promessa de totalidade, constitui-se em proposta de “movimentos ao mesmo tempo complementares e opostos aos fios da urdidura”. Assim, proponho mesclar e cruzar a atividade do lembrar e a atividade do esquecer.

---

<sup>134</sup> Cf. Gagnebin, op. cit., p. 14.

## 5 – A misericórdia da Santa Casa

Enquanto Vieira Fazenda debruçava-se sobre a pesquisa de informações nos livros e documentos, na virada do século XIX para o século XX, o Rio de Janeiro atravessou a transição de “porto sujo” a “cidade maravilhosa”. Os altos índices de população marginal, imigração, desequilíbrio entre os sexos, baixa taxa de casamentos, alta taxa de nascimentos ilegítimos e abandono de crianças são testemunhos dos costumes da cidade à época, em meio ao desabastecimento de água, falta de higiene, saneamento e habitação.

Ao mesmo tempo, militares, políticos, médicos e juristas julgavam-se donos da República, intervindo conforme a conveniência. Carvalho descreve assim o período: <sup>135</sup>

Não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta da sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década.

Revisitar o Rio de Janeiro do entre-séculos através dos livros, porém, é estar diante de “histórias acumuladas”, das “nomenclaturas, as receitas e as fórmulas aprendidas de cor” <sup>136</sup>, conforme Derrida. Neste capítulo, pretendo “dar a ler” os textos de Fazenda e outros textos como o “pano envolvendo o pano”.

---

<sup>135</sup> Cf. J. Carvalho, op. cit. p. 15

Minha leitura é uma tentativa orgânica, embora em alguns momentos pareça um ato de bordar, aquele que Derrida considera como seguir “o fio dado”.

A idéia é estranhar a anatomia e a fisiologia do texto-história num caminho outro ao que foi percorrido por Fazenda em sua teleologia sobre a roda dos expostos. O emblema desta leitura é a Santa Casa da Misericórdia que, apesar do “bota abaixo”, resistiu à política de urbanização do Rio circunscrita pelo logocentrismo.

Em Fazenda, tanto quanto a roda dos expostos, a Santa Casa é fortaleza e abrigo seguro. Para além da roda construída de boa fibra, a Santa Casa, no entanto, é obra da caridade, território da divina providência com suporte de matérias fundamentais para o corpo e para o espírito:

Pela estreita relação que manteve ao longo de três séculos, nem sempre pacífica ou subserviente, com os projetos de governo, com governantes e membros da elite, a Santa Casa é um privilegiado campo de observação das políticas dessa "elite" com relação à cidade e seus pobres. Mais do que simples resposta ao crescimento da população, as mudanças sofridas no espaço, organização e atuação da irmandade corresponderam às modificações de diversas naturezas ocorridas na sociedade, econômicas e políticas, religiosas e simbólicas. À medida que a cidade deixa de correr inteira pela rua da Misericórdia, e de dar em sua igreja, a irmandade acompanha as suas frentes de expansão, tornando-se palco ou objeto de candentes discussões e de projetos que influenciaram de maneira significativa as transformações sociais e urbanas ocorridas no século XIX.<sup>137</sup>

O complexo da Misericórdia, assim, constitui-se como outra reminiscência do Rio de Janeiro, remetendo aos rastros da própria história da cidade. Nos

---

<sup>136</sup> Derrida, opus cit, p. 17

<sup>137</sup> Gandelman, op. cit.

últimos 500 anos, desde que foi construída na base do Morro do Castelo, a Santa Casa – hoje cercada por fantasmagorias da modernidade, barracas de camelô e prédios antigos que restaram do “bota abaixo” de Pereira Passos – emblematiza o discurso totalizante, que de tanto ser repetido tornou-se “natural”.

O morro sucumbiu à febre da modernidade, foi demolido e cedeu espaço para as vitrines da Exposição Universal de 1922. Nas primeiras décadas do século XX, o Castelo foi considerado uma excrescência que deveria desaparecer da geografia da cidade. A demolição soterrou grande parte da memória do Rio, como os despojos do fundador Estácio de Sá. Na base do Morro do Castelo, contudo, a Misericórdia foi conservada.

### **5.1 – Emblema**

Nos textos de Vieira Fazenda sobre a roda dos expostos, as referências à Santa Casa da Misericórdia sugerem a síntese da metafísica ocidental. Localizada na região central do Rio até hoje, a Santa Casa fundamenta a tradição, remete a um sistema-símbolo, é totalizante e sacralizada pela linguagem.

Nos corredores do prédio principal, na escadaria frontal com piso de mármore e corrimão de madeira de lei, paredes forradas com uma galeria de pinturas que retratam antigos administradores e objetos da medicina arcaica expostos em uma cristaleira estão os símbolos da “cidade-fortificação”.

Os objetos são como grafemas de uma cultura uniforme, do discurso dominante. Em seus textos, Fazenda mimetiza as imagens que platonicamente

que também re-presentam a Santa Casa. Os artifícios para a familiarização e o ilusionismo criados pelo autor buscam novamente na hipérbole de adjetivos a exteriorização da fonética.<sup>138</sup>

Referem os historiadores: vendo o governador Antonio Paes de Sande a impiedade e o abandono, a que eram votados os engeitados, sendo encontrados nas ruas públicas e ahi perecendo à miséria e ao frio, representou ao rei pedindo providencias contra actos tão deshumanos. Ora, existindo no Rio de Janeiro uma Sancta Casa de Misericórdia, parece recair sobre ella acre censura contra similhante falta de caridade. A resposta dada pelo monarcha ao citado governdor, em data de 12 de dezembro de 1693, é prova manifesta de que nenhuma responsabilidade cabia a essa venerável instituição.

Gandelman aponta que a Irmandade da Misericórdia, fundadora da Santa Casa, para além dos corpos e das almas, tinha a preocupação com a pobreza: “aquela ligada ao problema da privação dos laços comunitários, de parentesco, patronagem e clientela”<sup>139</sup>.

Assim, sob o discurso da inserção dos indivíduos em núcleos familiares, como num “centramento”, a organização manteve corporações de ofício e irmandades. Gandelman afirma que o alvo da Misericórdia eram os presos, as viúvas, os órfãos e os expostos, os “interditados” do discurso de que fala Foucault.<sup>140</sup>

Abrigando e amparando os deserdados da sociedade, diz Gandelman, a Misericórdia fez “um investimento na continuidade das relações desiguais e nas

---

<sup>138</sup> Fazenda, op. cit. p. 400

<sup>139</sup> Gandelman, opus cit.

<sup>140</sup> Foucault, opus cit. p. 28.

hierarquias sociais constituintes do Antigo Regime, assim como uma amortização das tensões sociais provocadas por tais relações”.<sup>141</sup> O “dentro” proposto desta forma instucional resultou, assim, num “fora”, ou num “dentro-fora”. Nada escapa ao jogo de linguagem.

No caso do Recolhimento das Órfãs, em particular, aponta Gandelman, estava embutida a manutenção de que “modos de pensar em noções de cor, condição, estado e religião eram fundamentais à constituição do mundo católico luso-brasileiro”.<sup>142</sup> O projeto da Misericórdia com essa conotação, no entanto, foi embargado pela modernidade inspirada no culto à ciência e na promessa de felicidade terrena.

Num embate pelo poder, com destaque para médicos sanitaristas, passou-se a questionar o papel da Irmandade, em especial as funções do Hospital Geral que abrigava nos mesmo espaço, dito inapropriado, os doentes mentais, os de patologias infecciosas, os órfãos e as jovens desamparadas:

O século XIX trouxe intenso questionamento do espaço e do perfil da Santa Casa. Em 1823, no primeiro ano do recém-criado Império do Brasil, por sugestão aparentemente da Assembléia Geral Constituinte, foi formada uma comissão composta por bacharéis, médicos e "autoridades" para informar à Secretaria de Estado dos Negócios do Império e à própria Assembléia em que estado se encontravam as diversas repartições da Santa Casa. As discussões, as tentativas de intervenção e as disputas de poder entre a comissão, os órgãos do governo e os irmãos administradores da Misericórdia se desenrolariam pelas décadas de 1820 e 1830. Nas correspondências e relatórios então produzidos podemos notar que os prédios da Santa Casa passaram a ser vistos como incômodas inadequações às novas noções de higiene e planejamento. As múltiplas funções daquele amplo conjunto arquitetônico centralizado

---

<sup>141</sup> Ibidem

<sup>142</sup> Idem

pela igreja da irmandade passam a ser consideradas o veículo de inúmeras contaminações físicas e morais.<sup>143</sup>

## 5.2 - Logografia

No início do século XX, a desapropriação e demolição de centenas de velhos prédios e casas rasgaram a parte mais habitada da cidade. As obras públicas, conforme Carvalho, aconteceram sob a visão de que a região central do Rio estava sobrecarregada de tráfego intenso, não dispunha de ventilação suficiente e que os prédios eram anti-higiênicos. Referindo-se a esse período, Fazenda inscreve o discurso no “conhecimento livresco”:<sup>144</sup>

De facto, cumprida a deliberação da Mesa Conjuncta de 24 de janeiro de 1840, foi feita a transferência em julho para a casa, que os Expostos possuíam na rua Sancta Teresa. Muito melhorou o estabelecimento “por ter a nova casa maior capacidade, gosar de mais ar puro, além de um pequeno quintal e da água para seu consumo e lavagem, que por concessão do governo se lhe introduziu, tirada dos canos da Carioca.

O conhecimento expresso por Vieira Fazenda, considerando Derrida, opera segundo “as vias do mágico”, uma vez que é uma história recitada, uma fábula repetida: “Torna-se claro o vínculo da escritura com o mito, assim como sua oposição ao saber e especialmente ao saber que se colhe em si mesmo, por si mesmo”.<sup>145</sup> Para Derrida, “o livro, o saber morto e rígido encerrado nos bíblia” é estranho ao saber vivo.

---

<sup>143</sup> Idem

<sup>144</sup> Fazenda, opus cit, p. 419.

<sup>145</sup> Derrida, opus cit, p. 18.

Ao justificar a morte das crianças enjeitadas nas instalações da Santa Casa, Fazenda evidencia mais que o mero recurso enciclopédico. Como o “uso cego das drogas”, o autor recorre à “farmacéia”<sup>146</sup> divina:

Antes de proseguir cumpre notar a mortalidade, que tanto surpreendeu o primeiro imperador. É facilmente explicável com as seguintes palavras escriptas por José Clemente Pereira em 1841: “Sensível he que o numero de mortos fosse tão excessivo; mas quando se observa, que a maior parte das crianças entram na Roda enfermas, muitas a expirar e até algumas já mortas, só resta o allivio de hua christã resignação nos altos desígnios da Divina Providencia”. (Relatório do estado dos três pios Estabelecimentos da Sancta Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, apresentado no Acto de posse dos definidores, em 24 de agosto de 1841). Desse escripto do grande provedor vê-se mais que, reconhecidos os inconvenientes da permanência da Roda no largo da Misericórdia, tractava José Clemente de remover os enjeitados para local mais apropriado.<sup>147</sup>

A Misericórdia, sob a escrita de Fazenda é mais que fortaleza-símbolo. Para além de sólida, a Santa Casa anuncia-se, através da linguagem, como estrutura baseada na resistência e na memória. A mnemotécnica de Fazenda tem o suporte de substantivos adjetivados: “valioso amparo”, “segura protecção”, “venerável confraria” e “veneranda instituição”.

A serialização desses recursos lingüísticos soa como um oráculo que, para Derrida, significa – “como se significa uma ordem – a autoscopia e a autognose”.<sup>148</sup> A escrita de Fazenda, consagrando a origem, a história e o valor da escritura, remete ao mesmo tempo à “fantasia mitológica”. Enquanto a roda dos

---

<sup>146</sup> Idem, p. 14.

<sup>147</sup> Fazenda, opus cit., p. 419.

<sup>148</sup> Derrida, opus cit., p. 13.



expostos é familiarizada por Fazenda através da madeira, a Santa Casa é consagrada pela geografia e pela história da cidade:

Por enquanto os engeitados estão provisoriamente accommodados em um prédio da rua marquez de Abrantes, em comunicação com outro da rua Senador Vergueiro. É, porém, intenção da Misericórdia construir, na rua Marquez de Abrantes n. 20, um edifício que será mais um monumento erguido á caridade pelos dignos sucessores do inolvidável José Clemente Pereira.

O texto de Fazenda, assim, é também “encenação”, está inserido no que Derrida considera como “geografia teatral”, aquela em que a unidade do lugar “obedece a um cálculo ou a uma necessidade infalíveis”.<sup>149</sup> Com a escrita, Fazenda re-memora a roda dos expostos e a Santa Casa – esta que é *phármakon* para a instrução, para a fixação da fala e da verdade.

O “monumento erguido à caridade”, conforme descreve Fazenda, é platônico, aparente e remédio para a morte da fala. Sem temer a posteridade ou se passar por “sofista”, o autor exercita a “logografia” na escrita sobre a Santa Casa da Misericórdia:<sup>150</sup>

O logógrafo, em sentido restrito, redigia, a favor dos que pleiteavam, discursos que ele próprio não pronunciava, que não assistia, se assim podemos dizer, pessoalmente, e cujos efeitos eram produzidos em sua ausência. Escrevendo o que não diz, não diria e, sem dúvida, na verdade jamais pensaria, o autor do discurso escrito já está instalado na posição do sofista: o homem da não-presença e da não-verdade.

---

<sup>149</sup> Idem

<sup>150</sup> Idem, pg. 12

## 6 – Considerações

Este trabalho, referenciando Derrida, está longe de ser uma totalização. Ao contrário, pretendo com esta pesquisa inicial perseguir os fios entrelaçados do tecido de reminiscências do Rio de Janeiro, a partir da continuidade da releitura dos textos de José Vieira Fazenda. Além da roda dos enfeitados, o autor escreveu sobre outros temas da cidade, ainda que sem a perspectiva da flanería, que estão reunidos nos cinco volumes de *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*.

O centramento a que recorre Fazenda não desmerece seus textos. A escritura apoiada no logos pode ser vista como um suplemento e aberta à interpretação ativa, mesmo que aos incipientes no jogo derridiano. Este é mesmo um jogo alegre, mas ao mesmo tempo penoso quando se pretende romper os laços da metafísica e do logocentrismo.

Caminhar em direção à arquescritura impõe a quebra de referentes e de toda a espécie de simbologia com que a prática jornalística – no meu caso – acostumou-se a lidar. Refiro-me às descrições, oposições hierarquizadas e uniformizações do texto que, no final das contas, acabam por reproduzir o pensamento dominante. E mais: que mimetizam e torna naturais “coisas presentificadas”.

Lancei-me a este desafio com a noção de perigo: de revelar um historicismo, apelando para evidências tranqüilizantes. Foi um ensaio para um trabalho mais minucioso que requer continuidade, substituições infinitas. Mas,

tanto quanto a arquiescritura, defendo esta pesquisa como rastros que também não se apagam. Optei, seguindo indicação de meu orientador e algum gosto, por uma bibliografia que não encerra portos seguros.

Em alguns momentos, minha sensação era de estar também mimetizando, re-presentando, através da escrita, imagens que presentificam uma ausência. Não fosse o contato com as rodas expostas nos museus do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Fundação Romão de Mattos Duarte, no Rio de Janeiro, esta desconfiança seria ainda mais forte. O choque que tive pelo toque e pela visão dos objetos diminui um pouco essa sensação.

As rodas estão lá, não como presença eterna, mas como ruínas de um passado que não pode ser encerrado na unidade, na totalidade, na verdade. Mas como peças de museu, que se misturam a outros fragmentos, encerram-se na interpretação arqueológica da história, como um dentro e um fora, um esquecimento.

De qualquer forma, a pesquisa buscou seguir o olhar benjaminiano para quem a rememoração do passado não pressupõe apenas uma restauração, mas uma transformação do presente. Com este trabalho, pude rever alguns enigmas da história da cidade em que nasci e que, agora, para além das justificativas, me fazem ver o Rio de Janeiro com outras escritas. Também é assim com as leituras de Derrida, Benjamin e Foucault, agora um pouco menos difusas.

Caminhando na direção da Santa Casa da Misericórdia, percorrendo trechos do centro do Rio que passaram pela política de remodelação no período da *belle époque*, percebi que as histórias até então lidas por mim não passavam

de um modelo da historiografia dominante, uma escritura ilusionista, mercadorias e metáforas a serem desmistificadas.

Ainda há muito trabalho a fazer, des-fazendar outros textos de Vieira Fazenda. Continuando no esforço para superar a tradição da metafísica ocidental, vejo um mosaico de fios-símbolos ainda por des-tecer. O jogo está longe de ser decidido, tanto quanto a coleta de suplementos, num caminho oposto ao do historiador que busca estabelecer relações causais entre acontecimentos do passado.

## 7 – Referências bibliográficas

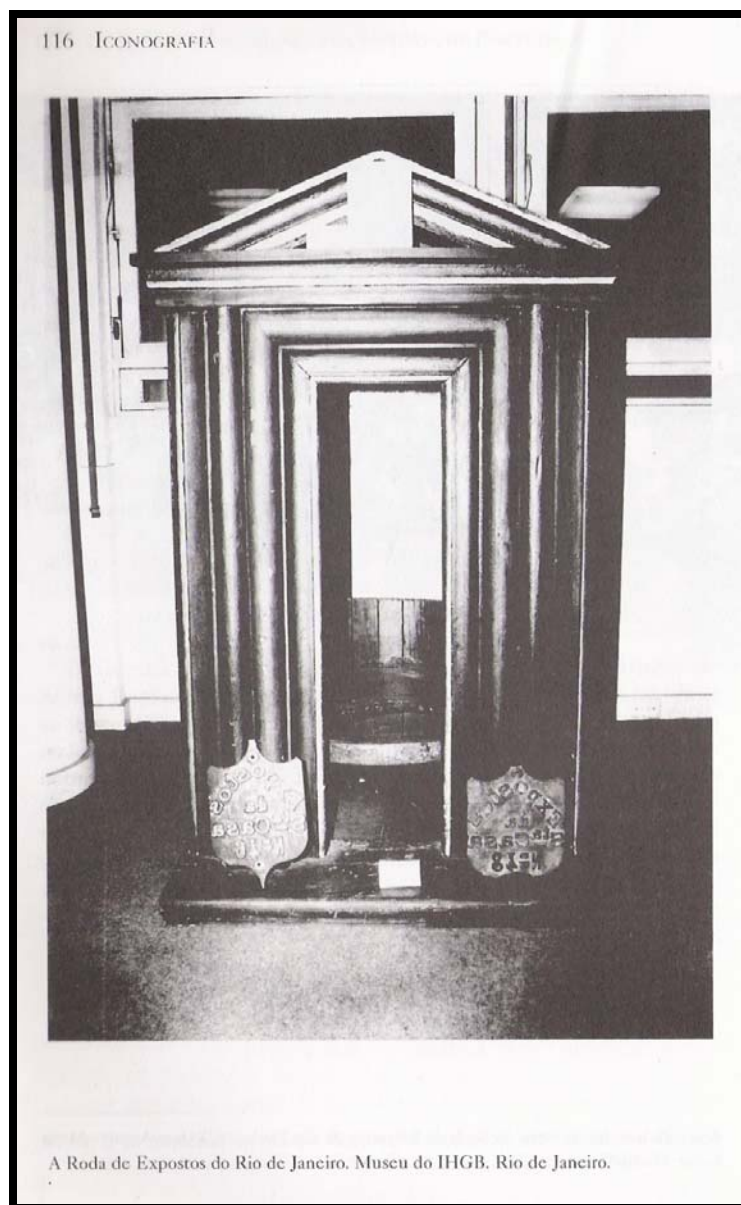
- ASSIS, Machado de. “Pai contra mãe”. In: *Relíquias da Casa Velha – Obra completa*, volume II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 167.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 223-229.
- \_\_\_\_\_. “O flâneur”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 235.
- \_\_\_\_\_. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 197-221.
- BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do olhar – Walter Benjamin e o projeto das passagens*. Chapecó/ Belo Horizonte: UFMG/ Argos, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- DERRIDA, Jacques. “Escritura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”. In: \_\_\_\_\_. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p.229-249.
- \_\_\_\_\_. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>, consultado a 20 de novembro de 2005, às 23:10h.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- FAZENDA, José Vieira. “A Roda”. In: *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.
- FOUCAULT, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 80-89.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998
- FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GAGNEBIN, Jean Marie. *História e narração e Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GANDELMAN, Luciana Mendes. “A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 8, nº 3 (setembro/ dezembro de 2001), p. 613-630. Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006), acessado em 16 de agosto de 2005.

- MACEDO, Joaquim Manoel de. *A luneta mágica*. Rio de Janeiro: Ática, 1999.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes – O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- NEEDELL, Jeffrey. *A tropical belle époque: elite culture and society in tur-of-the century Rio de Janeiro*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Schwarcz, 2005.
- RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.
- SANTIAGO, Silviano (sup.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- SANTOS, Noronha. *Esboço biográfico de Vieira Fazenda*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial do Centro Carioca, 1947.
- SOARES, Ubaldo. *O passado heróico da Casa dos Expostos*. Rio de Janeiro: Santa Casa, 1959, p.21.

## 8 – Anexos

Anexo 1:

Roda dos Enjeitados exposta no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:<sup>151</sup>



<sup>151</sup> M.L. Marçílio. História Social da Criança Abandonada. SP: Hucitec, 1998, p. 116.

Anexo 2:

Fachada da Fundação Romão de Mattos Duarte:<sup>152</sup>



---

<sup>152</sup> Fotos: Rosane de Albuquerque Porto (Julho de 2005); Rua Marques de Abrantes, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ.







Interior da Fundação Romão de Mattos Duarte





Anexo 3:

Roda dos enfeitados exposta no Museu Dahas Zarur, da Fundação Romão de Mattos Duarte:<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> Fotos: Rosane de Albuquerque Porto (Julho de 2005); Rua Marques de Abrantes, Flamengo, Rio de Janeiro/RJ





Renascença

## DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA

**E**NTRE os verdadeiros cultores da nossa historia se destaca pela seriedade de suas investigações e pelo criterio scientifico o Dr. José Vieira Fazenda. É, no rigor da expressão, uma auctoridade.

Um mestre, porém, que se distingue dos outros pela cordialidade e gentileza com que acolhe e ensina a quantos delle se aproximem.

Quem o consulta uma vez, jamais o esquece.

É sem atavios, despreocupadamente, que exhibe a vastissima cópia de conhecimentos, precisando-os com exactidão, dando logo as fontes em que se baseia, mostrando-as, e tudo isso do modo mais simples e leal, sem querer alardear sabedoria.

Por feliz iniciativa do venerando Conselheiro Olegario, Presidente do Instituto Historico, foi o Dr. José Vieira Fazenda convidado em 1898 para bibliothecario daquelle associação. Nunca o proverbio inglez *the right man in the right place* teve maior cabimento.

O que tem feito o Dr. Fazenda na bibliotheca do Instituto, pôdem attestal-o quantos a procuram.

Força é confessar — antes de sua entrada, a velha sala do Instituto devia apresentar o mais cahotico aspecto. E o trabalho do Dr. Fazenda teria encontrado maior desenvolvimeno se não fossem as pessimas condições materiaes do edificio.

Agora, com os grandes auxilios concedidos pelos poderes publicos, e que permitem a transformação completa da casa, a acção intelligente do bibliothecario se reflectirá de maneira efficaz, conseguindo a formação de catalogos commentados

que patenteiem a riqueza, não somente das obras, mas tambem dos archivos do Instituto.

Nasceu o Dr. José Vieira Fazenda nesta capital a 28 de Abril de 1847 e em 1865 bacharelou-se em letras pelo collegio de Pedro 2º, formando-se em medicina em 1871, tendo em ambos os cursos se distinguido pela applicação e notavel receptividade intellectual.

Na freguezia de S. José, onde sempre residiu, a sua influencia foi, e ainda

é, consideravel. Provinha ella da magnanimidade de coração do habil clinico, que a todos accudia com o mesmo empenho, sem distinguir classes; só com o nobre intuito de cumprir o dever. Ha alguns annos abandonou a clinica por se dedicar completamente aos predilectos estudos historicos, conservando, entretanto, seu logar de medico effectivo do Hospital da Misericórdia e que desempenha com a maior proficiencia e solicitude.

Intendente municipal no biennio de 1895-1896, o papel brilhante que representou no-seio dessa corporação concorreu poderosamente para salvar-a do naufragio. A sua palavra só foi posta ao emprego de alevantadas idéas

e jamais o seu nome se viu incluído no rol dos que transformam certos cargos publicos em excellentes agencias de negocios.

Não resisto ao desejo de transcrever uma das paginas em que a boa alma de Vieira Fazenda se revela nitidamente, recordando successos occorridos em tempos collegiaes. É a descripção do festa de S. Joaquim, no internato do Collegio de Pedro 2º, em 1865.



DR. JOSÉ VIEIRA FAZENDA

## Renascença

Eil-a :

### " A FESTA DE S. JOAQUIM "

A acção passa-se no palacete da rua de S. Francisco Xavier, juncto á ponte da Segunda-Feira. Perto corre o rio Trapicheiro e ao longe vê-se a egreja do Apostolo das Indias, a pedra da Babilonia — a Itaúna dos indigenas. Epoca 1865.

Após as férias da semana santa começaram os preparativos e o Goyatío ao som do seu violino ensaiava, ás segundas-feiras, a parte da rapaziada que devíã cantar a musica da festa. O auctor destes rabiscos, porque nunca passara da artinha e por incapaz e má figura, fazia parte do cõro, cantando de ouvido. Tão animados tornavam-se os ensaios que ainda hoje é capaz de assoviar de fio a pavio, toda a missa do maestro Santõs Pinto. E não será máo lembrar que o auctor destas linhas teve tambem a honra de cantar, de outiva, o *Te-Deum* de Newcomman, em plena Praça da Constituição, hoje Tiradentes, no dia em que se inaugurou a estatua de D. Pedro I e sob a regencia de Francisco Manoel...

Ao principiar o mez de agosto era grande o alvoroço em todo o collegio e o proprio reitor, que se chamava Joaquim ia pouco a pouco perdendo o sobresenho carregado com o qual exercia sobre nós immensa força moral, base salutar da disciplina numa casa de educação.

Via elle nesses festejos, alem de homenagens ao padroeiro do antigo seminario, uma especie de engrossamento á sua pessoa e estava prompto para o que desse e viesse.

Quem não conheceu o Dr. Almeida Rego, atábilario muitas vezes, mas dum coração de ouro, medico illustradissimo e profundo latinista? No meio da maior zanga fosse alguém propor-lhe duvidas sobre um texto de Tito Livio, Tacito ou Virgilio!

O reitor, de furibundo Adamastor, se transformou num verdadeiro anjo, e era capaz de falar horas seguidas, argumentando com Littré, Burnouf et — reliqua.

Entremos, porém, em materia.

No dia da Gloria vinha á cidade o Custodio dos Santos, encarregado da compra de objectos para a toilette das senhoras, instalado na sala da enfermaria, convenientemente lavada e escovada e com cortinas brancas, dous toucadores (vindos da casa do reitor) em cujas pedras viam-se grandes vidros de agua de Cologne... de botica, e um ou

dous vidrinhos de sandalo, perfume então muito em moda.

Trazia mais o Custodio luvas e gravatas, collarinhos e punhos postiços e botinas de polimento para os collegas que taes cousas lhe encomendaram. Começava a balburdia na sexta-feira, á tarde, com a remoção das camas do grande dormitório, no dia seguinte transformado em extensa e esplendida sala de baile, com reposteiros de seda, quadros, espelhos, canapés, cadeiras, dunkerques tudo emprestado! Até os simples bicos de gaz eram substituidos por vistosos lustres de crystal com pingentes, trabalho de que se encarregava o Macario, antigo escravo do collegio, investido no momento do alto posto de empregado da companhia do Gaz, Estupido, mas bom homem.

Chegava, enfim, o grande dia! Folhas de mangueira juncavam as escadas, os jardins e pateo interno, bandeiras e galhardetes por toda a parte; copinhos de cõr verde e amarella, balões venezianos pendiam das arvores para a illuminação, á noute, á qual se associava o velho *Pechincha*, vendeiro da esquina, que como adhesão aos rapazes pendurava em prégos quatro lanternas com vélas de vintem, lanternas coévas dos tempos em que toda aquella zona pertencera á fazenda dos Padres da Companhia de Jesus!

Não se jantava: todos tinham fastio e aguardavam com impaciencia o cabeleireiro da rua do Ouvidor que devia pentear e frisar os cabellos dos festeiros. O Custodio ajudava-o nessa faina e, pouco perito no officio, chegou a chamuscar a guedelha dum collega, o que lhe ia custando grossa bordoeira. Isso, porém, era nuvem passageira.

As 7 1/2 estavam a postos as commissões de recepção, a encarregada do *buffet* e a da ceia volante.

As 8 chegava a musica dos allemães, mediante 50\$, pagos adeantados, conduzidos em uma velha gondola, adrede alugada.

As 8 as maxambombas despejavam os convidados mais democratas ou economicos e ás 8 1/2 começavam os carros e coupés a entrar no jardim, parando á portaria, onde o velho Simplicio José Cordovil se esconjurava, dizendo que no seu tempo meninos de collegio não davam bailes e *funçanatas* e só acompanhavam procissões ou resavam o terço.

As 9 horas rompia a primeira quadrilha, seguindo-se-lhe polkas, valsas, lanceiros, principe imperial, etc.

## Renascença

O baile era dado por subscrição, e com 1:200\$ apurados não podia a gente metter-se em grandes funduras; mas fazia-se figura, comquanto depois de certa hora se tivessem esgotado os comestiveis e bebestiveis, appellando-se, então para a cerveja nacional da venda proxima ou para o rio Maracanã. Isso não impedia a alegria de todos e os pares percorriam doudamente o vasto espaço do salão. Notavam-se esplendidas toilettes e os elegantes da rua do Ouvidor disputavam a honra de um convite. Os sexto e setimo annistas trajavam casaca verde com botões amarelos, calça azul escuro, collete branco, luvas e gravatas da mesma cor. Era um *mise soigné*, como dizia o rei Bobeche, na opereta de Offenbach.

No principio havia muito sorvete, muitos canudos, muito groseille, muitas empadinhas e croquettes e sobretudo muitos biscoutos — mas muitos biscoutos — para entreter a meninada, que tendo dado os cobres, atacava o mastigo destinado aos convidados.

A's 3 horas da manhã o reitor mandava tocar a sineta — era o signal do grande galope e do... ponham-se na rua.

Os bailes do collegio de Pedro II tornaram-se conhecidos, principiando modestamente tornaram-se deslumbrantes, o mais supimpa porem, por ser o ultimo, foi, modestia á parte, o nosso de 1865.

Nelle figuraram e fizeram o seu pé de alferes como verdadeiros *gentlemen* o Joaquim Nabuco, o Luiz Belim, o Moncorvo, o Rodrigues Alves, o Moreira Pinto e o José Americo dos Santos, que, como falava muito bem o inglez, agarrava-se aos convidados representantes da velha Albion.

Não estava, porém, tudo acabado. Amanhecia o dia de festa. A capella, profusamente ornamentada de luzes e de flores, apresentava um aspecto encantador. Os paramentos vinham de S. Bento.

Havia missa pontifical com todos os *ffs e rr*, officinando monsenhor Felix; subia ao pulpito o padre Bernardino de Moura e o Goyano, á frente da sua *troupe* e de batuta em punho, executava a missa cantada.

Serviam de prima-donas o Luiz Chaves Faria, o Lazaro do Couto e o Theophilo Antunes Braga. A capella regorgitava de convidados e o avô de Jesus Christo, posto em seu altar, parecia sorrir diante daquella rapaziada tão trefega e buliçosa em todos

os dias do anno, tão christã e tão devota nesse dia de agosto.

Quantas recordações saudosas devem despertar no espirito dos meus bons companheiros de então se por acaso lermessas scenas que jámais se esquecem. A vida corria-nos como a *sonorosa lympa* do poeta e não pensavamos senão em estudar alguma cousa e brincar e pandegar sempre...

Depois de soltar os foguetes do estylo e do badalar festivo da sineta, acabada a festa, vinhamos para as nossas casas e ás 8 horas da noite deviamos estar no collegio. Ai do infeliz que chegasse 5 minutos depois — estava privado de sahir d'ahi a quinze dias. Escuso contar que na segunda-feira ninguém sabia patavina das lições.

Os professores fechavam os olhos e nesse dia havia um *bill* de indemnidade para o qual servia de padrinho o glorioso patriarcha S. Joaquim.

Depois ia pouco e pouco entrando tudo nos seus eixos, a commissão de contas as emmassara... para entregal-as base orgamentaria aos futuros setimo annistas.

Havia entre estas uma que excitava sempre as gargalhadas: a do carpinteiro resava assim: — *importança* de um *corette* para a *musique* 18\$500.

A rapaziada, saudosa nos dias seguintes, commentava, com pillherias e anedoctas, os factos occorridos durante a celebre noite do baile. Esquecendo este, appellava-se para o mez de Setembro, que não vinha longe, e esperavam o dia 7 com a sua alvorada e para as festas da Petalogica e da setembrista Castelleuse, para o espectáculo de gala do antigo Provisorio, para as luminarias e para os fogos de artificio da Lapa! Eram tres dias de gazona e de regabofe.

Tudo acabou, tudo sumiu-se na voragem do tempo, mas tenho saudades e trocária, como o grande Herculano, o nada que sou para voltar a esses tempos de mocidade.

Impossivel! Paciencia e philosophia, como dizia o Vasques — Paciencia e philosophia repetirei... e amen. — V. F.

\*

Farto é o numero de trabalhos de Vieira Fazenda, elucidando de maneira incontestada muitos capitulos de nossa historia. Entre outros alludiremos á serie brilhante de artigos publicados em a *Noticia*

147



## Renascença

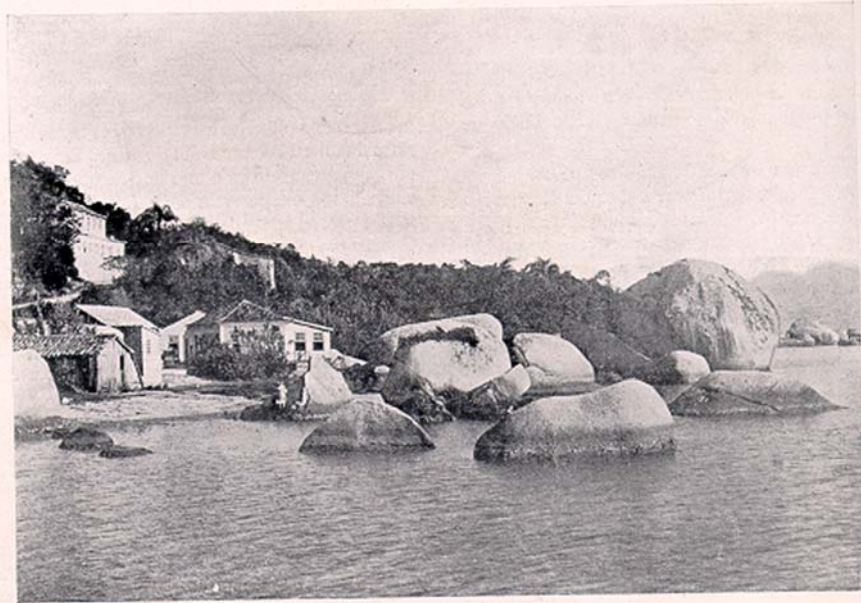
sobre o verdadeiro local do supplicio de *Tiradentes*.  
Paginas como aquellas confirmam para sempre  
a nomeada do historiador.

Companheiro diario de Vieira Fazenda, desde  
Janeiro de 901, posso com segurança falar das suas

admiraveis qualidades intellectuaes. E posso tam-  
bem garantir, o que aliás está no conceito geral,  
que a nobreza de seu character, a austeridade de  
seus habitos, tornam esse patricio digno de com-  
pleto acatamento em todos os terrenos.

Abril de 1906.

*Max Fleiuss*



SANTA CATHARINA — Vista na Praia

Anexo 5:

Textos de José Vieira Fazenda redigitados, conforme original na seqüência.

## A RODA

### I

Para ampliar o grandioso quartel da rua Evaristo da Veiga resolveu o Governo comprar à Misericórdia os edifícios, onde funcionava a *Casa dos Expostos*.

Procedendo-se ás necessárias demolições, entendeu o digno commandante da Brigada Policial enviar para o Instituto Histórico, que acceitou a offerta, os objectos que compunham aquillo a que commumente se dá o nome de *róda*.

E' uma porta de grossa madeira, sobre a qual se vê aberta uma janella ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cylindro também de madeira; apresenta uma face convexa e outra côncava. Na segunda existem duas prateleiros, onde se collocava o engeitado.

Com summa facilidade é o meio cylindro susceptível de gyrar no sentido vertical. Dado o pequeno impulso desaparece da janella ou fresta a parte convexa do cylindro para dar logar á parte côncava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho gyratorio servia de aviso á erma de caridade, para sobretudo á noite, tirar da prateleira a criança abandonada.

Além da roda dos engeitados outras existem nesta nossa cidade. São de maiores proporções e podem ser observadas nas portarias dos Conventos d'Ajuda e de Sancta Teresa. Alli servem para entrada e saída de objectos de consumo, compra de fazendas e para outros misteres, em que se permite comunicação com o mundo exterior.

Ao contemplar aquellas toscas peças de madeira, que têm sido em todos os paízes objecto de tantas discussões e de múltiplas medidas governnamentaes, não me posso furtar ao desejo de escrever algumas notas sobre a *nossa Roda*,

sua origem e desenvolvimento. Sirvam ellas ao menos para explicar no futuro a presença de tal aparelho no museu do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro.

De uso commum entre as velhas cidades da Europa, não é de admirar funcionassem as rodas dos engeitados em Portugal e principalmente em Lisboa. Da metrópole, com antigos usos, costumes e tradições herdamos também tal instituição, que dalli tem gradualmente desaparecido, graças á campanha de espíritos altamente philanthropos.

Entre nós, sabido é, a Casa dos Expostos, administrada pela antiga e venerável Irmandade da Misericórdia, é um instituto com patrimonio próprio, aumentando pela constante caridade de almas benfazejas.

Não perderam os infelizes abandonados com sair da sua casa antiga. Acham-se agora bem installados em magnifico prédio da rua do Senador Vergueiro, sito em meio de vasta chácara, onde vicejam copadas arvores.

Antes de dizer como foi definitivamente creada a Casa dos Expostos do Rio de Janeiro por iniciativa particular, veremos quaes as providencias tomadas anteriormente pelos governantes, com relação a tão importante assumpto.

Não se descuidaram os antigos legisladores portuguezes de dar providencias para criação dos engeitados. A manutenção destes era confiada aos *Concelhos* (Câmaras Municipaes). Quando estes não pudessem cumprir tão humano dever, poderiam lançar para tal fim impostos ou fintas entre os moradores do município.

Para isso diz a Ordenação: “as crianças nom mourom por mingua de criação; os mandaram criar a custa dos bens dos Ospitales ou Albergarias, que ouver na Cidade, Villa ou lugar, se tiver bens ordenados para criação dos engeitados; e não avendo hi taes Ospitales e Albergarias se criaram a custa das rendas do Concelho. E não tendo o Concelho rendas por que se possam criar, os officiaes da Câmara lançarão fintas por aquellas pessoas que nas fintas e encarregos do cencilho ham de pagar”.

Pondo em contribuição o muito que se tem escripto sobre as Misericórdias de Porrugal, póde-se concluir o seguinte: por muito tempo, máxime na capital, o

cuidado da criação das crianças abandonadas correu sob a responsabilidade dos administradores do Hospital de Todos os Sanctos.

A carta régia, porém, de 14 de Maio de 1543, confiou a sorte dos expostos ao zelo e critério da Mesa da Sancta Casa de Lisbôa. Desde então começou ella a cuidar daquelles infelizes, os quaes continuavam a permanecer no precitado hospital, onde existiam as competentes rodas.

Grandes foram os privilégios concedidos aos maridos das amas externas, pelo que se vê da carta régia de 1502: “A quantos, reza o documento, esta nossa carta virem, fazemos saber que querendo nós dar fórma e maneira, como para os meninos que se engeitarem no nosso hospital de Todos os Sanctos desta cidade, se possam achar melhores amas para os criarem, por este presente nos praz que qualquer ama que criar engeitados ou engeitadas que ao dito hospital vierem e que lhe for dada pelo provedor delle, além do ordenado que por criação lhe houver de ser dado, segundo com elle se concertar, gose tres annos, que se começarão do dia em que o dito engeitado levar, de todo o privilegio aqui declarado; convém a saber, que não pague nenhuma peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, que pelo concelho onde fôr morador sejam lançados, por qualquer guiza ou maneira que seja, nem vá com pesos, nem com dinheiro, nem seja tutor, nem curador de nenhuma pessoas que sejam, salvo si as tutorias forem lidimas, nem sirva em nenhum outro cargo, nem servidões do dito concelho, nem seja official delle contra sua vontade, nem persigam com elle em suas casas de morada, adegas, nem cavahariças, nem lhe tomem seu pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, gallinhas, nem bestas de sella, nem albarda, nem outra alguma coisa contra sua vontade, etc”. Todas essas mercês foram confirmadas em 1532, 1576, 1595, 1696 e 1701.

Pelos alvarás de 29 de Agosto de 1654 e de 22 de Dezembro de 1695 os maridos e filhos das amas ficavam exemptos de servir nas companhias de ordenanças e ir aos alardos e exercícios.

Em muitas cidades de Portugal, apesar de tão latos privilégios, não existiam ródas, Em Aveiro, Penafiel e Alemquer fazia-se uma espécie de feira, onde appareciam as recoveiras, afim de levar as crianças para as ródas das terras mais

ricas, havendo até algumas Câmaras que pagavam as taes recoveiras, livrando-se assim do encargo de ter ródas.

Como sempre acontece, a especulação torpe alçou o collo. Entre muitos factos reprovador citarei o seguinte: em 1771, no dia 1 de Junho, foi condemnada uma mulher, de nome Luiza de Jesus, natural de Coimbra, porque ia á roda desta cidade buscar crianças, recebendo de cada uma 600 réis em dinheiro, 1 covado de baeta e um berço. Reconheceu-se pelo processo que esta fera matára 33 crianças. Foi garroteada, indo com baraço e pregão pelas ruas públicas, sendo atezada e cortando-se-lhe as mãos, queimando-se o corpo e reduzindo-se a cinzas.

Continuava a Misericórdia de Lisboa como simples administradora dos engeitados de Todos os Sanctos, quando viu que os rendimentos não chegavam para manutenção de tantos infelizes, cujo numero augmentava de anno para anno.

O Senado da Câmara, que pela lei era obrigado a concorrer com subsídios para tão humanitário fim, furtára-se a esse dever, allegando falta de meios suficientes. Em 1637 foi, porém, celebrado um contracto entre aquella corporação (a Misericórdia) e a Câmara, obrigando-se os representantes da cidade a dar annualmente a quantia de 600\$000. Essa verba foi augmentada para 2:000\$000 pela carta régia de 31 de janeiro de 1775.

Em 1657 a Misericórdia para melhor administração dos expostos formou de seu grêmio a chama mesa dos Sanctos Innocentes. Esta foi extincta em 4 de Junho de 1768 em consequência de acontecimentos importantes, que então occorreram. Nesta data a administração dos exposto ficou unida immediatamente á da Sancta Casa.

Expulsos os Jesuítas, obteve a Irmandade da Misericórdia pela carta régia de 8 de Fevereiro de 1768 doação da casa de S. Roque, que pertencêra á Companhia de Jesus.

Tomando posse do edificio no 1º de Julho de 1769, foi á antiga corporação concedido patrimonio de 100:000\$000 com obrigação da criação dos engeitados. Por deliberação do márquez de Pombal, em 31 de Janeiro de 1775, teve a Casa da roda definitiva regulamentação com o titulo, Real Casa dos Expostos.

A sorte dos míseros desamparados mereceu sempre, no correr dos tempos, o zelo e **compaixão dos monarchas portuquezes** e da alta fidalguia. Dous factor entre outros o provam. Em 1880, o príncipe regente d. João instituiu a real ordem de Sancta Isabel. As damas que pertencessem a esta ordem seriam obrigadas a visitar por turnos, uma vez em cada semana, o hospital dos expostos e a observar os artigos pertencentes ao regime particular e govêrno econômico do hospital e os mais actos de caridade, que se devessem practicar sobre o tractamento dos expostos. A ordem era composta, além da Família Real, de 26 damas, que deveriam ser casadas ou ter vinte e seis annos completos.

Em 1819 (decreto de 14 de Abril) foi creada uma Congregação das servas ou filhas da caridade, da qual faziam parte a duqueza de Cadaval, marquizes de Abrantes, Borba, Castello Melhor, Lavradio, Minas, Niza, Tancos e Valença; e condessas de Ficalho, Mesquitella, Oeiras, Rio Maior e Vimieiro. Entre os deveres de tão illustre instituição avultavam: instrucção á mocidade desamparada, visitas aos hospitaes, ás casas dos órphãos e aos estabelecimentos dos expostos.

Como é por demais sabido, a Misericórdia de Lisboa é uma repartição sujeita ao Govêrno, que nomeia o provedor e demais funcçionarios.

Quem quizer conhecer a fundo as phases da antiga, bem como da nova organização, leia os trabalhos de Victor Ribeiro e Costa Godolphin, de onde extrahi estes apontamentos. Em tão bellos escriptos verá a campanha levantada contra a excellencia da roda que deixou de existir em Lisboa. Para esse desideratum muito contribuiu o illustre e infatigável provedor dr. Thomaz de Carvalho.

Resta-nos agora, feito este longo exordio, narrar o que tem havido com os expostos do Rio de Janeiro, os quaes estão, desde 1738, sob o valioso amparo e segura protecção da veneranda confraria instituída pelo inolvidável José de Anchieta.

14 de maio de 1906.

## **A RODA**

## II

Referem historiadores: vendo o governador Antonio Paes de Sande a impiedade e o abandono, a que eram votados os engeitados, sendo encontrados nas ruas públicas e ahi perecendo á miseria e ao frio, representou ao rei pedindo providencias contra actos tão deshumanos.

Ora, existindo no Rio de Janeiro uma Sancta Casa de Misericordia, parece recair sobre ella acre censura contra similante falta de caridade.

A resposta dada pelo monarcha ao citado governador, em data de 12 de dezembro de 1693, é prova manifesta de que nenhuma responsabilidade cabia a essa veneravel instituição. Eis o teor desse importante documento:

“Antonio Paes de Sande – Amigo – Eu El-Rei vos envio muito saudar. Havendo visto o que Me escrevestes acerca da pouca piedade, que achastes nessa Capitania com as creanças engietadas, achando-se muitas mórtas ao desamparo, sem que a Misericordia nem os officiaes da Camara os queirão recolher, dezendo não terem rendas para os mandar criar, apontando-se como remedio o applicar para a despeza da criação desses engeitados a propria pertencente ás obras pias, que desta Capitania vem para este Reino de poucos annos a esta parte, por ondem Minha, Fui servido não admitir este arbitrio por ser esta consignação feita para alimentarem viuvvas pobres e desamparadas; e *por ser muito propiro da obrigação dos Officiaes da Camara, o cuidado dessas crianças*, por attenderem ao bem commum de sua terra e por se não lembrarem até agora de Me avisar desta materia, para acodir ao remedio della, me pareceu estranhar esse descuido e *ordenar-lhes que dos bens do Concelho tirem o que fôr necessario para essa despeza e que quando não haja effeitos e esteja exaurido o que pertence á Administração da Camara*, neste caso possam por *uma contribuição* naquella parte que parecer mais suave e conveniente para que della possa sahir a importancia dessa despeza, havendo tal arrecadação nesta consignação que de nenhuma sorte se possa divertir para outro effeito, porque assim Hei por bem, etc”.

Além de não competir á Santa Casa o serviço dos engeitados, experimentava a confraria por esse tempo sérios embaraços em suas condições orçamentarias. A crise financeira daquelle tempo é bem descripta pelo operoso Felix Ferreira. A tal

ponto chegarem as circunstancias, que a Irmandade por accórdam de 19 de Agosto de 1697 resolveu limitar a 20 o numero de doentes, que podiam ser tractados no hospital.

Entretanto, todas as vezes que lhe permitiam as condições a Sancta Casa nunca deixou em abandono os meninos engeitados. Dava por esse cumprimento ao capitulo XXXIII do compromisso, cujos §§ 2º e 3º assim dispõem:

“Achando-se alguns meninos desta qualidade (expostos ás portas do hospital ou nelle tornados orphãos), constando de seu desamparro, o provedor e mais ermãos da Mesa os *mandarão acabar de criar tomando-lhes amas*, enquanto forem de pouca idade, e depois de crescidos lhes darão ordem conveniente, para que nem por falta de criação venha ma ser prejudicaes á Nação, nem por falta de occupação fiques expostos aos males, que a ociosidade costuma causar. – *Havendo alguma pessoa virtuosa*, que se queira encarregar da criação e amparo de alguns destes meninos, a Casa lh’o largará, porque não deve tomar a seu cargo, sinão aquelles, que não tigerem nem outro remedio, nem outra sustentação”.

Que a Misericordia criava além dos orphãos, que lhes deixavam as infermas fallecidas em suas enfermarias, os engeitados não póde haver a menos dúvida. Servem de prova os lançamentos, em seus livros, das quantias pagas ás amas de leite e destinadas a dótes das expostas.

Para patrimonio do engeitado Diogo de Castro, que fôra sacristão e ia receber ordens maiores, a Misericordia deu um predio de pedra e cal no canto fronteiro aos que foram de Gaspara Cabral (rua do General Camara, esquina da rua da Quitanda).

Nos competentes livros dos accordãos notam-se, entre outros, o dóte de duzentos mil réis e um enxoval de cincoenta mil réis concedidos á engeitada Ursula do Bomsucesso, que se ia casar com o sapateiro Francisco da Costa. Dous annos depois (1697) o mesmo se practicou com relação á exposta Antonia do Bomsucesso.

Entre os meus apontamentos tenho o resumo de uma escriptura de distracto (1722) da doação feita pela Misericordia á engeitada Maria do Bomsucesso, que



fora criada em casa do licenciado Manuel da Silva Oliveira. Consistia a doação em um prédio da rua de Nossa Senhora do Parto, partindo com João da Costa de um lado, e de outro com quintal do mesmo prédio e fundos com o outeiro (Castello). Essas casas haviam sido legadas pelo soldado Correia por alcunha o *Reitor*. Por falta de formalidades a Misericórdia annullou a escriptura, destinando porem 140\$000 para dote de Maria quando casasse. Essa casa, sita na rua hoje de S. José, tinha o numero 63. Foi há pouco demolida.

Fiada talvez na caridade da Misericórdia e dos particulares, a Camara procurava, parece á primeira vista, furtar-se á sua obrigação. De novo pelas cartas régias de 8 de Outubro de 1694 e 5 de Novembro de 1696 recommendava o rei ao Concelho a criação dos engeitados, ordenando se impuzessem os impostos precisos para tão pio encargo.

Por esse tempo, diz Balthazar Lisbôa, o Concelho valeu-se das sobras dos impostos do azeite doce e sal do Reino. Cresceu, porém, o número de engeitados; em uma casa existiam 42. A despesa com cada um custava mensalmente 4\$800, importava toda a despesa em 2:361\$ annuaes.

Ora, nesse tempo montavam as rendas da Cammara apenas a 6.000 cruzados, e os vereadores se viam em palmos de aranha só com os expostos despender grande parte da receita municipal.

Por um lado entendiam os representantes do municipio não dever onerar o povo já tão sobrecarregado de impostos; por outro viarm-se privados em 1731 da administração exactamente do contracto do azeite e do sal. Ainda em carta de 29 de Novembro de 1732 requeriam á metropole, caso não fosse attendido o anterior pedido, lhes fosse concedida, para occorrerem ás despesas dos expostos, a administração do subsidio pequeno dos vinhos. Nada disso foi attendido, e os engeitados morreriam ao desamparo si, como vimos, não lhes valesse a caridade da Misericórdia e das pessoas caridosas.

Por um documento impresso no *Archivo Municipal* vejo que ainda em 13 de Outubro de 1736, vendo-se a Camara onerada de dividas para a manutenção dos engeitados, escreveu longa carta a Gomes Freite de Andrade. Allegava as dificuldades, em que se via, e impetrava o favor de tirar por emprestimo *quinze*

*mil cruzados* da quantia do donativo, que todos os annos ia para Portugal. Esse donativo havia sido imposto muitos annos antes para dote do casamento das princezas de Portugal, e ainda continuava.

Fazia Gomes Freire ouvidos de mercador, contrariado por não poder, por expressa disposição da lei, distrahir qualquer quantia do chamado *Donativo*.

Não descansou a Camara, e em 13 de Novembro de 1737 dirigiu o governador a petição do teor seguinte:

“Por ordens repetidas de Sua Magestade e *expressa disposição da lei*, deve este Senado lançar finta ao povo para criação dos expostos, que por não haver com que se alimentem e se pague a quem os crie succede lançarem-nos ao desamparo, pelas ruas e logares immundos e serem alguns tragados pelos cães, como se tem visto e examinado, cuja lastima é digna de maior compaixão e inaudita em povos christãos, e por estar a providencia a nosso cargo, com jurisdição privativa para a dita finta e se acharem reprehensões de Sua Magestade a este Senado, por se não fazer nesta parte o que as Suas Reaes Ordens e Leis recommendão; entrou o mesmo Senado na idéa de repartir uma finta por este povo para o dito fim; porém considerando a indigencia e attenuação do povo gravosissimamente onerado de imposições e tributos, em concurso das pessoas da governança delle e de todos que costumão ser ouvidos e consultados em Camara se tomou a deliberação de supprir-se pelo *Donativo* esta tão pia e preciosa despesa, como tão evidentemente já temos participado a V. Ex. E como a necessidade desse supprimento cresce cada vez mais e nenhum detrimento se segue ao Donativo, a cujo cumprimento está o mesmo povo obrigado, e he o que convem, que por ora se suppra a criação dos expostos do tal producto do *Donativo*; pois que não se póde com mais imposições para valer-nos de novas, afim de soccorrer aos ditos expostos pedimos a V. Ex. com o maior encarecimento, queira ordenar ao thesoureiro deste Senado aquella quantia que por documento juridico constar se deva da criação dos engeitados, para que com esta providencia se evitem clamores e lastimas; e ficando assim o *Donativo* sem detrimento e o povo sem vexação, etc. – *Malheiros Franco Pereira, Francisco de*

*Almeida e Silva, Simão Barbosa Barreto de Menezes, Luiz Gago da Camara, José Carvalho de Oliveira”.*

Afinal, a tanta insistencia cedeu o governador; mas nem por isso melhoraria a sorte desses desamparados, si não surgisse em espiritos generosos a idéa da fundação de um instituto destinado exclusivamente ao amparo das infelizes crianças, como já existia em Lisbôa e na Bahia.

21 de Maio de 1906.

## **A RODA**

### **III**

A iniciativa da fundação da Casa dos Expostos do Rio de Janeiro cabe aos dous benemeritos burguezes Romão de Mattos Duarte e Ignacio da Silva Medella.

Dos documentos seguints resalta a verdade desta affirmação:

“Aos catorze dias do mez de janeiro do anno de mil setecentos e trinta e oito, no consistorio desta Sancta Casa de Misericordia disse o Irmão Provedor o Dr. Manuel Correia Vasques: que Romão de Mattos Duarte offerecia á mesma Casa a quantia de trinta e dois mil cruzados em dinheiro de contado, para criação dos meninos expostos da Roda, com a condição que a mesma Sancta Casa seria obrigada a fazer a obra que necessaria fosse para os mesmos meninos á custa dos bens da mesma Casa e que os ditos trinta e dois mil cruzados seriam unicamente despendidos na compra de propriedades de casas e o dinheiro dado a juros para o seu rendimento ser unicamente para a creação dos ditos meninos expostos. Ouvidas as mais razões se propuzeram para esta obra, todos uniformemente acceitaram com as condições declaradas, na escriptura exarada no livro primeiro do Tombo dos ditos meninos expostos a folha uma. E de como assim se accordou se mandou fazer este termo e ajuste em que assignou o Provedor da mesma Casa o Dr, Manoel Correia Vasques, commigoEscrivão e os mais Irmãos da Mesa abaixo assignados: *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa e Casa da Misericordia escrevi e assignei – *Manoel Correia*

*Vasques – Antonio Pires da Fonseca – Antonio do Valle – Manoel da Silva de Almeida – Domingos Correia da Costa.”*

“Aos tres dias do mez de Fevereiro do anno de mil setecentos e trinta e oito, no consistorio desta Casa da Misericordia disse o Irmão Provedor da mesma Casa o Dr. Manoel Correia Vasques: que Ignacio da Silva Medella fasia esmola, doação e traspasso a esta Sancta Casa da Misericordia de um rol com vinte addições que importam em dez contos quatro centos e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e quatro réis, como consta de credits, escripturas e execuções; para que do que se cobrar da sobredita quantia pertencer aos meninos expostos a folhas duas e de como se acceitou a dito doação se fez este termo em que assignou o Provedor da mesma Casa – o Dr. Manoel Correia Vasques commigo Escrivão e os mais Irmãos da Mesa abaixo assignados. – *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa da Casa da Misericordia, escrevi este termo e assignei. – *Antonio do Valle*. – *Manoel da Silva de Almeida*. – *Domingos Correia da Costa*.”

Os dous primeiros engeitados, que por esse termo foram lançados na roda, receberam os nomes de Romão e Anna. – Constan esses factos dos seguintes termos:

“Em 17 de Janeiro do anno abaixo se expoz na portaria desta Santa Casa de Misericordia um menino, o qual trouxe um coeiro de chita verde e foi baptizado no dia 2 de Fevereiro do anno abaixo declarado na Egreja da Sé desta cidade, chama-se Romão. Foi se padrinho Romão de Mattos Duarte, e madrinha Anna Ferreira, mulher de Antonio Pires da Fonseca, em cuja casa se está criando o sobredito menino – Antonio Pires da Fonseca, escrivão actual da Casa da Misericordia fiz escrever este termo o qual subscrevi e assignei com o Provedor o Dr. Manoel Correia Vasques, no Consistorio da sobredita Casa, nesta Cidade do Rio de Janeiro em 2 de Fevereiro de 1738.”

“Em 12 de Fevereiro do anno acima se expoz na portaria desta Santa Casa da Misericordia uma menina, com quatro coeiros de baeta, seis camisas, uma toalha de panninho, uma coifinha, uma vara de fita encarnada. Foi baptizada, em 10 de Abril do dito anno, na Egreja da Sé desta cidade. Chama-se Anna. Foi Padrinho Ignacio da Silva Medella e Madrinha Isabel Gomes, mulher de Jorge Correia. Cria-

se em casa de Pedro Homem, morador nesta cidade, na praia do Valongo – *Antonio Pires da Fonseca*, escrivão actual da Mesa da Casa da Misericórdia, fiz escrever este termo, o qual subscrevi e assignei com o Provedor Dr. Manoel Correia Vasques, no Consistorio da sobredita Casa, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em 10 de Abril de 1738.”

Para desenvolvimento da instituição creada não pareceu á Misericórdia sufficiente a doação dos citados, benemeritos.

Em 1739, dirigia a Irmandade a D. João V o requerimento do teor seguinte:

“Senhor, dizem o provedor e mais irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: que reconhecendo no anno de 1738 um devoto homem desta cidade a grande miseria que nella havia sobre os engeitados, que continuamente se lançavam ás portas dos moradores com tal escandalo da piedade, expondo-se aquellas innocentissimas almas aos mais sensível desamparo e risco de morrerem pagãs fóra do gremio da Egreja, resolveu o dito devoto por especial toque da mão do Omnipotente, applicar alguns bens que tinha para a fundação de uma róda que estabeleceu e erigio na circumferencia da dita Santa Casa, dotando-a com o rendimento que lhe pareceu conveniente, para o effeito de que sendo publico o dito estabelecimento recorressem a elle os complices dos ditos absurdos com os recém-nascidos; para logo se cuidar da sua regeneração espiritual e da criação precisa, cujo exito se vio logo praticado concorrendo-se com os expostos á referida róda ou á casa do thesoureiro daquella administração; mas sendo o rendimento desta tão grande obra pia pouco pingue para a despesa, que entrou a experimentar-se, pois ainda incluidos alguns legados pios só chega a cinco mil cruzados, pelo grande numero de expostos e a despesa que com elles se faz diariamente e esta Santa Casa lhe não é possível divertir coisa alguma da continua assistencia e gasto das enfermarias, como principal objecto de seu Instituto pela gravissima decadencia em que presentemente se acha de rendimentos para uma despesa tão crescida, como proporcionada ao frequente ingresso de doentes naquelle Hospital, como é notorio e evidente em uma cidade tão populosa e seus suburbios, de onde concorrem os ditos miseraveis enfermos; nestas circumstancias só resta aos supplicantes, o natural, legitimo e unico

recurso para o Supremo Tribunal da piedade de Vossa Magestade a cujos pés, prostrados, apresentam esta justa supplica, esperndo que para uma obra tanto do agrado de Deus, como da utilidade publica, Vossa Magestade seja servido determinar alguma consignação, para não chegar a demolir-se o formal edificio da referida caridade, como ella está exposta, pelo grande impulso que vae subindo a sua administração, pois sendo Vossa Magestade o Principal Protector dos meninos expostos, da Sua Real Clemencia e Magnanimidade esperam os supplicantes, não só o referido subsidio, como os privilegios competentes, com os quaes se facilite mais a criação dos ditos expostos, e assim pedem a Vossa Magestade por sua Real Grandeza seja servido fazer-lhes a referida mercê com aquella Real benevolencia e innata piedade com que costuma attender aos desamparados.”

Desse documentos, como de muitos outros, possuo notas tiradas, há annos, do Archivo da Misericórdia. Copiei-os, porém suprimindo as abreviaturas de um fragmento impresso, continuação da mnographia de Felix Ferreira, a qual não foi dada á publicidade.

Parece haver sido attendida a súplica da Misericórdia.

De suas escassas sobras tirava a Câmara recursos para auxiliar a Sancta Casa. É isto provado pela Correição feita em 9 de Setembro de 1752 pelo juiz de fora Antonio de Mattos Silva no impedimento do corregedor da comarca, Dr. Manuel Monteiro de Vasconcellos (Doc. Do Archivo Municipal).

“E para constar, dizia aquelle magistrado, o grande excesso a que tinha chegado a despesa que tenha havido na cera que se despense nas funcções dete Senado, que fazia nisso a despesa de trez mil e trezentos, quantia que ao mesmo tempo faltaria para acudir á *criação dos expostos cuja despesa era mais útil á Republica* ... deviam os vereadores desterrar as despesas supérfluas e ordenou que se não daria a referida cera a Irmandades, ou Confrarias nem ainda a Clérigos, só estando com sobrepelliz, nem a Religiosos salvo em acto de communidade, nem a cavalleiro das tres ordens, salvo em acto de procissão ...

“E por constar mais ao dito corregedor da comarca, *que se não pagava o salário ás amas dos engeitados*, o que procedia do exorbitante salario de dose moedas

que por onus se dava cada anno ... considerando ser melhor terem menos salario, só em oago (sic) do que o maior com difficuldades quase invenciveis no pagamento e de ver por *todo o cuidado na criação de semelhantes expostos*, mandou que d'aqui em diante fosse o salário de cada uma de oito moedas os tres primeiros annos da criação e os últimos quatro, á razão de meia moeda por mez, etc.”

Argumentaram, porém, no correr dos annos os encargos da Misericórdia, com o cuidar dos engeitados. O numero desses ia progressivamente crescendo, como se vê da Estatística publicada pelo Dr. Pires de Almeida no Jornal do Commercio a 2 de Julho de 1899.

Mais uma vez a Misericórdia reclamou da metrópole os recursos necessários. Pelo alvará de 8 de Outubro de 1778 a rainha D. Maria I ordenou que o Senado do Rio de Janeiro contribuísse com a quantia annual de 800\$000 para as despesas dos expostos “*no caso que os rendimentos da Câmara possam admitir esta contribuição sem prejuízo das outras applicações a que podem estar destinados os ditos rendimentos.*”

28 de Maio de 1906.

## A RODA

### IV

No intuito de dar bom regime e regularidade ao serviço das Casas dos Engeitados, promulgou o rei D. José I o alvará de 31 de Janeiro de 1775.

Com ser extenso esse documento, vai elle transcripto na integra por se prender ao histórico da nossa *Roda*.

Demais essa lei serviu de base ao regulamento de 1 de Abril de 1840, apresentado e approvedo pela Mesa, de que era provedor o benemerito José Clemente Pereira, e mandado executar por decreto de 4 de Julho do mesmo anno. Suas determinações são ainda hoje mais ou menos seguidas pelas mesas, que se têm sucedido.

Foi ainda estudado nesse alvará, que a Sancta Casa do Rio de Janeiro escreveu em seus annaes uma das mais bellas paginas de sua historia.

Salvou da escravidão centenas de innocentes que, engeitados por seus senhores, eram depois reclamados. E isto no tempo em que era loucura falar em emancipação dos captivos.

“Eu El-Rei, faço saber aos que este Alvará vierem: Que sendo o decurso dos tempos sujeito ás grandes alterações, que vem a fazer necessarias muitas novas e antes não cogitadas providencias; para se passar por meio dellas aos mesmos fins das disposições antes estabelecidas, que pelo lapso dos annos vem a ficar impraticáveis; havendo sido útil e louvavelmente erigido o Hospital dos Expostos da Cidade de Lisboa, debaixo da Administração da Mesa da Misericordia della, com Estatutos pelos quaes se sustentam os mesmos expostos, por tempo de anno e meio para completarem os nove annos, ficando ainda desse tempo em deante, até o em que tomão estado, debaixo do poder da mesma Mesa da Misericórdia ou dos respectivos mordomos por ella nomeados e munidos de alguns privilegios, os quaes se fazem presentemente tão incompatíveis com a boa ordem, com que se acha estabelecida a Policia e a Justiça, como com a utilidade commum de todos os Meus Fieis Vassalos; e tendo resultado da referida pratica tantos inconvenientes como são: accumularem-se cada anno mais de novecentos dos referidos Expostos, que sustentados á custa do Hospital sobem ao effectivo numero de mais de quatro mil com tracto successivo e duração perpetua; acrescentarem-se assim as despesas superiores ás rendas do mesmo Hospital e resultar de tudo o damno de faltarem os meios para se alimentarem os recém-nascidos, até o anno e meio de sua idade; seguindo-se egalmente do mesmo abuso, que depois de excederem dos nove annos, quando entrão no uso da razão, succede, que sendo dados a soldados, affiançados nos auxílios de se recolherem ao Hospital e de serem nelle sustentados, até que de novo se ajustem com novos amos, animando-os assim o abrigo e o amparo do Hospital á mesma ociosidade, que deveria evitar-lhes especialmente no sexo feminino, e por haver expostos, que a elle tem vindo por muitas vezes e residido nelle a maior parte do tempo, com gravame considerável do mesmo Hospital, cujo Instituto he e deve ser



acudir com as providencias, que estes abusos fazem indispensáveis: Sou servido ordenar ao dito respeito o seguinte:

I – Mando, que o dito Hospital continue a mesma formalidade, com que até agora acceita e dá a criar os Expostos pelo anno e meio de sua primeira criação e subseqüentemente por mais cinco annos e meio; de sorte porém, que logo que completarem sete annos se lhes suspenda a criação e se lhes não contribua mais com cousa alguma.

II Item – Mando que apresentando-se a pessoa, que tiver criado qualquer Exposto com os sete annos de sua idade completos, para se lhes pagar o rsto, que se lhe dever da criação, seja logo o dito Exposto lançado em um livro com todos os signaes e clarezas correspondentes; para que a todo tempo possam constar as noticias que se quizerem saber de qualquer dos sobreditos indivíduos.

III Item – Mando, que no mesmo acto da entrega, querendo a pessoa que criar qualquer Exposto torna-lo a levar gratuitamente ou para o conservar em sua casa, ou para o accodomar na de outra de sua vizinhança, não achando nisso inconveniente a Mesa da Misericórdia ou os Mordomos deputados para o governo daquelle Hospital lhe façam expedir uma carga de guia do referido exposto com todos os signaes, que ficarão lançados no livro da matricula, dirigida ao dito Juiz de Orphãos da respectiva terra e deixando a pessoa que delle fôr entregue, recibo, pelo qual se obrigue a apresenta-lo ao dito Juiz de Orphãos, de que só será desobrigada com certidão daquelle juízo, por que conste que delle se tomou conta, que se lhe deu tutor e está comprehendido na Relação geral dos Orphãos do respectivo termo.

IV Item – Mando que logo que assim forem apresentados os Expostos aos respectivos Juizes dos Orphãos, tome delles conta e procedão na conformidade da Ordenação do Reino e do seu Regimento; reputando-os como quaesquer outros orphãos, a quem incumbe a obrigação de curar, podendo os respectivos Juizes distribui-los pelas casas, que os quizerem, até completarem doze annos, sem vencerem outro algum ordenado, que o da educação, sustento e vestido.

V Item – Mando que nos outros casos, nos quaes as pessoas que os criarem, os não quizerem levar na conformidade acima declarada, precedendo as mesmas

formalidades, sejam entregues por distribuição a cada um dos Juizes de Orphãos desta cidade e termo, que observarão identicamente o que acima vae disposto: ficando sempre na secretaria da Misericórdia documento legal, por que conste a entrega do dito orphão aos respectivos Juizes, com todas as clarezas necessárias.

VI Item – Mando, que fique porém livre á Mesa da Misericórdia poder também distribui-los a outros Juizes dos Orphãos fora desta Cidade e seu Termo, como lhe parecer conforme as circunstancias e os casos occorrentes.

VII Item – Mando, que estando completos os sete annos de idade de cada Exposto e sendo logo na fórma acima entregue ao Juiz dos orphãos a que tocar, se hajam por desobrigados o Hospital e a Mesa da Misericórdia de mais cuidar delle, ficando por este mesmo motivo sem Privilegio algum da referida Casa, como se nella nunca tivera existido, porque Hei por extinctos e de nenhum effeito todos e quaesquer privilégios, que possam ter os ditos Expostos, para nunca produzirem effeito algum em Juizo ou fora delle, ficando reduzidos a huns simples orphãos como outros quaesquer dos Povos. Excpetos porém aquelles privilégios que pertencem á ingenuidade e habilitação pessoal dos mesmos Orphãos; porque destes ficarão gozando sem quebra ou restricção alguma.

VIII Item – Mando, que os Juizes dos Orphãos tenham o maior cuidado na criação, educação e accomodação dos sobreditos Expostos, executando a respeito delles o seu Regimento pontual e inteiramente, fazendo-os pôr a aprender os officios e artes, a que as suas inclinações os chamarem. E logo que tiverem vinte annos completos, serão havidos por emancipados, sem embargo da Ordenação, que o contrario determina. E os Provedores das Comarcas e Syndicantes dos referidos Juizes de Orphãos inquirirão sobre este ponto com a mais zelosa indagação.

IX Item – Mando, que nenhum Exposto, que exceder a idade de sete annos, possa intrar mais no Hospital por esse titulo, nem nelle possa ser admittido como hospede ou por qualquer outro titulo que não seja o de artífice ou servente. E pelo que respeita aos que actualmente se acham no Hospital, que não chegarem á idade de vinte annos, sejam entregues aos Juizes dos Orphãos desta Cidade ou de outras quaesquer terras, para onde pedirem, na conformidade dos §§ III e IV

deste alvará. Os que excederem a esta idade serão logo expulsos, despedidos e banidos, tractados como quaesquer outras pessoas do Povo, para que deixando a ociosidade, busquem o sustento no seu próprio trabalho e industria pessoal.

X Item – Mando que todos os outros Orphãos, que se acharem a cargo da Misericórdia, passando de sete annos, sejam também despedidos na fôrma acima declarada, para o que procederão editaes de 30 dias para esta Cidade de Lisboa e seu Termo. Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço, etc., etc (Collecção Delgado)”.  
Excusado é dizer: a nossa Santa Casa de MISERICÓRDIA nunca pôz em execução alguns deste tão deshumanos *items*.

4 de Junho de 1906.

## A RODA

### V

Cruz preta, pintada no portal de uma casa, indicava, nos tempos antigos, a residência de parteira.

Disseminadas aqui e alli, pelos beccos e viellas do Rio de Janeiro, não tinham mãos a medir. Sem leis coercitivas exerciam com plena liberdade os difficeis encargos da profissão.

Depositarias de graves segredos, conhecedoras de muitas vergonhas e escândalos, gosavam de grande respeito e dispunham de boas amizades.

Dividiam-se em duas classes: a primeira, a mais numerosa, comprehendia as simples curiosas, aparadeiras, vulgarmente conhecidas pello nome de *comadres*.

Dasegunda faziam parte as que tinham *carta* de approvação. O exame era prestado perante os commissarios do *proto-medicato*, e em tempos posteriores na presença do cirurgião-mor ou de seus delegados.

No número destas ultimas havia também escravas. É bem de ver que os proventos da profissão iam encher as algibeiras do feliz senhor, que tinha a felicidade de contar entre seus captivos uma mulata ou negra, ladina, entendida em parto.

Nos arquivos da nossa Municipalidade devem existir ainda os registros dessas curiosas cartas de aprovação. Ainda depois da Independência custavam ellas: de feitio tres mil e duzentos, de assignatura mil e duzentos, e de impressão seis mil e quatrocentos réis.

As curiosas, por serem mais baratas, eram em geral encarregadas de levar á Roda os recém-nascidos escravos, cujos senhores não queriam ter incommodos da criação.

Prestados os soccorros á parturiente, voltava á noite a aparadeira e, mediante módica retribuição, recebia o fardo arrancado ás caricias da pobre mãe e o ia depositar na portinhola da Casa dos Expostos.

Envolvidas na clássica mantilha, não eram poucos os sustos que soffriam: evitar as vistas dos transeuntes e as indagações dos quadrilheiros da policia do Vidigal famoso.

Passados os *dias de resguardo*, constituía-se a parturiente captiva, lucrativa fonte de renda.

O escravocrata logo a annunciava como perfeita *ama de leite, sadia, muito carinhosa, que não era da ás bebidas, nem fujona*.

E a ganância chegava a tal ponto, que com o leite de um só parto houve escravas que faziam a criação successivamente de duas e tres crianças.

Não contentes com tudo isso, em boa hora lembrava-se alguns senhores de que na Roda existia um ente abandonado, o qual, no futuro, lhes poderia ser de grande vantagem. Apresentavam-se reclamando o innocente como filho de sua escrava. Fingiam ignorar que, pela lei de 1775, para os expostos de cor preta ou parda a Roda era o pórtico da liberdade mais ampla e indiscutível.

Foram tão amiudadas aquellas pretenções, que a Mesa da Sancta Casa de Misericórdia dirigiu ao Governo enérgico protesto, que deu logar á seguinte provisão:

“D Pedro, etc. Faço saber aos que esta provisão virem que, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, me foi presente a representação do Provedor da Sancta Casa de Misericórdia desta Corte e Mordomos dos Expostos della, em que me expendiam que supposto fossem considerados pelo § 7º do Alvará de 31 de

Janeiro de 1775 livres e ingênuos os expostos de cor preta ou parda, lançados na Roda e Casa dos memos, acontecia algumas vezes que, achando-se estes com escriptos de recommendação; individuando signaes característicos e obrigando-se ao pagamento das suas despezas, as pessoas que os houvessem de procurar, sem comtudo se declarar quem fossem, nem tão pouco que os mesmos expostos lhes pertencessem como escravos, appareciam depois de finda a criação, para exigi-los como taes, prestando-se unicamente ao pagamento das despezas e de modo algum á obrigação de dar conta delles, conserva-los livres e apresenta-los ao Juiz dos Orphãos, na fórma da saudável disposição do §” do mesmo mencionado alvará; pelo qual me pediam, afim de evitar duvidas futuras, Me dignasse, em favor da liberdade daquelles innocentes expostos, de declara-los comprehendidos no mesmo alvará, para assim cessarem as pretensões dos que quizessem reduzi-los á escravidão; e tendo em consideração ao referido e ao mais que me fez presente na mencionada consulta, em que respondeu o Desembargador Provedor da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional e me foi ponderado ser mui digna da Minha Imperial Contemplação a representação dos supplicantes; porquanto seria coisa deshumana e inteiramente oposta ao bem entendido liberalismo, que os expostos de cor, entregues ao abandono por seus senhores e tratados e educados pelo publico, devessem ainda ser chamados ao captiveiro para continuarem em proveito daquelles, quando já não fosse contra a mente do citado alvará de 31 de janeiro de 1775; o qual occorrendo com as providencias necessarias e aos inconvenientes que a este respeito se praticavão, dando nova fórma a criação, entregue e educação dos mesmos expostos, ordenava no § 4º que os apresentados ao Juiz de Orphãos na fórma do § 3º, vom a sua competente guia, sejam curados e reputados como outro qualquer orphão, distribuídos pelas casas até a idade de 12 annos, sem vencerem outro algum ordenado, mais do que o da educação, sustento e vestido; havendo o mesmo Juiz de Orphãos o maior cuidado em os pôr a aprender officios e artes, para que as suas inclinações os chamassem, afim de algum dia serem úteis ao Estado, e sem que jamais percão aquelles privilégios que pertencem á ingenuidade e habilitação pessoal, de que devem ficar gozando, na fórma do § 7º do referido alvará, sem

quebra ou restrição alguma: houve por bem, conformando-me com o parecer da sobredita consulta, por Minha immediata resolução de 19 de Dezembro do anno próximo passado, determinar, como por esta Determino que fiquem gosando da liberdade em toda a sua extensão os referidos expostos de cor preta e parda, por serem taes os direitos e privilégios de ingenuidades de que trata o referido § 7º do alvará de 31 de Janeiro de 1775, devendo, portanto, assim entender-se em favor da sua liberdade e ingenuidade, sem quebra, mingoa ou restrição alguma, em observância e complemento do mesmo § 7º do dito alvará – etc”. Provisão de 22 de Fevereiro de 1823 – Coll. Nobre, tomo 4º, pág. 32.

Pela lei de 1 de Outubro de 1828, que deu nova organização ás Câmaras Municipaes, a estas foi dada incumbência da criação dos expostos, sua educação e dos mais orphãos pobres e desamparados, principalmente nas cidades ou villas, onde não houvesse Casas de Misericórdia.

Em sessão de 18 de Agosto de 1830 a Camara Municipal do Rio de Janeiro aprovou as seguintes posturas, que valem a pena ser lembradas por se prenderem ao assumpto destas notas:

1ª. As pessoas que, não tendo amas de leite, forem buscar as crianças á Casa dos Expostos para criarem só com comida e as que para as não ouvirem chorar lhes derem aguardente, afim de as fazerem dormir, incorreção em oito dias de cadeia.

2ª. Os que venderem ou captivarem Expostos incorrerão na pena de 30\$000 e oito dias de cadeia, que será também extensiva aos compradores de má fé, provando serem sabedores do dolo, sendo, além disso, entregues ás Justiças Ordinárias para soffrerem as penas da lei.

3ª Qualquer pessoa moradora dentro da cidade, que achar qualquer criança e não levar á Casa dos Expostos e as que morarem fora della ao respectivo Fiscal, incorrerão na pena de 20\$000 ou quatro dias de cadeia. O Fiscal, a quem for apresentada a criança exposta mandará logo soccorre-la com o necessário, fazendo remassa della á Casa dos Expostos com declaração do dia, hora e sitio em que for achada, senha e cédula que lher for encontrada e todas as mais

circunstancias que ocorrerem. O Procurador da Câmara satisfará a despesa, segundo a conta assignada pelo Fiscal.

4ª. Os Fiscaes de fora da Cidade se prestarão a qualquer requisição, que por parte da Sancta Casa lhe for feita acerca de exames ou visitas que convier fazer aos Expostos dados a criar em differentes freguezias distantes da Cidade e longe das vistas de seus Administradores, e quando encontrarem algum Exposto maltractado pela sua criadeira, o removerá para o poder de outra mais humana, officinando logo á Misericórdia para sua intelligencia e fazerem os devidos assentos, tendo a criadeira as penas do § 3º.

5ª. Os sobredictos Fiscaes não se negarão a dar attestações de vida e bom tractamento dos expostos, que lhe forem apresentados pelas criadeiras, para, em virtude das mesmas attestações, lhes serem pagos na Misericórdia os seus vencimentos.

6ª. Os Fiscaes darão todo auxilio preciso a qualquer pessoa que precise ter o seu parto secreto, procurando-lhe casa própria para isso e parteira que assista á parturiente, sendo obrigados os mesmos fiscaes, parteiras e todas as pessoas encarregadas deste auxilio a guardar todo o segredo; afim de que se não siga infamação – com pena de oito dias de prisão e 30\$ de condemnação. O procurador satisfará as despesas segundo a conta assignada pelo Fiscal.

7ª. Os parochos de fora da cidade, que negarem dar sepultura e encommendar gratuitamente aos pobres, orphãos e expostos, incorrerão na pena da esmola da sobredicta cova e encommendação e sendo também condemnados *incontinenti* a sepulta-los.

8ª. Toda pessoa que tiver a seu cargo a criação e educação de Expostos e não quizer continuar na educação delles, depois de extinto o tempo em que estão a cargo da Administração da Sancta Casa da Misericórdia, farão delles a entrega á dicta Administração, e esta os remetterá ao Fiscal da respectiva Freguezia, o qual immediatamente lhes procurará officina, onde aprendam algum officio, tendo em consideração as despesas de comida e vestuario, que ficarão a cargo do mesmo mestre e dando parte á Câmara.”

12 de Junho de 1906.

## A RODA

### VI

Não tiveram, a principio, casa própria os engeitados recebidos pela Misericórdia. Internados em uma das salas do Hospital velho, allí permaneciam os que não eram dados a criar fora do estabelecimento.

O aparelho da Roda funcionava em uma dependência próximo á portaria, situada juncto á igreja.

Em 2 de Setembro de 1810 o tenente José Dias da Cruz, cujo retrato figura na galeria dos benfeitores da Sancta Casa, doou aos expostos um terreno nas promiximidades do becco conhecido pelo nome de corredor do Trem.

Foi allí, então, edificado modesto prédio, para onde em 3 de Março de 1811 foram transferidos os engeitados.

Não tendo o edificio, diz Moreira de Azevedo, as condições para servir de asylo a crianças, e não havendo *zelo na administração* (?) acontecia que a mortalidade era excessiva.

Para mostrar o estado, em que se achava esse recolhimento, transcreve o referido historiador o que disse o imperador D. Pedro I na falla que dirigiu á Assembléa Constituinte, em 3 de Maio de 1823, tractando dos engeitados: “A primeira vez que fui á Roda dos Expostos achei, parece incrível, septe crianças com duas amas; nem berços, nem vestuario. Pedi o mappa, e vi que em treze annos tinham entrado perto de doze mil, e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericordia verdadeiramente onde ellas se acham.

“Agora, com a *concessão da loteria*, edificou-se uma casa propria para tal estabelecimento, aonde há trinta e tantos berços, quase tantas amas quantos expostos, e tudo em muito melhor administração.”

Eis o que acontecêra: a Misericordia, no intuito de construir melhor edificio, auxiliada pelo Governo, adquirira em 20 de Março de 1821 dous antigos prédios contíguos á primitiva casa da Roda. Taes foram os bons esforços da administração da Sancta Casa que, em 1822, se inaugurava o novo asylo situado em frente ao templo da Misericordia.



Nesse prédio funciona agora a Bibliotheca da Faculdade de Medicina, e anteriormente alli residiram o notável clinico brasileiro, Dr. Manuel do Valladão Pimentel (barão de Petrópolis), e em tempos posteriores o distincto cirurgião dr. Pedro Affonso de Carvalho (barão de Pedro Affonso) quando director do Serviço Sanatório da Misericórdia.

Antes de prosseguir cumpre notar a mortalidade, que tanto sorprehendeu o primeiro imperador. É facilmente explicável com as seguintes palavras escriptas por José Clemente Pereira em 1841. “Sensível he que o numero de mortos fosse tão excessivo; mas quando se observa, que a maior parte das crianças entram na Roda enfermas, muitas a expirar e até algumas já mortas, só resta o allivio de hua christã resignação nos altos designios da Divina Providencia”. (Relatório do estado dos tres pios Estabelecimentos da Sancta Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, apresentado no Acto de posse dos definidores, em 24 de Agosto de 1841).

Desse escripto do grande provedor vê-se mais que, reconhecidos os inconvenientes da permanência da Roda no largo da Misericórdia, tractava José Clemente de remover os engeitados para local mais apropriado. De facto, cumprida a deliberação da Mesa Conjuncta de 24 de Janeiro de 1840, foi feita a transferência em Julho para a casa, que os Expostos possuíam na rua de Sancta Teresa.

Muito melhorou o estabelecimento “por ter a nova casa maior capacidade, gosar de ar mais puro, além de um pequeno quintal para seu consumo e lavagem, que por concessão do governo se lhe introduziu, tirada dos canos da Carioca”.

Ao espírito altamente activo e benfazejo de José Clemente não era sufficiente ainda a casa da rua de Sancta Teresa. Planejou levantar um edificio que reunisse todas as condições hygienicas para criação dos desamparados da sorte, a quem o inolvidável provedor chamava seus filhos dilectos.

Chegou a lançar os alicerces desse edificio, que devia occupar a área de terreno entre o largo da Lapa (do Desterro) e a rua de Sancta Teresa.

Para regularidade do mesmo terreno dói demolida a casa da Roda, dessa ultima n. 7, e os engeitados removidos para o prédio n. 45 do caes da Gloria, onde está hoje a Companhia Leopoldina. Passava-se isso no anno de 1852.

A 10 de Março de 1854, victmado por uma apoplexia cerebral, fallecia José Clemente, não podendo ver realizado o seu grandioso projecto, em prol dos engeitados.

Na provedoria do Márquez de Paraná (1854-1856), deliberou a mesa da Misericordia não continuar as obras do caes da Gloria. O terreno, com os alicerces começados, foi permutado por trinta apolices.

Sendo provedor o marquez de Abrantes, foi a casa da Roda removida em 10 de Julho de 1860, do caes da Gloria para o prédio da rua dos Barbonos (hoje Evaristo da Veiga).

Essa casa, que tinha então o n. 66 e até pouco tempo o n. 72, fora legada á Sancta Casa da Misericordia por d. Ângela Maria Sacomarano, no testamento com que falleceu em 16 de Maio de 1798. Tinha 96 palmos de frente e dous terraços, 11 de fundos, incluindo um pateo, e 104 de chácara até á enconsta do Morro de Sancto Antonio. Passou por 45:000\$000 ao patrimônio dos Expostos em pagamento de uma divida, que a Misericordia contrahira com o cofre dos engeitados.

Contíguo ao chafariz das Marrecas, existiu um terreno, próprio nacional, que foi pedido por aforamento pelo antigo escrivão de orphãos Candido Martins dos Sanctos Vianna. Satisfeita a pretensão, levantou alli um sólido sobrado de dous andares, onde residiu até fallecer.

Por morte do proprietário foi o prédio, que tivera antigamente o n. 64 e até há pouco o n. 70, levado á praça do Juízo da Provedoria. Vendo o provedor da Misericordia, conselheiro Zacharias de Góes e Vasconcellos, a conveniência da aquisição desse immovel para augmento da Casa dos Expostos, o mandou arrematar, na praça de 6 de Março de 1873 e adquiriu-o pela quantia de 60:050\$000.

Pela escriptura de 30 de Maio de 1879, lavrada pelo tabellião Mathias Teixeira de Carvalho, compraram Pedro Simonard e d. Carolina Resse Simonard, por 14:000\$, aos herdeiros de d. Guilhermina Angélica da Cunha, uma casa térrea contígua á legada em 1798 por d. Ângela Sacomarano.

Em 26 de Setembro os novos proprietários doaram generosamente á Casa dos Expostos esse immovel para accrescimento das dependências do respectivo asylo. Alli mais tarde, em 1887, a Misericordia mandou edificar um elegante sobrado.

Eis porque até o anno corrente a Casa dos Expostos, situada na rua Evaristo da Veiga, apresentava tres corpos de edificio, recentemente demolidos por desapropriação feita pelo Governo.

Entre os objectos curiosos, pertencentes á Casa da Roda, notam-se os retratos dos benfeitores e uma tela representando o 1º imperador e sua esposa, a imperatriz Leopoldina. Esses quadros estão provisoriamente guardados em uma das salas do Archivo da Sancta Casa e foram por mim examinados ha poucos dias.

A' téla do imperador ligam-se certas circumstancias, que dão idea do character de d. Pedro, ás vezes pouco amigo das conveniências.

Sendo d. Pedro ainda príncipe regente e por aviso de 13 de Julho de 1822, assignado por José Bonifácio, permitiu fosse collocado, no salão da Casa dos Expostos, o retrato d'elle, príncipe, e de sua consorte. Annuia desse modo aos bons desejos manifestados pelo provedor, mesários da Misericordia e adminstradores da Repartição dos Expostos.

Narra, com relação a este assumpto, Sebastião Fábregas Surigué, citado por Felix Ferreira: “Em consequência do imperador d. Pedro I ir visitar aquella administração, no seu estabelecimento no largo da Misericordia, nessa occasião lá me achei. Logo que o imperador entrou na sala grande, viu o seu retrato e o da imperatriz Leopoldina, em um grande quadro ao natural; disse elle: “que não era bom e que não estava bem feito.” Um dos administradores daquella repartição (o mais influente), declarou a sua magestade, com toda a generosidade e franqueza, que houvesse de determinar de que maneira queria que se fizesse outro, visto aquelle não estar a seu gosto; o imperador immediatamente inculcou para o fazer o Simplicio, e consta-me que é o que actualmente se acha na sala dos Expostos, substituindo o antigo, e foi executado pelo artista acima, e o antigo painel por José Lenadro. Ora, parece que a boa razão mostra que, depois de já ter um painel naquella sala, não se devia fazer outro á custa dos Expostos.

“Ouvi dizer que o painel que presentemente lá se acha tinha custado uns pares de contos de réis; disse eu que aquelle ermão, que se tinha prestado a uma offerta tão generosa, mostrava um acto de gratidão a quem lhe tinha dado occasião de fazer uma grande fortuna e o ter levado a differentes logares honoríficos. Estava eu persuadido que a despesa era feita por elle: constou-me o contrario. A repartição dos Expostos é quem fez a despesa. Constou-me depois que não foram contos, mas sim um conto e tanto.”

Durante a revolta de 1893-1894, a Casa dos Expostos, vizinha do quartel do Corpo Policial, foi alvejada por balas de diversos calibres. Não houve, felizmente, desgraças a lamentar.

Em sua Exposição de 5 de Junho de 1894, feita pelo provedor, conselheiro Paulino de Sousa, narra elle um facto extraordinário e singular que vem transcripto na monographia de Felix Ferreira, á pág. 405.

Por enquanto, os engeitados estão provisoriamente accommodados em um prédio da rua Marquez de Abrantes, em communicação com outro da rua Senador Vergueiro.

É, porém, intenção da Misericordia construir, na rua Marquez de Abrantes n. 20, um edificio que será mais um monumento erguido á caridade pelos dignos successores do inolvidável José Clemente Pereira.

18 de Junho de 1906.